

**Daniela Soares Nascimento**

**Estratégia de Turismo para o Desenvolvimento Rural Sustentável**

**Brasília – DF**

**Junho/2018**

[Digite aqui]

Daniela Soares Nascimento

## **Estratégia de Turismo para o Desenvolvimento Rural Sustentável**

Projeto de pesquisa apresentado ao curso de Especialização em Planejamento e Estratégia de Desenvolvimento, como requisito para a obtenção do título de Especialista em Planejamento e Estratégia de Desenvolvimento.

Orientador: Prof. Ronaldo Coutinho Garcia

BRASÍLIA

Junho de 2018

[Digite aqui]

## Sumário

### INTRODUÇÃO

1. Apresentação	5
1.1. Contexto do Problema	5
1.2. Justificativa	6
2. Referencial Teórico	7
2.1. Planejamento Estratégico Situacional	8
2.2. Desenvolvimento - Território, Ruralidade e Sustentabilidade	11
3. Metodologia	18

### PARTE I (Momento Explicativo)

4. Problemas (s) a demandar à proposição de uma Estratégia de Turismo para o Desenvolvimento Rural Sustentável	
4.1. Análise Situacional	21
4.2. Quadro Síntese - problemas e causas	32

### PARTE II (Momento Normativo)

5. Incentivo ao turismo e a valorização da sociobiodiversidade – alternativas para o enfrentamento dos problemas frente ao desenvolvimento rural sustentável	33
5.1. Turismo Sustentável - modelos e segmentos para o rural	34
5.1.1. Turismo de Base Comunitária	36
5.1.2. Segmentos turísticos para o rural	38
5.1.2.1. Ecoturismo	39
5.1.2.2. Turismo de Aventura	40
5.1.2.3. Turismo Cultural	42
5.1.2.4. Turismo Rural	42
5.1.3. Potencialidade e necessidades de expansão do turismo no espaço rural	44
5.2. Sociobiodiversidade e Extrativismo – patrimônio nacional	45
5.3. Quadro Síntese – potencial de soluções frente aos problemas e causas a serem enfrentados para o desenvolvimento rural sustentável	50

[Digite aqui]

6. Política Nacional de Turismo	52
6.1. Plano Nacional de Turismo	53
7. Políticas de Meio Ambiente para o Extrativismo e o Desenvolvimento Rural Sustentável	67
7.1. Diretrizes Voluntárias para as Políticas Agroambientais	68
7.2. Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais	70
7.2.1. Plano Nacional de Promoção das Cadeias de Produtos da Sociobiodiversidade	75
7.2.2. Plano Nacional de Fortalecimento das Comunidades Extrativistas e Ribeirinhas	78
7.3. Política e Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica	80
7.4. Instrumentos da Política de Florestas	82
7.5. Plano ABC	87
8. Potencial sinérgico e de integração das Políticas de Meio Ambiente e de Turismo, para o incentivo a Estratégia de Turismo para o Desenvolvimento Rural Sustentável	88
9. Subsídios e Diretrizes para uma Estratégia de Turismo para o Desenvolvimento Rural Sustentável	90

### PARTE III (Momento Estratégico)

10. Fatores relevantes para inserção da Estratégia de Turismo para o Desenvolvimento Rural Sustentável, na agenda governamental	98
10.1. Contexto favorável	99
10.2. Contexto desfavorável	107
10.3. Resultante	110
11. Conclusão	110
Referências Bibliográficas	114

## **1. Apresentação**

Este trabalho de conclusão de curso –TCC tem por objetivo elaborar subsídios para a elaboração de uma Estratégia que contribua para o desenvolvimento rural sustentável, que valorize a participação dos ativos ambientais na geração de renda e trabalho, por meio do incentivo ao Turismo de forma associada ao potencial da agrossociobiodiversidade, com a finalidade de minimizar a degradação dos recursos naturais, promover a conservação dos serviços ambientais e a melhoria das condições socioeconômicas, em especial dos Povos e Comunidades Tradicionais (PCT) e dos agricultores familiares, que vivem em áreas de relevante interesse ambiental no território rural.

Esta proposta estratégica será construída a partir do reconhecimento das sinergias e oportunidades de integração e aprimoramento de políticas de governo existentes em âmbito federal para o Turismo e o Meio ambiente, com foco ao Desenvolvimento Rural.

### **1.1.Contexto do problema**

As alterações degradantes dos sistemas naturais do planeta representam uma ameaça crescente para a humanidade e para a vida em geral. Essa tendência de agravamento da crise ambiental devido às mudanças climáticas se afirma em razão do modelo capitalista dominante de utilização predatória dos recursos naturais.

O processo de deterioração ambiental está causando impactos de toda natureza; como a alteração do clima, a acidificação dos oceanos, a degradação dos solos, a escassez de água, a perda da biodiversidade, a redução das florestas, a poluição dos rios e a vulnerabilidade dos serviços ecossistêmicos e está associado principalmente às agendas de segurança energética, hídrica, de transportes e do agronegócio.

A luz da crise ambiental global, este projeto traz o foco para a discussão da problemática socioambiental existente no território rural brasileiro. Os desafios postos para o desenvolvimento sustentável no Brasil, passa necessariamente pela realidade rural, elo de ligação entre as Áreas Naturais Protegidas e as cidades, ambas interdependentes das condições desse imenso e complexo território para cumprir tanto com os propósitos de conservação ambiental, como o de suportar o processo de desenvolvimento econômico e de urbanização.

Esse território é tão rico e diverso, em suas características ambientais, socioculturais e econômicas regionalizadas e bem distintas, onde se destaca o predomínio do agronegócio como atividade econômica, configurando espaços de convivência, de conflitos entre os tipos de organização produtiva e coexistindo regiões com qualidade de vida muito desiguais. As práticas agropecuárias e o desmatamento se configuram como principais vetores de problemas ambientais rurais e provocam efeitos como a desertificação, erosão do solo e assoreamento dos corpos hídricos, esgotamento dos recursos hídricos, poluição da água e do solo por produtos químicos como agrotóxicos e fertilizantes e geração de resíduos e a redução da biodiversidade.

Esse atual modelo de agricultura e pecuária é por um lado predatório e, por outro lado, representa importante atividade econômica, com significativo papel no abastecimento do sistema mundial de alimentos, geração de divisas e de lucros. O setor do agronegócio, está diante de grande desafio frente à crise climática, seja por sua dependência intrínseca das condições do clima para o

[Digite aqui]

processo de produção de alimentos, fibras, madeiras e matérias primas agroindustriais; seja pela necessidade de adoção de práticas sustentáveis para minimizar seus efeitos ambientais negativos.

Neste cenário há de se destacar a importância da agricultura familiar, por seu papel na produção de alimentos para a demanda nacional e na geração de renda e qualidade de vida para milhares de famílias que vivem no campo. De acordo com Plano Safra<sup>1</sup> 2017/2020, a agricultura familiar representa 84% dos estabelecimentos rurais brasileiros e é responsável por 50% da produção de alimentos da cesta básica.

Ressalta-se ainda que o manejo agroextrativista, a produção orgânica e de base agroecológica possui capacidade de contribuir para tornar os sistemas naturais e produtivos mais resilientes ou mais favoráveis à adaptação às mudanças climáticas, especialmente pela manutenção ou provimento dos serviços ecossistêmicos<sup>2</sup>, que tem a capacidade para: a regulação do clima, a manutenção da fertilidade e o controle da erosão dos solos, o armazenamento de carbono, a reciclagem de nutrientes, o provimento de água, a proteção da biodiversidade, da beleza cênica e a manutenção de recursos genéticos.

Para promover a segurança alimentar, a adaptação e a atenuação da mudança do clima, o setor agropecuário deve investir na transição para a agricultura de baixo carbono, assumindo a responsabilidade de reduzir sua pressão sobre o desmatamento, reabilitando milhões de hectares de terra degradada e recuperando áreas de preservação e proteção ambiental. Para tanto, precisará de elevar de forma significativa a produtividade por área dos sistemas de cultivo de produtos alimentícios e de pastagens, reduzindo drasticamente o uso de fertilizantes e agrotóxicos químicos e concebendo uma nova tecnologia para a mecanização agrícola. O desenvolvimento e a adoção de inovações tecnológicas para a agropecuária permitiram que o Brasil se destacasse mundialmente no setor de produção de alimentos, porém, o país tem pela frente o desafio de desenvolver alternativas que permitam os agroecossistemas se adaptarem aos novos cenários climáticos.

Como exposto, estamos diante de uma problemática socioambiental complexa que exige mudanças rápidas para conter a diminuição da qualidade de vida, sobretudo, das populações de baixa renda que vivem no meio rural (povos e comunidades tradicionais-PCT e agricultores familiares) e do processo de degradação do meio ambiente, especialmente em territórios de grande relevância ambiental.

## **1.2. Justificativa**

Um dos grandes desafios para o futuro do Brasil é formular uma estratégia de desenvolvimento sustentável para o país, que ao mesmo tempo garanta a soberania nacional e possibilite papel preponderante no contexto internacional. Os recentes avanços na redução do desmatamento, da pobreza e da desigualdade de renda e os esforços na implementação de uma matriz energética mais limpa, foram significativos, no entanto, estamos longe de conseguir

---

<sup>1</sup> Plano Safra da Agricultura Familiar 2017/2020. Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário. Brasília, 2017. <http://www.mda.gov.br>.

<sup>2</sup> Serviços ecossistêmicos: as contribuições diretas e indiretas dos ecossistemas para o bem-estar. Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA). TEEB – A Economia dos Ecossistemas e da Biodiversidade para Formuladores de Políticas Locais e Regionais. CNI. Brasília, 2010.

[Digite aqui]

centralidade para a sustentabilidade nas tomadas de decisão política e da sociedade brasileira como um todo.

O desenvolvimento econômico não está ancorado em uma estratégia de conservação ambiental e uso sustentável dos recursos naturais e as políticas governamentais não conseguiram servir ao propósito de antecipar riscos e minimizar os conflitos permanentes existentes entre as necessidades do crescimento e as exigências da "questão ambiental". A questão ambiental é responsabilidade de todos; o setor empresarial tem papel relevante no processo de transformação do atual modelo de produção e consumo, e o Estado na condução das políticas que visem o desenvolvimento sustentável do país. É necessário que se construa um robusto arranjo de governança integrando várias políticas setoriais, que seja capaz de promover o combate à pobreza e a promoção da segurança ambiental.

Neste sentido, planejar estratégias de desenvolvimento em bases sustentáveis que visem a melhoria do bem-estar da humanidade e da igualdade social, ao mesmo tempo em que reduz significativamente riscos ambientais e escassez ecológica, passa a ser condicionante para o alcance de um futuro mais promissor, sobretudo diante das necessidades de adquirir capacidades de resiliência e de adaptação climática.

Para além dos esforços públicos e privados exigidos para adaptar o agronegócio, se faz necessário também construir esforços para minimizar os problemas socioambientais no território rural. Neste sentido, é prerrogativa do Estado pensar e pactuar estrategicamente a integração de políticas e programas e sua aplicação no território, no sentido de oferecer a esta parcela da população, melhores condições para manter sua capacidade produtiva com a manutenção de sistemas de produção sustentáveis e resilientes e para investir em novas oportunidades de negócios de alto valor agregado que provoquem ruptura com os modelos que tradicionalmente produzem e agravam os passivos socioambientais.

Neste contexto, a Estratégia para a promoção do Turismo no meio rural foi escolhida por ter grande potencial de inclusão sócio produtiva com conservação ambiental, contribuindo para a melhoria das condições socioeconômicas e a valorização dos conhecimentos tradicionais da população que vive nos destinos turísticos. E onde possível, poderá contribuir para o incremento da produção de alimentos e de outros produtos associados, derivados dos recursos da sociobiodiversidade<sup>3</sup>; que são os bens e serviços gerados a partir de recursos da biodiversidade, voltados à formação de cadeias produtivas de interesse dos PCT e dos agricultores familiares.

## **2. Referencial Teórico**

Este TCC se inspira para orientação metodológica do Planejamento Estratégico Situacional –PES, proposto, por Carlos Matus, e para orientação teórica tem nos conceitos e na institucionalidade do desenvolvimento sustentável e do desenvolvimento territorial a sua referência, a fim de sustentar os marcos que levam a discutir algumas das questões centrais para formulação da Estratégia de Turismo para o Desenvolvimento Rural Sustentável.

---

<sup>3</sup> Sociobiodiversidade: Conceito que expressa a inter-relação entre a diversidade biológica e a diversidade de sistemas socioculturais. MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE. Plano Nacional para a Promoção das Cadeias de Produtos da Sociobiodiversidade – PNPSB. MDA, MDS, MMA, Conab. Brasília, 2009

## **2.1.Planejamento Estratégico Situacional –PES**

A opção pela abordagem situacional desenvolvida por Carlos Matus, foi escolhida como método deste trabalho, primeiramente pela condição de aprendizado, possibilitando essa experiência de aplicar o conceito teórico em contexto prático, e em segundo por acreditar que a perspectiva situacional possa inspirar a administração pública não somente na busca de maior eficiência, mas para o fortalecimento democrático.

A pesquisa bibliográfica usou para análise, documentos teóricos e práticos, utilizando principalmente a referência do “O Plano como Aposta”<sup>4</sup>, do próprio Matus.

A metodologia PES apesar de reconhecida e empregada em vários países da América Latina no âmbito do planejamento governamental, inclusive no Brasil, ainda é pouco utilizada e é até mesmo questionada devido a sua alta complexidade.

De acordo com Fortis (2010)<sup>5</sup>, Matus denuncia não apenas as limitações das técnicas utilizadas no planejamento governamental, mas também as deficiências teóricas dos métodos preconizados, e procurou desenvolver um arcabouço alternativo, no qual combatia a linearidade, o mecanicismo e o reducionismo das fórmulas tradicionais. Vinculando a noção de planejamento ao processo de construção social da realidade, Matus pretendeu superar a ortodoxia positivista vigente por intermédio de uma epistemologia situacional, fundamentada nos conceitos de complexidade, indeterminação e incerteza.

Em razão de suas críticas e inovações em relação ao paradigma tradicional de planejamento, Matus se qualifica como teórico de fronteira no campo das ciências e técnicas de governo, sendo a metodologia e as ferramentas estratégicas por ele delineadas, uma dura crítica aos modelos ortodoxos, ancorados em premissas instrumentalistas, normativas e reducionistas (FORTIS,2010).

O plano proposto por Matus apresentado em “O Plano como Aposta” trabalha com a visão evolutiva do planejamento. Inevitavelmente rodeado de variáveis dinâmicas, é direcionado pelo movimento (voluntário ou não) dos atores envolvidos. Situa-se coloquialmente entre a aplicação do conhecimento e a atividade em si. Matus divide as ações entre aquelas para as quais os resultados são dirigidos e outras que são desenhadas ao longo do processo, necessitando de constante revisitação para ajustes na busca do resultado almejado. Segundo o próprio Matus, o fundamento do Planejamento Estratégico Situacional – PES é “a teoria de um jogo semicontrolado à serviço da prática racional da ação humana” (MATUS, p. 29). Trata-se de um plano combinado de cálculo e apostas.

Há várias características que delineiam o novo formato proposto para o planejamento: o sistema é aberto e orientado pela teoria da participação no jogo social. O pensamento deve ser tecnopolítico e aberto para vários cenários, o que demanda ter vários planos. Os sujeitos são atores criativos e com interesses e propósitos diversos; seus pensamentos não são previsíveis, porque agem em função da avaliação que fazem da percepção sobre o agir do outro. O sistema é aberto,

---

<sup>4</sup> MATUS, Carlos. “O Plano como Aposta”. São Paulo em perspectiva.1991

<sup>5</sup> FORTIS, Martin. Rumo à pós-modernidade em políticas públicas: a epistemologia situacional de Carlos Matus. FGV-EAESP/RAE-eletrônica v. 9, n. 2, Art. 13, 2010.

[Digite aqui]

com interferências externas e possibilidade de surgimento de novos atores; há várias possibilidades e o movimento dos atores faz com que o plano seja sempre revisto. Com suas complexidades, os problemas sociais que ocupam as agendas governamentais são produto do jogo social. O ator avalia se a realidade está próxima ou distante de seu objetivo de acordo com a problematização (explicação do problema) que pretenda enfrentar. Os problemas sociais resultam da interferência ou atuação direta do ser humano e são por ele produzidos. No jogo social há intercâmbio de problemas. Trocar problemas de alto valor por problemas de baixo valor é considerado característica valorosa do governante planejador. E a montagem dos cenários é feita com incrementos e mudanças constantes de variáveis. Há necessidade de teorias, métodos e técnicas de planejamento e de governo que permitam operar com eficácia.

O PES visa produzir mecanismos, instrumentos e conceitos que permitam agir com direcionalidade no presente, supondo a criatividade dos agentes, os recursos detidos e os propósitos perseguidos. Os recursos são de várias naturezas: conhecimento, informação, financeiro, político, organização, etc. Portanto, a proposta do PES é sofisticada, exigente em pensamento estratégico, pressupõe a existência de um projeto nacional de governo e busca levar à frente determinado plano em determinada realidade.

O sistema de planejamento deve enxergar os problemas, por meio de seus indicadores construídos para tanto, para saber em que situação se encontram e o que deve ser feito sobre eles diariamente, preparando a ação para o tempo seguinte. As viabilidades da ação são de essencial observância para agir no tempo certo e com oportunidades que indiquem conjunção favorável de variáveis não controláveis e que são decisivas para caminhar, de maneira eficaz, em direção ao objetivo. A perda da oportunidade pode aumentar o seu custo, reduzir a sua eficácia e até chegar ao ponto de tornar impossível o seu alcance. A capacidade de avaliação da eficácia e a eficiência e qualidade da ação, bem como a realimentação do plano, formam o processo de planejamento.

O PES não pretende reduzir a realidade, mas aproximar-se dela o quanto for possível, produzindo elementos teóricos, analíticos e metodológicos que permitam a aproximação da complexidade das realidades concretas. Assim, Matus propõe o triângulo de governo: projeto de governo, governabilidade e capacidade de governo. O conteúdo da proposta que o governante traz à sociedade começa pela seleção dos problemas que serão enfrentados. Em ambiente de alta complexidade, com vários riscos e incertezas e tempo acelerado, construir a capacidade para executar o projeto é ter a governabilidade ampliada.

Matus estratifica o PES em quatro momentos: o explicativo, o normativo prescritivo, o estratégico e o tático-operacional. O momento explicativo envolve a identificação do problema e sua explicação situacional, ou seja, diferenciar as explicações para saber onde atuar para enfrentar os problemas e perante quais atores fazê-lo; onde o mapeamento dos atores deve ser o mais condizente possível. Explicar as causas dos problemas e as suas consequências (M1) é o objetivo deste momento. Ao selecionar problemas, estes devem ser suportados pelas capacidades iniciais de solução, devem ter viabilidade inicial e ser de alto valor e relevância para a base social.

No momento normativo (M2), é feito o desenho do programa de ações capazes de superar as causas do problema (e não as suas consequências); é o conjunto necessário e suficiente de ações para enfrentar com eficácia e oportunidade as causas identificadas. Esse conjunto necessário e suficiente de ações será avaliado no momento de agir, muito embora simulações sejam feitas. A capacidade de imaginar futuros alternativos possíveis é introduzida neste momento e chamada de

[Digite aqui]

cenários (realidade atual x realidade possível), que trabalham com a combinação das variáveis pertinentes para a construção da situação ideal. Essas variáveis não são controláveis, chamadas por Matus de invariantes. O contexto e as circunstâncias são invariantes. O dirigente pode escolher o plano, mas não escolhe as circunstâncias sobre as quais o plano será implementado.

O momento estratégico (M3), é saber se as viabilidades a considerar propiciam a realização do programado. Aqui verifica-se a disponibilidade acerca dos recursos necessários para realizar aquelas ações naquele momento e se é oportuno atuar. Atacar uma determinada causa não significa que ela deva ser atacada primeiro. Não há relação de causalidade entre as causas, mas a sequência de realização será aquela dada à viabilidade de cada momento de execução. A viabilidade varia de acordo com a natureza do problema.

O momento tático-operacional (M4), é o decisivo, é o fazer. Nos momentos anteriores o conhecimento acerca da realidade é relativo e a própria realidade se encontra em determinado estágio. No momento de agir mudanças terão ocorrido e continuarão a ocorrer. Envolve, portanto, um sistema incessante de avaliar e de refazer. O fazer é fonte de aprendizado. Embora seja possível ajustar eventuais desvios, chegar perto da excelência seria não os cometer.

Como dito, a metodologia se baseia no planejamento estratégico situacional e está estruturada em 3 partes: (1) Momento Explicativo, (2) Momento Normativo e (3) Momento Estratégico, sem chegar a última etapa do processo do PES, pois o momento tático-operacional, não é compatível com os objetivos e os limites de abordagem deste TCC.

No momento explicativo será identificado o macroproblema para desenvolvimento da agenda socioambiental no meio rural, buscando refletir as situações mais críticas em relação a degradação ambiental e as dificuldades enfrentadas pelas populações que vivem neste território (PCT e agricultores familiares) para o enfrentamento e transformação do atual modelo de desenvolvimento. Pretendo encontrar os principais problemas, suas causas e os efeitos provocados pelo conjunto dos atores. O reconhecimento desta análise situacional permitirá verificar quais são os problemas a serem escolhidos para a modelagem estratégica.

O momento normativo pretende apresentar o potencial que o turismo e a sociobiodiversidade tem para compor uma agenda propositiva a luz dos esforços governamentais, no sentido de buscar soluções alternativas ao atual modelo de desenvolvimento rural, à medida que a implementação dessas atividades econômicas possa contribuir para a correção e/ou a minimização de parte dos problemas a serem enfrentados para o desenvolvimento rural sustentável. Neste contexto, pretende-se também, compreender como está posta a Política Nacional de Turismo e as Políticas de Meio Ambiente selecionadas, que visam a promoção do Extrativismo e do Desenvolvimento Rural Sustentável e avaliar o quanto o desenho dos programas de ações serão capazes de superar as causas dos problemas.

E o momento estratégico, intenciona delinear orientações para a definição de uma estratégia integradora desta agenda a partir da análise dos instrumentos analisados e complementado pela identificação de elementos de viabilidade e oportunidades dispostos em outras Políticas Ambientais de escopo mais abrangente.

## 2.2. Desenvolvimento, Território, Ruralidade e Sustentabilidade

Tecer um caminho basilar e orientador para apoiar as reflexões sobre temas tão complexos como desenvolvimento, território, ruralidade e sustentabilidade não é tarefa fácil. Contudo, dentro de um universo bibliográfico extenso busquei apreender desta amplitude conceitual; pontos que me chamaram a atenção para as possibilidades de convergência e coesão dos temas, alinhando definições conceituais e políticas institucionais, que devem compor os fundamentos para a elaboração de subsídios para uma Estratégia de Turismo para o Desenvolvimento Rural Sustentável.

Tentei empreender uma leitura que apanhasse as questões significativas para cumprimento do escopo do TCC em três abordagens. A primeira reflete o desenvolvimento e suas dimensões, incorporando a dimensão territorial sob a ótica capitalista, a partir de um artigo de Brandão (2008)<sup>6</sup>. A segunda aborda sobre a realidade rural induzida por agências internacionais de apoio à cooperação e ao desenvolvimento por meio das políticas públicas, a partir do artigo de Favareto (2010)<sup>7</sup>. A terceira fala sobre o conceito da sustentabilidade e sua evolução no desenvolvimento, a partir do recente processo dos debates internacionais.

### Desenvolvimento, território e suas várias dimensões

#### Desenvolvimento e não apenas crescimento econômico

Na segunda metade do século passado, impulsionado pelos processos de descolonização e de emancipação do Terceiro Mundo e pela emergência do sistema das Nações Unidas, o desenvolvimento, firmou-se como uma aspiração dos grandes contingentes populacionais do chamado Terceiro Mundo e como uma das ideias fortes das ciências sociais, configurando uma problemática ampla de caráter pluri e transdisciplinar, atravessada por polêmicas vivas de caráter político, ideológico e teórico. (SACHS, IGNACY, 2004).<sup>8</sup>

O desenvolvimento não se confunde com crescimento econômico. Conforme Celso Furtado<sup>9</sup>, “só haverá verdadeiro desenvolvimento – que não se deve confundir com crescimento econômico, no mais das vezes resultado de mera modernização das elites – ali onde existir um projeto social subjacente”.

---

<sup>6</sup> BRANDÃO, Carlos. Desenvolvimento, Territórios e Escalas Espaciais: levar na devida conta as contribuições da economia política e da geografia crítica para construir a abordagem interdisciplinar. In: RIBEIRO, Maria Teresa e MILANI, Carlos (orgs.) “*Compreendendo a complexidade socioespacial contemporânea: o território como categoria de diálogo interdisciplinar*”. Salvador, Editora da UFBA, 2008.

<sup>7</sup> FAVARETO, Arilson. A abordagem territorial do desenvolvimento rural – mudança institucional ou inovação por adoção. Revista Estudos Avançados, 2010.

<sup>8</sup> SACHS, Ignacy. Prefácio do Livro Desenvolvimento sustentável: desafio do século XXI. In: Revista Ambiente & Sociedade. Vol VII. N. 2. jul./dez de 2004

<sup>9</sup> FURTADO, Celso. Prefácio do Livro Desenvolvimento sustentável: desafio do século XXI. In: Revista Ambiente & Sociedade. Vol VII. N. 2. jul./dez de 2004

Inicialmente no intuito de compreender o que é desenvolvimento, utilizo o que disse Brandão (2008), quando afirma que o verdadeiro desenvolvimento exige envolvimento e legitimação de ações disruptivas, portanto envolve tensão, eleição de alternativas e construção de trajetórias históricas, com horizontes temporais. Partindo do pressuposto que o desenvolvimento é um processo multifacetado de intensa transformação estrutural e resulta de variadas e complexas interações sociais que buscam o alargamento do horizonte de possibilidades de determinada sociedade, visando ampliar o campo de ação da coletividade, aumentando sua autodeterminação e liberdade de decisão. Destaco quando reforça a construção social e política de forma orgânica, sendo permanentemente inclusiva de parcelas crescentes das populações marginalizadas dos frutos do progresso técnico, endogeneizadora de centros de decisão e ter sustentabilidade ambiental.

Sob o aspecto da abordagem territorial do desenvolvimento, Brandão, a partir do conhecimento da economia política e da geografia crítica, avalia que as tensões do desenvolvimento são reforçadas em todas as escalas espaciais, assim como as consequências do movimento da acumulação de capital, ficam mais explícitas.

Outro ponto importante a ser destacado é que o sistema tem uma intersetorialidade marcante, pois as ações setoriais se encontram em permanente interações dinâmicas. Neste sentido, o desafio é empreender a interpretação sob a ótica da pluralidade das frações de classes sociais na construção de um compromisso conflituoso produzido e pactuado em um território vivo, procurando elucidar os processos através dos quais os sujeitos sociais em luta produzem socialmente o espaço e o ambiente construído (Lefebvre, 1974<sup>10</sup>; Harvey, 1982<sup>11</sup>).

Para Brandão, neste contexto múltiplo de desenvolvimento, a escala espacial deve ser vista como um prisma que permite desvendar processos sociais, econômicos e territoriais singulares. E como arena política; o que significa, se a seleção da escala estiver mais adequada aos problemas, melhor será o seu entendimento e a sugestão de alianças de poder e decisões estratégicas para o enfrentamento. Milton Santos (1996)<sup>12</sup> complementa, defendendo a “necessidade de operar distinção entre a escala da realização das ações e a escala de seu comando”, já que o espaço é um híbrido, ou seja, é produzido por uma conjunção singular de processos materiais e culturais.

É fundamental, na visão de Brandão, que esse processo transformador seja promovido simultaneamente em várias dimensões (produtiva, social, tecnológica, etc.) e em várias escalas espaciais (local, regional, nacional.), dando maior autonomia de decisão e ampliando o raio de ação dos sujeitos concretos produtores de determinado território. Deriva daí uma perspectiva que desenvolvimento envolve Tempo e Espaço nas decisões de como alocar (intertemporalmente, interespacialmente, intersetorialmente, etc.) recursos produtivos e econômicos e excedente social. Não se podendo submeter a complexidade e a natureza pluridimensional da realidade à modelos analíticos generalizantes e ao isolamento do econômico, do ecológico, do social, nos quais procura apenas medir com indicadores, a progressão gradual entre regiões e países. Nesta interpretação, para o alcance de estágio superior de desenvolvimento, exige-se o atendimento a algumas condicionalidades, superando gargalos, para romper o atraso, deflagrando um processo de expansão econômica contínua, como se essa situação de atraso fosse apenas uma defasagem temporal, e não de estrutura original e singular.

---

<sup>10</sup> LEFEBVRE, Henri. La production de l'espace. Paris: Maspero, 1974

<sup>11</sup> HARVEY, David. Limits to capital. Oxford: Basil Blackwell, 1982

<sup>12</sup> SANTOS, Milton. A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção. São Paulo: Hucitec, 1996

[Digite aqui]

Tentando concluir, Brandão coloca os seguintes questionamentos: será possível e viável politicamente tomar o território como produto de relações sociais a fim de construir políticas públicas e ações emancipatórias e de construção de cidadania? É possível definir planos escalares distintos que orientem reflexões sobre estratégias de desenvolvimento multi-escalares? E aponta que o caminho está na capacidade de realizar um ação coletiva, que seja pedagógica, que adense a consciência social cidadã e a legitimação política a fim de promover mudanças em relações de propriedade, buscando habilitar os atores destituídos e marginalizados de determinado território para ativar recursos materiais e simbólicos buscando ampliar o campo de ação da coletividade, aumentando sua autodeterminação e liberdade de decisão. Tomar o território enquanto potência vigorosa de transformação.

## **Desenvolvimento Rural**

Na visão de Favareto (2010), há um novo discurso sobre a ruralidade, que nos últimos quinze anos vêm progressivamente tomando a forma de consensos e orientações, muito influenciados por agências internacionais de apoio à cooperação e ao desenvolvimento. E é sabida a enorme influência que esses organismos têm na definição das políticas, sobretudo dos países da periferia e da semiperiferia do capitalismo mundial.

A afirmação principal que sustenta o artigo de Favareto, é que a “nova visão” do desenvolvimento rural se instituiu com força para reorientar o discurso e o desenho das políticas, mas não se fez acompanhado da criação de novas instituições capazes de sustentar esse novo caminho. O que está ocorrendo é uma incorporação “por adição” dos novos temas sob nova roupagem, na qual velhos valores e práticas continuam a dar os parâmetros para a atuação dos agentes sociais, estabelecendo aquilo que a literatura em economia institucional, chama de dependência de percurso.

Como mostra Navarro (2001)<sup>13</sup>, a ideia de desenvolvimento rural não é nova, Garcia (2002)<sup>14</sup> vê na América Latina, quatro grandes momentos: o primeiro marcado pelos projetos e iniciativas de desenvolvimento comunitário; o segundo, pelos grandes projetos de reforma agrária; o terceiro, por aquilo que se convencionou chamar de desenvolvimento rural integral; até, por fim, o momento dos projetos que falam em desenvolvimento territorial e combate à pobreza.

E conclui, que a desconexão entre políticas rurais e políticas macroeconômicas e a carência de recursos humanos revelaram-se fatores altamente limitantes para o êxito de qualquer política de desenvolvimento rural. Assim entre 1960 e 1980 as políticas estruturais para o mundo rural eram ausentes. No Brasil foi nítida essa ausência, permitindo uma forte modernização tecnológica para a integração da atividade agrícola aos complexos agroindustriais, e a formação de um padrão corporativista de organização do agro em que cabia ao Estado, o papel de indutor da economia e de repressor dos conflitos.

Pelo exposto por Favareto, no lugar de uma verdadeira estratégia de desenvolvimento rural para o país, há a permanência de uma visão agrária dos espaços rurais; o viés de política social

---

<sup>13</sup> NAVARRO, Z. Desenvolvimento rural no Brasil – os limites do passado e os caminhos do futuro. *Estudos Avançados* – Dossiê Desenvolvimento Rural, v.15, n.43, set./dez.2001.

<sup>14</sup> GARCIA, A. *Desarrollo rural* – concepto, institucionalidad y políticas en el 2001. Santiago de Chile: IICA, 2002

subjacente às orientações. E a partir de 2005, há incorporação das dimensões territorial, institucional e ambiental, mas “por adição” ao léxico dos formuladores das políticas ou, no limite, como identificação de instâncias a serem, de alguma maneira, envolvidas ou mobilizadas com as orientações enunciadas do Banco Mundial. Apesar da inovação discursiva, a proposição não traz a interpretação dos problemas relevantes para a promoção do desenvolvimento dos espaços rurais e nem concebem à ideia de desenvolvimento territorial. E no âmbito do combate à pobreza no rural é inegável os baixos indicadores econômicos e sociais, no entanto, estratégias específicas de discriminação positiva muitas vezes se traduz na introdução de um viés totalmente assistencial que tem o efeito de prevenir a exclusão de um rol de programas e políticas. As políticas de dinamização econômica e fomento à inovação ficam reservadas àquelas que apresentam potencialidades competitivas, favorecendo, muitas vezes o aprofundamento da dicotomia que atribui ao rural somente o lugar do atraso e da pobreza.

Explica Favaretto, que há duas razões para esse estigma. A primeira é cognitiva, devido a visão dos quadros mentais da burocracia governamental, até mesmo de pesquisadores e dessas populações, em que esses lugares e suas associações já estão preestabelecidos. A segunda é política, uma vez que essas populações não dispõem dos meios e dos recursos para pleitear outro tipo de investimento e de inserção governamental, permitindo que os investimentos sejam capturados pelos agentes mais tradicionais do agro, reforçando sempre a mesma visão baseada na valorização de uma economia agroexportadora dos recursos primários, mesmo na contramão das tendências em curso não só nos países do capitalismo avançado, mas também na América Latina.

Outro aspecto destacado por Favareto, reside no entendimento do que caracteriza as áreas rurais é a fragilidade dos seus mercados locais, pondo ênfase nas articulações extra locais em detrimento da dimensão intraterritorial para conexão a mercados dinâmicos. Além disso, sugere também que a parcela da sociedade com a desconcentração da posse dos diferentes recursos – materiais, simbólicos e cognitivos – e de uma maior diversificação de seu tecido social são aquelas que mais favorecem a formação desse tipo de instituição, em oposição àquelas estruturas sociais mais especializadas, rígidas e concentradas. O que o exemplo brasileiro parece demonstrar, no fundo, é que há uma associação nos quadros de referência de cientistas, da burocracia governamental, das elites, entre a ideia de que o desenvolvimento é um atributo do urbano e a decorrente associação do rural à pobreza.

Em suma, o lugar institucional da ideia de rural, de ruralidade, é determinado tanto pela *illusio*, no sentido dado por Bourdieu (2001)<sup>15</sup>, no destino urbano do progresso social, como pela dependência de caminho que ela gera nas ações de indivíduos e organizações. Assim, a marginalização do rural e sua associação automática à ideia de pobreza e de atraso restringem de partida as possibilidades de investimentos científicos, políticos e econômicos, contribuindo para reforçar um ciclo travado que inibe a mudança frente ao desenvolvimento de caráter territorial.

## **Desenvolvimento Sustentável**

O desenvolvimento depende da cultura e não pode se limitar unicamente aos aspectos sociais e sua base econômica, ignorando as relações complexas das sociedades humanas e a

---

<sup>15</sup> BOURDIEU, P. Meditações pascalianas. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001

evolução da biosfera. A sustentabilidade vai depender da capacidade humana de se submeter aos preceitos de prudência ecológica e de fazer um bom uso da natureza. É por isso que falamos em desenvolvimento sustentável, entendendo sustentável aquele que se desdobra em socialmente incluyente, ambientalmente sustentável e economicamente sustentado no tempo. Deve enfrentar as desigualdades sociais entre nações e dentro das nações, e fazê-lo de maneira a não comprometer o futuro da humanidade por mudanças climáticas irreversíveis. (SACHS, IGNACY,2004).<sup>16</sup>

Veiga.J.(2001)<sup>17</sup> advoga pela defesa do conceito de desenvolvimento sustentável como utopia para o século XXI, postulando a necessidade de buscar um novo paradigma científico, capaz de se substituir ao industrialismo. Sachs acredita em novos paradigmas, para romper com o socialismo real, o Consenso de Washington, o crescimento econômico socialmente perverso por se alimentar de desigualdades crescentes, e da socialdemocracia, que foi longe demais na aceitação da economia de mercado sem freios. Em paralelo, devemos superar as barreiras que hoje separam as diferentes disciplinas do saber, caminhando para a eco-sócio-economia proposta por Kapp,W(2004)<sup>18</sup>

O eco desenvolvimento, denominação dada anteriormente para o desenvolvimento sustentável, na concepção de Sachs compreende cinco dimensões da sustentabilidade: social, econômica, ecológica, espacial e cultural.

Embora não haja consenso teórico sobre uma definição universal do Desenvolvimento Sustentável, a expressão popularizou-se no mundo a partir da Rio-92, sendo pouco a pouco absorvida por governos, corporações e entidades da sociedade civil, geralmente relacionada à formulação e execução de políticas públicas e por iniciativas privadas ligadas à responsabilidade socioambiental.

Na ótica do modelo econômico desenvolvimentista, que deu o tom das políticas de expansão econômica do pós-guerra, as salvaguardas ambientais eram vistas como entraves ao progresso. Entre as décadas de 1960 e 1980, cresceu a preocupação pública com os efeitos negativos do modelo industrial e a ONU iniciou um ciclo de debates para alinhar as nações em torno de princípios e compromissos por um desenvolvimento mais inclusivo e harmônico com a natureza. Em 1972, acontece a primeira Conferência da ONU sobre o Meio Ambiente Humano, realizada em Estocolmo, inserindo o tema do desenvolvimento sustentável na pauta internacional. Contudo, emergiu na cúpula a principal polêmica, o embate entre países desenvolvidos do hemisfério Norte e nações em desenvolvimento do hemisfério Sul.

Apesar do Relatório Brandt, de 1980<sup>19</sup>, ter proposto medidas que diminuíssem a crescente assimetria econômica entre países ricos do hemisfério Norte e pobres do hemisfério Sul, a onda neoliberal da década o ignorou. No entanto, paralelamente ao debate sobre Desenvolvimento Sustentável, a Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (CMMAD), criada

---

<sup>16</sup> SACHS, Ignacy. Prefácio do Livro Desenvolvimento sustentável: desafio do século XXI. In: Revista Ambiente & Sociedade. Vol VII. N. 2. jul./dez de 2004

<sup>17</sup> VEIGA, José Eli da. Desenvolvimento sustentável: o desafio do século XXI. Rio de Janeiro: Garamond, 2008 3ª ed.

<sup>18</sup> KRAPP, William. Prefácio do Livro Desenvolvimento sustentável: desafio do século XXI. In: Revista Ambiente & Sociedade. Vol VII. N. 2. jul./dez de 2004

<sup>19</sup> O Relatório Brandt, publicado em julho de 1980 com o título *Norte-Sul: um Programa para a Sobrevivência*, decorreu do trabalho da Comissão Independente sobre Questões de Desenvolvimento Internacional, chefiada pelo ex-chanceler alemão Willy Brandt. RADAR Rio + 20 – Por dentro da Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável. FGV, ISA, Vitae Civilis,2011.

em dezembro de 1983 pela Assembleia Geral da ONU publicou, em 87, o conhecido Relatório Brundtland<sup>20</sup>, ou “Nosso Futuro Comum”, consagrando a expressão Desenvolvimento Sustentável, como “aquele que atende às necessidades do presente sem comprometer a possibilidade de as gerações futuras atenderem a suas próprias necessidades”, e derivou o conceito dos três pilares do Desenvolvimento Sustentável: desenvolvimento econômico, equidade social e proteção ambiental. As recomendações do *Nosso Futuro Comum*, levaram à realização da Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (CNUMAD), em junho de 1992, no Rio de Janeiro, também chamada de Cúpula da Terra, Rio-92 e ECO-92.

Foi a Rio-92, que selou os acordos políticos entre os países e negociou metas e o arcabouço institucional do novo momento, pautando as negociações sobre Desenvolvimento Sustentável e Meio Ambiente para as duas próximas décadas, na qual foram aprovados um conjunto de tratados: Declaração do Rio sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, com os 27 princípios para guiar os países nas suas políticas de Desenvolvimento Sustentável; a Agenda 21 – Programa de transição para o Desenvolvimento Sustentável, que serviu de base para a elaboração das Agendas 21 nacionais e locais; a Declaração de Princípios sobre Florestas; a Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre a Mudança do Clima (CQNUMC), a Convenção das Nações Unidas sobre Diversidade Biológica (CDB) e a Convenção sobre Combate à Desertificação.

Entretanto, a implementação dos compromissos assumidos em 1992, foi muito baixa e a saúde do planeta continuou piorando. A avaliação da Rio+5<sup>21</sup> observou retrocessos como a diminuição da assistência oficial ao desenvolvimento e a Rio +10<sup>22</sup>, também foi um fracasso. Destacando, contudo, o debate para a promoção de parcerias público-privadas (PPPs), refletindo abordagens neoliberais mais vigorosas com a globalização que se acentuou nos anos 1990, incluindo parcerias com iniciativas voluntárias e multissetoriais.

Apesar da prevalência do desenvolvimentismo, ambientalistas, movimentos sociais e cientistas que pesquisavam os efeitos do modelo de produção e consumo vigentes na saúde humana e no meio ambiente gradualmente aumentavam sua influência sobre a opinião pública. De lá para cá o mundo criou um arcabouço institucional e legal para tentar reverter o quadro de agravamento nas condições ambientais e sociais e desequilíbrios socioeconômicos entre países. E mais recentemente novos atores, como as empresas, entraram no debate, muitos sob o alerta emitido em 2007 pelo 4º Relatório de Avaliação do Painel Intergovernamental sobre Mudança do Clima (IPCC), colocando novos desafios para acelerar a transição para uma economia de baixo carbono e socioambientalmente sustentável.

O vigor econômico das economias ricas provou, porém, ser pouco sustentável. Houve, contudo, considerável envolvimento, no período pós-Rio-92, de governos, organizações da sociedade civil e empresas com iniciativas para proteger ativos ambientais e sociais nas cadeias de

---

<sup>20</sup> Relatório final sobre Desenvolvimento Sustentável, publicado em abril de 1987 pela Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (CMMAD), criada em dezembro de 1983 pela Assembleia Geral da ONU e chefiada pela primeira ministra da Noruega, Gro Harlem Brundtland. RADAR Rio + 20 – Por dentro da Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável. FGV, ISA, Vitae Civilis, 2011

<sup>21</sup> Sessão Especial da Assembleia Geral da ONU realizada em Nova York, em junho de 1997; conhecida pela sigla em inglês UNGASS, para avaliação sobre os cinco anos pós-Rio-92. RADAR Rio + 20 – Por dentro da Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável. FGV, ISA, Vitae Civilis, 2011

<sup>22</sup> A Cúpula Mundial sobre Desenvolvimento Sustentável, promovida pela ONU em Joanesburgo em 2002. RADAR Rio + 20 – Por dentro da Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável. FGV, ISA, Vitae Civilis, 2011

negócios. O Desenvolvimento Sustentável galgou degraus nas agendas corporativas e foi incorporado por muitas companhias como conceito central nos seus processos de produção e relacionamento. Infelizmente, o conceito também virou instrumento publicitário de empresas sem políticas e ações efetivas em nome da sustentabilidade, gerando o chamado *greenwashing* ou maquiagem verde. Investimentos em tecnologias verdes e na transição para uma economia sustentável têm aumentado e algumas companhias começam a comunicar publicamente sua pegada ecológica e desempenho de indicadores de sustentabilidade, ainda que timidamente.

Destacam-se ainda as ações voltadas para a Economia Verde<sup>23</sup>; uma expressão de significados e implicações ainda controversos, que gradualmente vem tomando o lugar do termo “eco desenvolvimento” nos debates e formulação de políticas envolvendo ambiente e desenvolvimento. A ideia central da Economia Verde é que o conjunto de processos produtivos da sociedade e as transações deles decorrentes contribuam cada vez mais para o Desenvolvimento Sustentável, tanto em seus aspectos sociais quanto ambientais. Para isso, propõe como essencial que, além das tecnologias produtivas e sociais, sejam criados meios pelos quais fatores essenciais ligados à sustentabilidade socioambiental, hoje ignorados nas análises e decisões econômicas, passem a ser considerados. Destacando ainda a chamada Economia de Baixo Carbono, conceito menos abrangente que o da Economia Verde, pois localiza as iniciativas em sustentabilidade no contexto da redução de emissões de gases do efeito estufa e na adaptação de produtos, serviços e sistemas produtivos aos novos desafios e às oportunidades associadas à mudança do clima. De toda forma, mesmo polêmicos estes conceitos estimulam a criação de incentivos a negócios verdes, para ampliar a geração de empregos e elevar o crescimento do PIB nos cenários de médio e longo prazos, de acordo com as projeções do relatório sobre Economia Verde publicado pelo Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente -PNUMA.

Segundo estudiosos e ambientalistas, uma solução para os dilemas teóricos com a formulação do Desenvolvimento Sustentável seria substituí-la ou, ao menos, subordiná-la a outra ainda mais abrangente, a de sociedades sustentáveis. De alguma maneira, a ideia da sociedade sustentável resgata a pioneira formulação do eco desenvolvimento por ser composta de várias dimensões da sustentabilidade, incluindo a cultural. “Sociedade sustentável” soa, ainda, compatível com a noção de sustentabilidade, que geralmente é utilizada para ampliar o escopo do “Desenvolvimento Sustentável”, questionado por alguns que o entendem como um termo que traz implicitamente a noção de crescimento contínuo, e mais associado à dimensão econômica do que ao modelo de sociedade como um todo, com seus múltiplos aspectos culturais e materiais.

Eco desenvolvimento, sustentabilidade, sociedade sustentável, economia de baixo carbono, economia sustentável, economia inclusiva e economia solidária. Esses jargões – e muitos outros no campo do Desenvolvimento Sustentável – possuem definições várias, muitas vezes ambíguas e imprecisas. Assim, mais importante que a definição precisa de cada termo é a noção de que todos eles sintetizam ideias para chamar a atenção da opinião pública e dos especialistas quanto à necessidade de tornar os processos de desenvolvimento e os instrumentos econômicos ferramentas

---

<sup>23</sup> Economia que resulta em melhoria do bem-estar da humanidade e igualdade social, ao mesmo tempo em que reduz significativamente riscos ambientais e escassez ecológica. PNUMA, 2011. Rumo a uma Economia Verde: Caminhos para o Desenvolvimento Sustentável e a Erradicação da Pobreza – Síntese para Tomadores de Decisão, [www.unep.org/greeneconomy](http://www.unep.org/greeneconomy).

[Digite aqui]

de promoção da igualdade social e erradicação da pobreza, com respeito aos direitos humanos e sociais e conservação e uso sustentável dos recursos naturais.

De acordo com Nascimento (2012)<sup>24</sup>, o embate entre a visão dos países desenvolvidos, e a dos países em desenvolvimento ou subdesenvolvidos, que se anunciou nos anos 1970, persiste. As diferenças residem, entre outros, em dois pontos: a) a crise ambiental assumiu contornos mais graves com a percepção da responsabilidade antrópica no aquecimento global e a dinâmica de ascensão de um contingente humano mais significativo no mercado de consumo; b) as propostas do desenvolvimento sustentável, sobretudo da descarbonização e desmaterialização da economia, agora sob a roupagem da economia verde, ganharam força.

Na visão de Cavalcanti (2012)<sup>25</sup>, o desenvolvimento sustentável (responsável) se concebe como um processo socioeconômico em que: (i) se minimiza o uso de matéria e energia (depleção), (ii) se minimizam os impactos (lançamento de dejetos) ambientais; (iii) se maximiza o bem-estar ou utilidade social, sem ameaça de retrocessos; e (iv) se atinge uma situação de eficiência máxima no uso dos recursos – de modo semelhante ao modelo de funcionamento da natureza. E considera que mudanças no sistema econômico são inevitáveis como forma de adaptação às restrições que o processo econômico confronta e não pode mais ignorar. Poderão ser mudanças conscientes (transição para nova era em sintonia com os limites da natureza) ou mudanças abruptas (respostas caóticas a alterações nos sistemas de sustentação da vida).

Ainda são muitas as indagações sobre; o que se deseja sustentar; a natureza ou os padrões de consumo da humanidade? qual a escala ótima da economia que garante sua sustentabilidade pelo ecossistema? Em que prazo, na perspectiva instantânea, de longo prazo, de séculos ou milênios? São muitas as reflexões a amadurecer para romper os paradigmas e determinar escolhas.

### **3. Metodologia**

Este Trabalho de Conclusão do Curso –TCC como se trata de um projeto de intervenção para a integração e o aprimoramento das políticas governamentais de Turismo e Desenvolvimento Rural Sustentável, é em essência um trabalho de planejamento estratégico. Como dito no referencial teórico, buscou inspiração no PES para sua orientação metodológica. Neste sentido, a metodologia está dividida em 3 partes: (1) Momento Explicativo (2) Momento Normativo e (3) Momento Estratégico – buscando contribuir para a elaboração de Subsídios e Diretrizes de uma Estratégia de Turismo para o Desenvolvimento Rural Sustentável.

Reitero que a última fase do processo do PES, o momento tático-operacional, não é compatível com os objetivos e os limites de abordagem deste TCC, mas espera-se que os resultados sirvam de orientação para futuras negociações e avance para a elaboração de planos operacionais.

---

<sup>24</sup> NASCIMENTO, Elimar. Trajetória da sustentabilidade: do ambiental ao social, do social ao econômico. Revista Estudos Avançados, 2012.

<sup>25</sup> CAVALCANTI, Clóvis. Sustentabilidade: mantra ou escolha moral? Uma abordagem ecológico-econômica. Revista Estudos Avançados, 2012

## **Parte I -Momento explicativo**

### 1. Identificação do macroproblema

- Reconhecer os principais vetores de degradação ambiental e os principais problemas socioambientais e suas causas, existentes no meio rural, a partir dos efeitos do processo de desenvolvimento econômico dado principalmente pelo setor do Agronegócio.
- Serão identificadas as situações críticas em relação a preservação ambiental e às condições socioeconômicas das populações rurais, em especial dos Povos e Comunidades Tradicionais (PCT) e dos Agricultores Familiares.
- Será utilizada consulta a amplas referências bibliográficas.

## **Parte II – Momento Normativo**

2. Apresentação de referencial conceitual, institucional e prático sobre os temas relativos ao Turismo Sustentável e à Sociobiodiversidade, como uma oportunidade para o desenvolvimento rural sustentável.

- Serão selecionados segmentos turísticos para compreensão do processo turístico no rural - Turismo Rural, Ecoturismo, Turismo Aventura, Turismo Cultural e Turismo de Base Comunitária e demais atividades associadas.
- Será apresentada uma análise sintética sobre o potencial de soluções frente aos problemas e causas a serem enfrentados para o desenvolvimento rural sustentável.
- Será utilizada consulta a amplas referências bibliográficas.

3. Apresentação e avaliação expedita da Política Nacional de Turismo.

- Será identificado um conjunto de aspectos estruturantes e de escopo da política governamental em âmbito federal de competência do Ministério do Turismo, como os objetivos, princípios, diretrizes e instrumentos de planejamento.
- A abordagem analítica deverá observar quais as alternativas de ação propostas frente a promoção do turismo sustentável no meio rural.
- Será feito o levantamento de documentos técnicos e institucionais publicados e em elaboração pelos departamentos competentes pela referida política. E ainda poderão ser realizadas consultas pessoais aos representantes e gestores das referidas agendas.

4. Apresentação e avaliação expedita de Políticas de Meio Ambiente selecionadas, que visam a promoção do Extrativismo e o Desenvolvimento Rural Sustentável.

- Será identificado um conjunto de aspectos estruturantes e de escopo destas políticas governamentais em âmbito federal de competência do Ministério do Meio Ambiente e parceiros, como os princípios, diretrizes, objetivos, instrumentos de planejamento.
- A abordagem analítica deverá observar quais as alternativas de ação propostas frente aos problemas e causas do desenvolvimento rural sustentável.
- Será feito o levantamento de documentos técnicos e institucionais publicados e em elaboração pelos departamentos competentes pelas referidas políticas e ainda serão realizadas consultas pessoais aos representantes e gestores das referidas agendas.

5. Conhecer o potencial de sinergia e integração das políticas Ambientais e de Turismo, voltadas a promoção do turismo que contribua para o desenvolvimento Rural Sustentável, a partir da análise do desenho dos instrumentos de política analisados.

- O objetivo é conhecer: (i) princípios/diretrizes e objetivos comuns; (ii) iniciativas/ações convergentes, (iii) similaridades quanto aos beneficiários, (iv) adensamento nos territórios abrangidos, (v) lacunas de intervenção, (vi) restrições e (vii) oportunidades de integração.

6. Elaboração de subsídios e propostas de diretrizes para uma Estratégia de Turismo para o Desenvolvimento Rural Sustentável.

- A partir da avaliação dos instrumentos de políticas selecionados, será proposto considerações que orientem o planejamento de uma estratégia de governo promovida por uma agenda de cooperação intersetorial para implementação de políticas públicas que incentivem o desenvolvimento do Turismo Sustentável no território Rural.
- A análise e proposições poderá ser estruturada em componentes, relacionando as principais estratégias e iniciativas, conforme estrutura dos instrumentos de política analisados, a exemplo do planejamento, ordenamento territorial, legislação, mecanismo de governança, entre outros.

### **Parte III – Momento Estratégico**

7. Apresentação e identificação de fatores favoráveis e desfavoráveis no contexto de viabilidade da proposta de Estratégia apresentada.

- Serão identificados elementos de viabilidade, tomando como base a análise dos instrumentos de políticas e na abordagem ampla de outras oportunidades e ou restrições existentes que conformam o contexto político, econômico e ambiental atual.

[Digite aqui]

- Será feito o levantamento de documentos técnicos, institucionais publicados e de consulta a mídia. E ainda poderão realizadas consultas pessoais aos representantes e gestores das referidas agendas.

## 8 . Conclusão

Para finalizar o trabalho, será apresentada uma síntese dos aspectos mais importantes fundamentados no estudo e a serem considerados na formulação e implementação da Estratégia.

## **Parte I (Momento Explicativo)**

### **4. Problema (s) a demandar a proposição de uma Estratégia de Turismo para o Desenvolvimento Rural Sustentável**

#### **4.1. Análise situacional**

O planejamento estratégico requer conhecer e explicar (identificar as suas causas críticas) os principais problemas a serem enfrentados. Neste sentido para atender o objetivo proposto pelo TCC, quanto ao reconhecimento da necessidade de serem desenvolvidas estratégias de desenvolvimento sustentável para o meio rural (destacando a valorização de atividades econômicas, a exemplo do Turismo), se faz imperioso identificar o contexto em que se situa a problemática socioambiental do rural, em especial provocada pelo agronegócio.

Conforme o método PES, esse é o momento explicativo da realidade social, que se resume na tentativa de identificar os principais problemas a serem enfrentados e de compreender o contexto em que se colocam, um dos propósitos deste trabalho. Portanto, será abordado aspectos do processo de desenvolvimento rural no Brasil, de forma a elucidar os problemas; suas causas e efeitos; frente a relevante necessidade de dirigir esforços sobretudo, governamentais; com intuito de minimizar a degradação ambiental e promover a melhoria das condições sociais das populações, em especial dos agricultores familiares e povos e comunidades tradicionais.

#### **O Rural Brasileiro - por que está a requerer uma estratégia de desenvolvimento sustentável?**

Primeiramente, tomando como base o exposto no referencial teórico, será adotado um conceito múltiplo e integrado para o território rural em uma visão renovada e contemporânea, no esforço de mostrar a sua importância e vitalidade. Um conceito que carrega uma abordagem de um rural rico e diverso, e que não assume somente uma função produtivista, mas que detém

capacidade de manutenção de vasto patrimônio natural e sociocultural. Sob esse enfoque, o rural não é um simples efeito da memória e da imaginação; ele se expressa real e concretamente, enquanto “forma territorial da vida social”, através das particularidades de suas paisagens, dos modos de habitar, de conviver e de reproduzir a existência de sua população. E que desta forma se distancia de um conceito antigo e impregnado de preconceitos (rural como sinônimo de atraso, isolamento e pobreza) útil somente ao processo de desenvolvimento urbano-industrial brasileiro, e que ganha validade, se considerar sua importância para a economia, a coesão social e a sustentabilidade ambiental. E como dito por Abramovay (2003)<sup>26</sup> - Um rural que assume suas características como trunfo, oferecendo perspectivas promissoras de desenvolvimento.

### A dimensão do rural brasileiro

A população rural brasileira, vem decrescendo, ao longo do tempo, de forma rápida e constante. Quando do início da modernização conservadora da agropecuária em 1960 a população rural era de aproximadamente 39 milhões chegando a menos de 30 milhões em 2010 (Censo IBGE, 2010) representando apenas 16% da população do país, o que classificaria o Brasil como essencialmente urbano. No entanto, estudiosos do desenvolvimento rural tem aplicado critérios mais contemporâneos para a classificação de um espaço como rural ou urbano.

Um esforço recente, “*Repensando a ruralidade no Brasil*”, Bacelar (2014)<sup>27</sup>, para redimensionamento do rural conforme critérios aplicados pela Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico – OCDE, traz resultados que redimensionam o rural no Brasil, e afirma que a população residente em municípios essencialmente e relativamente rurais corresponde a 37% da população total do país, distribuída em 87% dos municípios e ocupam 89,2% do território nacional. E reconhece a diversidade do rural brasileiro, a partir de nova metodologia com olhar para municípios e biomas (em lugar da tradicional abordagem pelas macrorregiões do IBGE), identificando 26 tipos de espaços rurais.

O resultado da leitura e a compreensão deste estudo foram trazidas para a abordagem deste TCC, uma vez que ele amplia o conceito e o entendimento do que representa o rural para o Brasil e traz importantes resultados, segundo Guimarães (2014)<sup>28</sup>:

- (i) a afirmação e qualificação de uma nova visão do rural no Brasil, convivendo, no entanto, com uma concepção simplista ainda predominante no país que não dá conta da vitalidade, diversidade e riqueza do rural;
- (ii) redimensionamento do rural, a partir de critérios de classificações internacionalmente aceitos. A resultante da aplicação desses critérios indica que o Brasil é mais rural do que imaginam os que se baseiam em concepções que supervalorizam o urbano num país onde a urbanização foi intensa, mas que produziu especificidades que não podem ser desconsideradas;

---

<sup>26</sup> ABRAMOVAY.R.Citação do artigo de Guimarães,I. Brasil atual: um novo olhar sobre o rural e seus desafios. – DPJUVE/SECADI/MEC. Brasília, 2014

<sup>27</sup> BACELAR.T. Projeto Repensando o Conceito de Ruralidade no Brasil. IICA /Ministério do Planejamento. Brasília, 2014.

<sup>28</sup> GUIMARAES, I. Brasil atual: um novo olhar sobre o rural e seus desafios. Texto elaborado para subsidiar os debates dos Encontros de Formação de Gestores e Formadores do Pro jovem Campo – Saberes da Terra – Edição 2014. Diretoria de Políticas de Educação para a Juventude – DPJUVE/SECADI/MEC. Brasília, 2014.

[Digite aqui]

(iii) identificação das diferenças da realidade rural constatada na imensa heterogeneidade do território nacional, construindo-se a partir dessas informações uma proposta de tipologia capaz de tipificar regionalmente os espaços rurais brasileiros;

(iv) registro da contraposição entre a proposta de tipologia regionalizada com políticas públicas atuais, sobretudo as voltadas à promoção do desenvolvimento rural.

### O processo de transformação do mundo rural e as políticas agrícolas e agrárias

Aqui procurou-se apresentar momentos que marcaram esse processo de desenvolvimento no Brasil, incluindo aspectos significativos da evolução das políticas públicas, sobretudo aquelas voltadas a agricultura familiar.

A partir dos anos 1960 na América Latina, o tema da reforma agrária ganhou destaque como principal política de desenvolvimento rural. Um estudo realizado pela Organização das Nações Unidas para Alimentação (FAO) sobre a relação entre perfil fundiário e pobreza, indicou minifúndios com área insuficiente para reprodução social e a presença do latifúndio como marca da estrutura agrária da região. Paralelamente, a Comissão Econômica Para América Latina e Caribe (CEPAL) apontava um lento crescimento da produção em relação à demanda nacional e internacional e a necessidade de um processo de modernização acompanhado de uma reforma agrária, que tivesse impacto para além da produção agrícola, influenciando nos níveis de renda com impacto sobre o mundo urbano. A experiência histórica demonstrou, no entanto, que as reformas eram parte de um projeto político para diminuir o peso dos latifundiários, porém sem definir que tipo de propriedade deveria substituir o latifúndio. A ausência de tecnologias apropriadas aos pequenos produtores, dificuldades de acesso ao crédito e, fragilidades no ambiente social e institucional limitaram e frustraram esta etapa. (Favareto,2010)<sup>29</sup>

No caso brasileiro, ocorre a chamada Revolução Verde, com uma rápida modernização do setor agrícola e forte expansão da produção, aumento do comércio e urbanização rápida e crescente. Mas o efeito desta revolução foi particularmente negativo para os pequenos produtores rurais, e aprofundou a heterogeneização desses espaços, onde alguns alcançaram um modelo de integração competitiva, enquanto outros aprofundam a situação de marginalização e decadência. (Favareto,2010)

Com o fracasso das políticas de reforma agrária, houve um realinhamento estratégico com ênfase em melhorar a qualidade de vida e as capacidades produtivas, dos produtores rurais mais pobres incluindo serviços sociais e técnicos, o que foi conhecido como desenvolvimento rural integral. Mas apesar da ampliação dos recursos; a carência de recursos humanos forçou a priorização dos pequenos proprietários com posse da terra, limitando a abrangência dos programas, já que esta era uma condição para o esforço de desenvolvimento. A colonização e a regularização fundiária foram realizadas, mas não a partilha de terras. Além da dificuldade operacional, a estrutura governamental não teve capacidade institucional de articulação para transformar projetos produtivistas em integrados. O balanço geral até esse período revela um quadro de difícil

---

<sup>29</sup> FAVARETO, Arilson. A abordagem territorial do desenvolvimento rural –mudança institucional ou inovação por adição. Revista Estudos Avançados, 2010.

[Digite aqui]

enfrentamento. As políticas rurais não estavam conectadas as políticas macroeconômicas, que somadas a carência de recursos limitavam os bons resultados de qualquer política de desenvolvimento rural. (Favareto,2010)

Conforme Favareto, assim entre 1960 e 1980 as políticas estruturais para o mundo rural no Brasil eram ausentes, permitindo uma forte modernização tecnológica para a integração da atividade agrícola aos complexos agroindustriais, e a formação de um padrão corporativista de organização do agro em que cabia ao Estado, o papel de indutor da economia e de repressor dos conflitos.

Reforçando essa análise de Favareto, ressalta-se a leitura de Grisa e Schneider (2015)<sup>30</sup>, quando expõe que enquanto uma corrente mobilizada por organizações de trabalhadores da agricultura clamava por reformas de base; dentre elas a reforma agrária; se configurou outra opção sustentada pelas elites agrárias. Assim outro referencial setorial foi institucionalizado no Brasil, orientado pela modernização tecnológica da agricultura, com o argumento da necessidade de cumprir suas funções no desenvolvimento econômico do País. O ajuste entre o setor da agricultura e a industrialização da economia do País passou a ser realizado por políticas públicas, como crédito rural, garantia de preços mínimos, seguro agrícola, pesquisa agropecuária, assistência técnica e extensão rural, incentivos fiscais às exportações, minidesvalorizações cambiais, subsídios à aquisição de insumos, expansão da fronteira agrícola, e o desenvolvimento de infraestruturas. Esse referencial predominou as orientações do Estado no setor agrícola e pecuário por cerca de 20 anos, configurando o que Delgado (2001)<sup>31</sup> denominou de “política agrícola ativa” que beneficiou principalmente os médios e os grandes agricultores, localizados nas regiões Sul e Sudeste, produtores de produtos direcionados à exportação ou de interesses de grupos agroindustriais (café, soja, trigo, cana-de-açúcar, laranja, algodão). Grisa e Schneider (2015) complementam ainda, que durante os anos de ditadura militar, o contexto político e institucional excluía a participação dos representantes da sociedade civil vinculados à agricultura familiar. Assim, no lugar de uma verdadeira estratégia de desenvolvimento rural para o país, há a permanência de uma visão agrária dos espaços rurais; o viés de política social subjacente às orientações. E a partir dos anos 1980, fica evidente que mesmo com o crescimento econômico e da produção de alimentos, havia aumentado a pobreza e a desigualdade.

### Agricultura Familiar – reconhecimento, políticas e avanços

O reconhecimento da agricultura familiar e a construção de políticas diferenciadas não foram mudanças triviais, vale notar, como destacado por Abramovay e Morello (2010)<sup>32</sup>, que este processo ocorreu porque o fortalecimento da democracia está na raiz das mais importantes

---

<sup>30</sup> GRISA, C. e SCHNEIDER, S. Três Gerações de Políticas Públicas para a Agricultura Familiar e Formas de Interação entre Sociedade e Estado no Brasil. RESR.Piracicaba/SP,2015.

<sup>31</sup> DELGADO, N.G. e LEITE, S.P. Gestão social e novas institucionalidades no âmbito da política de desenvolvimento territorial. In: DELGADO, N. G. e LEITE, S. P. (Orgs.). *Políticas públicas, atores sociais e desenvolvimento territorial no Brasil*. Brasília, IICA. (Série Desenvolvimento Rural Sustentável, vol. 14), 2011, p. 89-130

<sup>32</sup> ABRAMOVAY.R e MORELLO, T. F. A democracia na raiz das novas dinâmicas rurais brasileiras. In: *International Conference Dynamics of Rural Transformations in Emerging Economies*, April 14-16, 2010, New Delhi, India.

mudanças pelas quais passa o meio rural brasileiro nos últimos 20 anos [...] que permitiram reduzir a pobreza de sua população, melhorar a distribuição de renda e dar início a mudanças de comportamento empresarial no sentido de fazer do bem-estar das pessoas e da resiliência dos ecossistemas a base da própria vida econômica.

Historicamente, a agricultura familiar ou “os pequenos agricultores” – como eram denominados até cerca de duas décadas atrás – sempre estiveram às margens das ações do Estado brasileiro. Iniciando uma nova trajetória para a categoria social, a Constituição de 1988 incitou novos espaços de participação social e reconheceu direitos.

No âmbito da primeira geração de políticas para a Agricultura Familiar no Brasil, em 1995 desencadearam a emergência de políticas diferenciadas, se destacando a criação do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura (Pronaf), que apoiou a agricultura familiar tanto no número de beneficiários, como no montante de recursos disponibilizados, porém para alguns estudiosos; este programa tendia a agravar as contradições do modelo econômico vigente no campo, porque, tinha uma lógica setorial e produtivista sustentada na modernização tecnológica da agricultura, com pouco espaço para a diversificação econômica das unidades familiares e para a disseminação de práticas mais harmoniosas com o meio ambiente. Além de ter um caráter seletivo e excludente dos agricultores familiares e das regiões mais pobres do território nacional.

Na década de 1990, o referencial global da liberalização dos mercados e da retirada do Estado na economia, repercutiu nas políticas para a agricultura familiar, e desestruturou políticas públicas importantes, como de Assistência Técnica Rural e aportaram para um novo referencial setorial focado em ações sociais e assistenciais, marcando a segunda geração de políticas. (Grisa e Schneider,2015). Nesta fase, destaca-se a criação da linha Infraestrutura e Serviços Municipais do Pronaf e um conjunto de ações de transferência de renda que contemplaram a agricultura familiar que a partir de 2003 foram integradas ao Programa Bolsa Família.

A geração de políticas com enfoque em ações de cunho social e assistencial tem sido indicada por analistas e mesmo por gestores públicos como as responsáveis pela redução da pobreza e da desigualdade no meio rural, mas nem sempre de forma planejada e deliberadamente intencional, acabaram tendo repercussões sobre o desenvolvimento rural sob um viés que não é da inclusão produtiva ou pela ativação do mercado de trabalho. Nas últimas duas décadas, as áreas rurais mais empobrecidas do Brasil conheceram melhorias inegáveis em seus indicadores convencionais de desenvolvimento (incremento de renda, por exemplo) que, talvez, não teriam sido alcançadas apenas por meio das ações agrícolas e agrárias que analisamos na primeira geração de políticas. (Grisa e Schneider,2015)

Os anos 2000 emerge a terceira geração de políticas públicas para a agricultura familiar, com o tema da segurança alimentar e nutricional na arena pública e a instituição da Política Nacional de Segurança Alimentar. A mobilização “Ação da Cidadania Contra a Fome, a Miséria e pela Vida” (muito ativa entre 1993 e 1995), reivindicava-se a agricultura familiar como meio de promover o acesso aos alimentos e um sistema agroalimentar mais equitativo. Em 2003 foi criado o Gabinete do Ministro Extraordinário de Segurança Alimentar e Combate à Fome (MESA), e O Projeto Fome Zero foi proposto um conjunto de políticas estruturais que visavam melhorias na renda e o aumento da oferta de alimentos básicos. Neste âmbito culminou a criação do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e o vigoroso fortalecimento do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), que têm contribuído para a valorização da produção local/ regional,

[Digite aqui]

ecológica/orgânica e têm ressignificado os produtos da agricultura familiar, promovendo novos atributos de qualidade aos mesmos, associados, por exemplo, à justiça social, equidade, artesanidade, cultura, tradição etc. (Grisa e Schneider,2015)

Ressalta-se a criação da Política de Garantia de Preços Mínimos (PGPM) para os Produtos da Sociobiodiversidade (PGPM Bio) em 2008, garantindo um atendimento específico para os extrativistas. E ainda ações direcionadas à agregação de valor, como o apoio às agroindústrias (promoção, infraestruturas, crédito etc.), os aprimoramentos nos instrumentos de fiscalização da sanidade agropecuária, a criação de selos de diferenciação e a ampliação dos mecanismos de certificação, com destaque para a certificação orgânica, também viabilizada por meio de sistemas participativos de garantia. (Grisa e Schneider,2015).

Neste debate, há de ser destacado a concepção de território nas políticas públicas, que surge nos anos 90 ampliando a visão para além do enfoque somente setorial. Neste sentido em 2008, a perspectiva de atuação via territórios ganhou um novo impulso com a criação do Programa Territórios da Cidadania (PTC) que visava articular e potencializar as ações de um conjunto de políticas públicas em alguns territórios economicamente mais fragilizados. Ainda que não exclusivos à agricultura familiar, o Programa Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Territórios Rurais- Pronat e o PTC beneficiaram sobremaneira a agricultura familiar. (Grisa e Schneider,2015)

Na visão de Porto (2015)<sup>33</sup>; o traslado da abordagem territorial, incluindo a ideia de agricultura familiar, no contexto brasileiro não dialoga com questões que remetem a luta pela terra e pelo território como elementos centrais da ação política, incorporando aí a diversidade dos “povos e comunidades tradicionais” e, trazendo à tona a questão fundiária e os inúmeros conflitos existentes nesses territórios. Contudo, Delgado e Leite (2011), consideram que a política de desenvolvimento territorial no meio rural avançou como importante inovação institucional, ao implementar um formato mais adequado à ampliação da capacidade de participação social, mesmo de forma desigual, tanto no que tange ao seu grau de cobertura, grau organizacional e ao seu grau de efetividade social, revelando-se um instrumento que buscou ultrapassar os limites dos interesses circunscritos a grupos específicos e/ou a determinados municípios e interesses político-econômicos.

Em seu conjunto, esta terceira geração de políticas públicas expandiu o conjunto de atores e ampliou o debate da agricultura familiar e provocou certo redirecionamento das políticas para a construção de mercados vinculados à segurança alimentar e à sustentabilidade, sem deixar de ser igualmente importante a atuação para a afirmação política da categoria social.

Concluindo essa análise histórica que vem passando o processo de desenvolvimento da AF, Grisa e Schneider (2015) reafirmam, a opção ou as condições favoráveis para que haja o fortalecimento das dimensões agrícola e agrária, ou das políticas sociais e assistenciais, ou da construção de novas inserções mercantis (ou ainda os três referenciais em conjunto) fazem parte das disputas, lutas e interpretações sobre o lugar e o papel da agricultura familiar na sociedade brasileira e no desenvolvimento rural.

---

<sup>33</sup> PORTO, J. Conexões, apropriações e exclusões no discurso do desenvolvimento territorial no Brasil. Novos Cadernos NAEA.2015.

[Digite aqui]

Um fator importante colocado por Abramovay (1999), no contexto da agricultura familiar e do desenvolvimento territorial, deve ser considerado. Ele aborda sobre o crescimento urbano recente, o qual coloca ao meio rural novas exigências, cujo potencial de geração de renda vai muito além daquele ao qual estiveram historicamente ligadas as atividades agropecuárias na sua grande maioria. O padrão de crescimento urbano que o Brasil vem experimentando nos últimos quinze anos pode tornar-se um trunfo para a revitalização de seu meio rural. As políticas voltadas para o fortalecimento e para a criação de novas unidades familiares no meio rural terão tanto mais sucesso quanto mais importantes forem as oportunidades de intensificação de suas ligações dinâmicas e diversificadas com as cidades. No entanto, a dotação de ativos da maioria da população rural brasileira é tão precária que a expõe ao risco de ficar à margem do processo – lento, mas real - de interiorização do crescimento econômico por que vem passando o País. O acesso à terra é uma das condições básicas para esta alteração: mas ele só faz sentido, se for acompanhado do acesso a um conjunto de condições que alterem o ambiente institucional local e regional e permitam a revelação dos potenciais com que cada território pode participar do processo de desenvolvimento. Isso não depende apenas da iniciativa e da transferência de recursos por parte do Estado, mas fundamentalmente da mobilização das próprias forças sociais interessadas na valorização do meio rural: é daí que poderão nascer as novas instituições capazes de impulsionar o desenvolvimento de regiões vistas socialmente como condenadas ao atraso e ao abandono. (ABRAMOVAY,R,1999)<sup>34</sup>.

#### Impactos socioambientais do processo de desenvolvimento capitalista no meio rural.

São muitos, graves e intensos os impactos no meio rural. Como abordado, as atividades agropecuárias provocam impactos difusos e constantes, que resultam em efeitos cumulativos e serão mais evidenciados aqui. Contudo, sabemos que vários outros setores da economia também incidem negativamente no território rural, gerando problemas de alto impacto socioambiental e em várias escalas, somente para evidenciar alguns exemplos, como: a mineração, lembrando o que ocorreu em Mariana (MG); o maior desastre socioambiental de toda a história brasileira; o setor de energia; com os efeitos múltiplos advindo das hidroelétricas e termoelétricas; a construção de grandes obras de infraestrutura, a exemplo das rodovias, e ainda a ocupação imobiliária irregular. Todas essas atividades compõe o universo rural e impactam negativamente, comprometendo o processo de desenvolvimento sustentável, a manutenção dos ativos ambientais e as condições socioeconômicas das comunidades.

Resgatando o que foi exposto a respeito do fenomenal desempenho da agricultura (monocultural) comercial brasileira, a ponto de, nos meados da segunda década do Século XXI, se falar em “reprimarização” da economia, por conta da expansão deste setor na formação do produto interno bruto e das exportações do país. Esta vitalidade, contudo, precisa ser vista com reservas por várias razões. Sob o ângulo econômico, este processo traz consigo vários riscos. Por exemplo, torna o país dependente de commodities, cujos preços são determinados por fatores que fogem completamente ao controle dos agentes nacionais. E há uma especialização em produtos de baixo

---

<sup>34</sup> ABRAMOVAY, R. Agricultura familiar e desenvolvimento territorial. *Reforma Agrária – Revista da Associação Brasileira de Reforma Agrária* – vols.28 n.º 1,2 3 e 29, nº1 – Jan/dez 1999

valor agregado. Sob o ângulo social, não deve ser mero acaso a constatação de que é justamente nas regiões com mais forte presença da agricultura comercial patronal ou familiar que não se encontra uma convergência positiva em indicadores de crescimento econômico, redução da pobreza e da desigualdade e estabilidade demográfica (Favareto *et al.* 2014)<sup>35</sup>. Em parte, significativa destas áreas, há, sim, crescimento econômico e redução da pobreza, mas por conta da especialização e da modernização produtiva, há também uma forte poupança de trabalho que se traduz em descarte de produtores ou trabalhadores, repercutindo sob a forma de aumento da desigualdade e, às vezes, de acentuada diminuição da população relativa.

Sob o ângulo ambiental, deve-se registrar que os produtores agrícolas são hoje mais sensíveis ao tema e há um número expressivo de iniciativas importantes em segmentos tradicionalmente problemáticos como a cana ou a soja; mas também é inegável que neste setor se concentram boa parte dos problemas ambientais brasileiros, somente para elucidar os mais evidentes; como a emissão de gases estufa pela pecuária, a pressão da expansão agrícola sobre o Cerrado e as bordas da Amazônia, o contínuo desflorestamento da Caatinga, a expansão da produção de madeira em áreas de Mata Atlântica.

Ressalta-se ainda, o grave problema derivado do uso extensivo e intensivo de agrotóxicos, que foi inserido no pacote tecnológico, visando a produção em larga escala de *commodities* agrícolas, com a finalidade de controlar doenças e aumentar a produtividade. Os agrotóxicos são considerados extremamente relevantes no modelo de desenvolvimento da agricultura no País, tanto, que o Brasil é o maior consumidor de produtos agrotóxicos no mundo e em decorrência da significativa importância, possuem uma ampla cobertura legal casuística e frouxa. O comportamento do agrotóxico no ambiente é bastante complexo e possui grande potencial de atingir o solo, as espécies vegetais e animais e as águas, e qualquer que seja o *caminho* do agrotóxico no meio ambiente, invariavelmente o homem é seu potencial receptor. Seu uso indiscriminado, provoca danos à saúde e ao meio ambiente. (MMA,2018)

O processo histórico da modernização conservadora da agricultura no Brasil, como visto; fortalecida pelo atual modelo econômico adotado, vêm privilegiando o acúmulo e a concentração de capital em detrimento da conservação ambiental. O crescimento desordenado das atividades agropecuárias e o desmatamento indiscriminado têm várias consequências ambientais, como perda da biodiversidade, degeneração de solo, mudanças no ciclo hidrológico, perda da identidade territorial e cultural das comunidades e povos tradicionais, entre outras. Soma-se as problemáticas socioambientais consequentes deste modelo produtivo, a pressão para aumento de produção, devido a demanda crescente por alimentos e biocombustíveis, o que tem levado o setor agropecuário, a expandir a fronteira agrícola, promovendo a abertura de novas áreas florestais.

As florestas brasileiras desempenham importantes funções sociais, econômicas e ambientais, por meio da oferta de uma variedade de bens e serviços. Por isso, manter a floresta em pé está entre as prioridades da Agenda Ambiental. De acordo com o Serviço Florestal Brasileiro (SFB), cerca de 61% do território nacional é coberto por vegetação nativa, distribuída nos 5 biomas: Amazônia, Caatinga, Cerrado, Mata Atlântica, Pampas e Pantanal. Cada um destes biomas possui características particulares, englobando desde áreas de campos naturais a florestas

---

<sup>35</sup> FAVARETO, A. et al. A dimensão territorial do desenvolvimento brasileiro recente (2000-2010). Série Documentos de Trabajo. Rimisp, 2014.

densas. Grande parte da vegetação nativa em muitos destes biomas já foi suprimida. O bioma Mata Atlântica é o mais devastado, já perdeu 88% de sua cobertura florestal (SOS Mata Atlântica/INPE,2017); o Pantanal, 15% (WWF); a Caatinga 55% (INPE,2015); o Cerrado 50% e a Amazônia, 20% (MMA,2018).

Essa expansão da agropecuária é responsável por grande parte das emissões de Gases de Efeito Estufa (GEE) de origem antrópica no Brasil, que promovem o aquecimento global, devido principalmente ao processo de abertura de áreas virgens para pastagens, a fermentação entérica do gado e o inadequado manejo do solo.

O reconhecimento do processo de deterioração do meio ambiente e o alto impacto sobre o clima; resultante do mau uso do solo pelo setor agropecuário, sugere uma mudança nas práticas produtivas. As discussões internacionais sobre mudanças climáticas levaram o Brasil a propor uma Política Nacional sobre Mudança do Clima (PNMC) que pudesse abarcar vários setores da economia nacional, com destaque para a Agropecuária e Mudança no Uso da Terra e Florestas.

Soma-se a estes problemas ainda a escassez e a degradação da água. Durante o 8º Fórum Mundial da Água, realizado em 2018, foi destacada a grave e intensa crise hídrica que o país sofre. Afirmou-se que esta crise não é mais um problema somente do Nordeste, já que o Brasil tem 917 municípios<sup>36</sup> em emergência por seca ou estiagem, o que representa uma grande contradição, pois o Brasil é considerado a maior potência hídrica do planeta. Vários são os fatores que vêm contribuindo para este processo, conjuntamente com o crescimento populacional, a industrialização, e as mudanças climáticas está a expansão da monocultura agrícola e a pecuária extensiva, que provoca grandes alterações no ambiente, seja, pelo desmatamento, uso inadequado do solo, assoreamento dos rios e nascentes e contaminação das águas, seja pela demanda crescente para irrigação. A análise desses problemas deverá ser feita de forma holística, integrando várias políticas ambientais e setoriais que incorporem a avaliação ambiental permanente do recurso hídrico a fim de minimizar os impactos provenientes dos empreendimentos hidro intensivos como os de irrigação.

Ademais, o mercado consumidor está estabelecendo, cada vez mais, barreiras não tarifárias ou condições à qualidade da produção, incluindo a adequação à legislação ambiental. Essas barreiras geralmente são impostas às empresas de comercialização e à indústria de processamento, que sofrem frequentes pressões do mercado para que exerçam sua política de responsabilidade socioambiental corporativa e comprem somente de produtores que cumpram com os quesitos mínimos de sustentabilidade, principalmente as leis ambientais e trabalhistas. Além do mercado consumidor, o setor financeiro, tanto público, quanto privado, está condicionando a oferta de crédito à regularização do passivo ambiental. Isso é evidenciado nos critérios de salvaguardas de bancos públicos e privados, bem como de agências multilaterais e bilaterais. Assim, os produtores que ainda têm passivo ambiental e não se regularizaram estão tendo dificuldades de acesso ao crédito. (TNC,2009)<sup>37</sup>

---

<sup>36</sup> <http://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2018-03/pais-tem-917-municipios-em-cri-se-hidrica-maioria-esta-no-nordeste>

<sup>37</sup> Ministério do Meio Ambiente e The Nature Conservancy (TNC). CAR - Um subsídio às políticas públicas para o controle do desmatamento. Brasília, 2009.

Preocupações sobre os impactos ambientais, a perda de produtividade/competitividade e a pressão do mercado aumentaram as exigências para que a produção respeite critérios sociais e de sustentabilidade ambiental. Para evitar que esta situação se agrave, comprometendo ainda mais a qualidade dos serviços ambientais é essencial empreender esforços no sentido de apoiar os produtores a se adequarem à legislação ambiental. Assim, se mantido o atual cenário do desenvolvimento socioeconômico e ambiental do meio rural, a atividade agropecuária não se sustentará a longo prazo, ao menos que a degradação ambiental e a perda de mercado internacional sejam resolvidas pro ativamente. Isso requer uma mudança estrutural na atuação do governo e uma adaptação do setor produtivo a um novo modelo de uso dos recursos naturais e negócios. (TNC,2009)

Neste contexto está imposto desafios ao setor agropecuário no sentido de transformar e adequar o atual modelo produtivo, incentivando adoção de boas práticas para evitar o desmatamento ao tempo que consiga aumentar a produtividade.

Sob o enfoque socioeconômico, deve ser ressaltado como cerne, o problema relativo a concentração de terras. Os dados do último Censo Agropecuário do IBGE (levantados em 2007 tendo o ano base 2006) mostraram que o Brasil possuía em 2006 um total de 5.175.489 estabelecimentos agropecuários, ocupando uma área de 333.680.037 hectares (ha). Dos estabelecimentos, a maioria, 2.477.151 com menos de 10ha, 1.971.600 de 10 a menos de 100 ha, 420.288 de 100 a menos de 1.000 ha e 47.578 de 1000 a mais ha, evidenciando portanto, a grande concentração fundiária existente, o que significa que os estabelecimentos agropecuários com 1.000 ha, representam 1 % (por cento) das unidades produtivas, ocupando 45% (por cento) do total da área destes. E os estabelecimentos com menos de 10 ha são 52% (por cento), com uma área de 2,3% (por cento) do total da área ocupada.

Associado a este processo está o impulso neste período de 1996 a 2006 para a grande expansão das lavouras, 54,8% permanentes e 42,8% temporárias e 15,1% do rebanho bovino. (Censo Agropecuário 2006, -IBGE). A grande concentração do uso e a ocupação do solo por grandes propriedades rurais se deve principalmente a expansão do cultivo da soja, na região Centro-oeste, e mais recentemente em terras na Amazônia. A produção de soja na década de 70 era menor que 15 milhões de toneladas, chegando em 2015 a aproximadamente 100 milhões de toneladas, ocupando uma área que passou de 100mil km<sup>2</sup>, na década de 90, para mais de 300mil km<sup>2</sup> em 2015. Tendo municípios nos estados de Goiás, Mato Grosso e Bahia que chegam a produzir cerca de 2 milhões de toneladas. (NEXO,2018)<sup>38</sup>. O município de Correntina, na Bahia, exemplifica a situação brasileira em relação à distribuição de terra, ao estar “enquadrado entre o 1% de maior concentração fundiária, onde a pobreza atinge alarmantes 45% da população rural e 31,8% da população geral, e o Índice de Desenvolvimento Humano - IDHM é de 0,603, bem abaixo da média nacional. E onde, entre 2003 e 2013, 249 trabalhadores foram resgatados da condição de trabalho análogo à de escravo. (Maia,2016)<sup>39</sup>.

---

<sup>38</sup> <https://www.nexojornal.com.br>

<sup>39</sup> Entrevista com socióloga Katia Maia - IHU On-Line- 20/12/ 2016.

<http://www.brasilefato.com.br/2016/12/20/latifundio-representa-091-das-propriedades-mas-concentra-45-da-area-rural/>

[Digite aqui]

Sem obviamente, querer padronizar a atuação dos latifundiários, o modelo do agronegócio no Brasil, protagonizado por grandes latifúndios, de forma geral têm provocado a violência no campo, a expulsão dos povos, a precarização das relações de trabalho, a rotatividade do emprego e a restrição dos diretos. E com a forte especialização e mecanização, muitos postos de trabalho no campo estão sendo perdidos. Conforme o Censo Agropecuário, em 2006, 77% do total de trabalhadores rurais se mantinha ligado à pequena produção.

Outro ponto a ser destacado trata-se do quanto o acesso a recursos e incentivos públicos para a agricultura tem papel chave na consolidação da desigualdade no campo. Enquanto historicamente a concentração de terra foi privilegiada, os pequenos produtores e agricultores rurais também foram preteridos com relação ao acesso aos recursos financeiros e técnicos. A desigualdade também se dá na distribuição dos valores dentro das classes de área. Os estabelecimentos de 1.000 hectares ou mais concentraram, em 2006, 44,10% do crédito rural, enquanto 80% dos menores estabelecimentos obtiveram entre 13,18% e 23,44%. A origem de tal discrepância está no valor médio dos financiamentos obtidos. Enquanto o valor financiado nas classes de áreas menores de 20 hectares não chega a R\$ 10 mil, e nas classes de 20 a menos de 100 hectares não passe de R\$ 20 mil, na classe dos estabelecimentos a partir de 2.500 hectares o valor médio chega a mais de R\$ 1,9 milhão. Segundo o Censo Agropecuário 2006, apenas 8,9% dos estabelecimentos que acessam financiamentos conseguem cerca de 70% dos recursos. O sistema agrícola brasileiro está concentrado em uma elite detentora de grandes quantidades de terra, e as políticas públicas para agricultura tendem a privilegiar este grupo, consolidando a desigualdade no campo. Mesmo sem acesso a recursos, a agricultura familiar produz cerca de 70% de toda a alimentação básica que chega à mesa dos brasileiros e brasileiras. (Maia,2015)

Ressalta-se que a maior parte dos estabelecimentos 4.367.902 poderiam ser classificados como de agricultores familiares. Isto significa que a agricultura familiar representa 84% do total dos estabelecimentos agropecuários brasileiros e ocupa uma área de pouco maior de 80,3 milhões de hectares, o que representa 24,3% da área total dos estabelecimentos rurais brasileiros. A contribuição da agricultura familiar para produção agropecuária não é pequena, pois 38% do valor da produção e 34% do total das receitas do agro brasileiro advém deste setor. Apesar dos estabelecimentos não familiares representarem apenas 16% do total de unidades, ocupam 76% da área de terra e geram a maior parte do valor da produção (62%) e da receita (66%). (Schneider, S. y Cassol,2013)<sup>40</sup>

Outro efeito deste processo na visão de Abramovay (1999), é que os mercados agrícolas convencionais são pouco propícios a ascensão social. Mas que se forem promovidas novas relações entre agricultores e mercado, favorecendo a organização local, a ampliação dos relacionamentos entre várias esferas, o aumento do acesso ao crédito e dos investimentos públicos em infraestrutura e serviços (e sobretudo os investimentos em educação e formação), de forma conjugada têm o poder de alterar o ambiente institucional do meio rural para que ele deixe de ser assimilado automaticamente ao atraso e ao abandono. (Abramovay,1999)

---

<sup>40</sup> Schneider, S. y Cassol, A. A agricultura familiar no Brasil. Serie Documentos de Trabajo N° 145. Grupo de Trabajo: Desarrollo con Cohesión Territorial. Programa Cohesión Territorial para el Desarrollo. Rimisp, Santiago, Chile.

[Digite aqui]

Reitera-se ainda, a condição básica do acesso à terra para esta alteração, que acompanhado de um conjunto de condições podem alterar o ambiente institucional local e regional, permitindo o aproveitamento dos potenciais com que cada território pode participar do processo de desenvolvimento. E que a conquista deste ambiente não depende apenas da iniciativa e da transferência de recursos por parte do Estado, mas fundamentalmente da mobilização das próprias forças sociais interessadas na valorização do meio rural. (Abramovay,1999)

#### 4.2. Quadro-Síntese dos problemas e suas principais causas

Macroproblema: Degradação ambiental e sócio econômica do território rural

Causas críticas:

- Modelo produtivista existente baseado no agronegócio
- Arraigado patrimonialismo e enormes privilégios para uma classe econômica concentradora e predatória
- Utilização um pacote tecnológico devastador
- Forte representação parlamentar do agronegócio e grande influência no Poder Executivo
- Inexistência de aparato formal/normativo para o ordenamento do território

<u>Sociais</u>
Pobreza
Desigualdade
Violência
Precarização das relações de trabalho
Restrição dos direitos
Perda da identidade das populações tradicionais
Conflitos de terra
Exclusão dos agricultores familiares e das populações tradicionais do acesso a políticas públicas e incentivos
Êxodo rural
Desemprego
Diminuição da população
Baixa possibilidade de ascensão social
<u>Ambientais</u>
Alterações biológicas / Perda da biodiversidade
Alterações hídricas - mudanças do ciclo hidrológico / escassez e poluição das águas
Desmatamento – supressão da vegetação natural
Degeneração/ erosão do solo

[Digite aqui]

Exploração irregular de madeira Uso de agrotóxicos – danos à saúde humana e à vida em geral Contaminação da água e solo por agrotóxicos Emissão de GEE – aquecimento global
--

Econômicos

Concentração de capital e renda Dependência de commodities Produção de baixo valor agregado
---

## PARTE II (Momento Normativo)

### 5. Incentivo ao turismo e a valorização da sociobiodiversidade – alternativas para o enfrentamento dos problemas frente ao desenvolvimento rural sustentável

Conforme exposto na metodologia, esta segunda parte do TCC busca trazer uma alternativa para o enfrentamento de parte dos problemas impeditivos ao desenvolvimento sustentável no meio rural, por meio do incentivo ao turismo e a valorização da sociobiodiversidade.

Primeiramente, será apresentado sucintamente referências conceituais sobre Turismo e sustentabilidade, sua importância, tendências de crescimento no Brasil e impactos positivos. Também serão apresentados o contexto do turismo no espaço rural e de alguns segmentos associados, permitindo uma abordagem mais conceitual, breve panorama, potencialidades e necessidades que irão orientar a concepção da estratégia de turismo sustentável para o meio rural. Da mesma forma, ainda neste tópico será apresentada a potencialidade do país dada pela riqueza da sociobiodiversidade, da importância dos povos e comunidades tradicionais como valioso patrimônio ambiental e cultural e da possibilidade de agregação de valor dos APL extrativistas no contexto do turismo rural sustentável. E por fim compreender como estas atividades econômicas do turismo e do extrativismo, podem contribuir na busca de soluções alternativas ao modelo atual de desenvolvimento baseado no agronegócio, a fim de minimizar os problemas e causas da degradação socioambiental do território rural.

Posteriormente, a esta abertura do momento normativo; serão apresentadas nos tópicos seguintes, as políticas e programas para o Turismo e para o Desenvolvimento Rural e do Extrativismo selecionadas no âmbito do governo federal, as potencialidades sinérgicas e oportunidades de integração. E finalizando serão indicadas propostas de diretrizes e estratégias complementares como subsídio para a composição da Estratégia de Turismo para o desenvolvimento Rural Sustentável.

Conforme o método PES, proposto por Matus; no momento normativo, é feito o desenho do programa de ações capazes de superar as causas dos problemas, traduzido no conjunto necessário e suficiente de ações para enfrentar com eficácia e oportunidade as causas identificadas, que neste caso irá corresponder às políticas e programas analisados e pelas proposições de ações

[Digite aqui]

complementares e integradas a serem consideradas como subsídio para composição da estratégia de turismo sustentável.

Cabe ressaltar, que esse conjunto necessário e suficiente de ações será avaliado no momento de agir, quando o dirigente revisa e adequa o plano proposto, e alinha conforme as circunstâncias sobre as quais o plano será implementado, considerando os possíveis contextos. Embora Matus, sugira neste momento além da programação de ações, a construção de cenários (realidade atual x realidade possível), que trabalham com a combinação das variáveis pertinentes para a construção da situação ideal, esta proposta não será elaborada pelo TCC, uma vez que não se tem as condições políticas, institucionais, técnicas e temporais para o comprimento desta finalidade.

## **5.1. Turismo Sustentável - modelos e segmentos para o Rural**

### **O Turismo – importância e tendências de crescimento**

Sabe-se que o turismo é um setor econômico que pode contribuir para a melhoria das condições econômicas, sociais e ambientais de regiões, dada a sua natureza e o modo como for implementado. Sua característica peculiar em relação aos demais setores é possuir alto poder de irradiação dos seus benefícios o que pode representar significativo vetor de desenvolvimento para regiões deprimidas economicamente. A atividade turística pode ser considerada uma alternativa, não somente por sua contribuição para a geração de renda, mas também por sua potencialidade de encadear geração de trabalho, com fortes impactos na melhoria da qualidade de vida da população. Desta forma, é escolhida para assumir de acordo com os objetivos deste TCC; uma grande oportunidade frente aos desafios inerentes ao desenvolvimento sustentável do território rural.

Nas últimas décadas, o setor apresentou crescimento contínuo e se destacou como um dos mais significativos da economia global. Segundo a Organização Mundial de Turismo (OMT), atualmente o volume de negócios do setor é igual ou superior ao das exportações de petróleo, de produtos alimentícios ou de automóveis. (PNT,2018). Representa 10% de toda a riqueza gerada na economia mundial, conforme dados da World Travel & Tourism Council (WTTC). Além disso, é responsável por 1 em cada 10 empregos.

No Brasil, a participação direta do turismo na economia é equivalente a 3,2% do PIB e a contribuição total da cadeia do turismo alcança a 8,5% do PIB Nacional. Quanto ao nível de emprego no país, segundo dados da WTTC, o setor gerou mais de 7 milhões de empregos em 2016, o que representa 7,8% do emprego total. (PNT,2018)

O último relatório do Fórum Econômico Mundial (WEF), intitulado The Travel & Tourism Competitiveness Report (TTCR), realizado em 2017, colocou o Brasil na 27ª colocação num ranking de 136 países analisados, avançando 32 posições em 10 anos e destaca o Brasil como o número um do planeta no quesito diversidade de recursos naturais, além de se destacar como 8º classificado no item recursos culturais.

## **Turismo e Sustentabilidade**

Os impactos socioeconômicos das atividades de comercialização dos produtos ou serviços turísticos associado à conscientização das populações locais sobre a conservação dos recursos naturais, as suas tradições, culturas e belezas cênicas, representam uma nova perspectiva favorável à agregação do conceito de sustentabilidade às atividades do turismo. Portanto, pode permitir que o patrimônio representado pelo território rural brasileiro possa ser utilizado como destino turístico, sem que isso signifique a degradação na qualidade ambiental e na vida das comunidades.

O modelo de desenvolvimento sustentável<sup>41</sup> para o turismo leva em consideração a autenticidade cultural, a inclusão social, a conservação do meio ambiente, questões políticas que são subjacentes ao processo de incentivo do turismo sustentável, a qualidade dos serviços prestados e a capacidade de gestão local, como instrumentos críticos para a viabilidade da atividade turística e do desenvolvimento regional. O turismo pode assumir uma posição estratégica e decisiva no processo de mudança rumo ao desenvolvimento, considerado como um sistema único de combinações, formado pelas características e bens coletivos regionais, e que resgata valores territoriais de identidade e diversidade.

### Impactos positivos do Turismo Sustentável

O Turismo pode gerar impactos positivos a depender do planejamento e do manejo da visitação. A percepção desses impactos por vezes é complexa, na medida em que são muitos os setores da economia que interagem na atividade.

Há diversas maneiras do turismo, contribuir para a conservação e a proteção do meio ambiente, gerando entre outros; os seguintes impactos positivos (PNUMA, 2005): (i) aumento no investimento para conservação e manutenção do ambiente visitado; (ii) melhoria das condições ambientais do destino, aliado à melhoria da infraestrutura básica da localidade; (iii) diminuição da pressão sobre o uso não sustentável e, às vezes, ilícito dos recursos naturais; (iv) escolha e uso eficiente de tecnologias e de fontes de energia limpas; (v) conservação, preservação, proteção e recuperação dos ambientes naturais; (vi) sensibilização dos turistas e comunidade para as questões ambientais.

Sob o aspecto da sustentabilidade sócio cultural o turismo promove a inclusão social, com fortalecimento da cidadania e da identidade cultural e enfrenta situações de desigualdade e desequilíbrio econômico e regional, pois facilita as condições para que comunidades, e povos, de certa forma excluídos, possam incluir-se e integrar-se com igualdade de direitos. E pressupõe a valorização e o estímulo da cultura, entendida em seu sentido amplo, como patrimônio material e imaterial. Deste modo, a conceituação de sustentabilidade expressa outras dimensões, além da preocupação original com a preservação do meio ambiente, já que não se pensa o desenvolvimento sustentável sem a articulação das sociedades e das culturas envolvidas no processo, construído historicamente. O processo deve objetivar a manutenção da diversidade e a promoção cultural; a

---

<sup>41</sup> A OMT diz que a construção de uma nova ética para o turismo está apoiada no conceito de sustentabilidade e destaca duas questões relevantes. A primeira refere-se ao crescente interesse por viagens para regiões privilegiadas do ponto de vista do patrimônio natural e cultural, mas economicamente pobres. A segunda relaciona-se com a urgência na assimilação de novos padrões de consumo para o crescimento do setor, que tem a expectativa de ver seu volume de viagens incrementado, fato que não deixa espaço para ações ou projetos fora de uma estratégia sustentável

valorização da população, sua identidade, seus saberes, conhecimentos, práticas e valores étnicos; a preservação e inserção na economia das populações tradicionais. Ressalta-se ainda que a atividade do turismo é estimuladora da educação continuada, capacitando mão de obra local, aumentando o grau de instrução e escolaridade dos atores sociais envolvidos e promovendo uma educação cívica de respeito às diferentes culturas, povos, costumes e valores. E ainda traz à tona a noção de cidadania e de ética na intervenção social. Pois supõe, antes de tudo, o reconhecimento, valorização e respeito desta riqueza por parte da comunidade. (MTur,2005)<sup>42</sup>

O Brasil ficou na sétima posição no Índice de Turismo Sustentável<sup>43</sup>: aprimorando o ambiente de viagem global; conquistando pontos pela qualidade do ar, emissão de CO2 por dólar do PIB e uso responsável da água. Os aspectos que fizeram o país cair no ranking foram a crise política e econômica, a violência e a infraestrutura turística. O Brasil teve performance considerada boa em avaliação de impacto ambiental, performance ambiental e crescimento do setor de turismo, mas a performance foi considerada crítica para eficácia de marketing e branding para atrair turistas, emprego no setor de turismo, gasto do governo com turismo, chegadas internacionais de turistas, licenciamento para operadores de turismo, segurança pessoal, presença e compreensão de uma política de turismo sustentável e infraestrutura turística.

### **5.1.1. Turismo de Base Comunitária**

A oferta do antigo modelo do “turismo de massa”, baseado no lucro imediato, na alta concentração de turistas e de relevante impacto negativo socioambiental, ainda é dominante em certas regiões brasileiras, sobretudo no mais tradicional “turismo de sol e praia”, porém não mais atende as exigências do mercado, à medida que é influenciado pelos novos comportamentos que rejeitam a padronização das atividades turísticas. Houve uma evolução nos desejos da demanda, que procura cada vez mais a qualidade, em locais mais “verdadeiros”, que combinem autenticidade com profundidade de intercâmbio cultural e harmonia com a natureza. Essa crítica às práticas clássicas do turismo, abrem possibilidades para novas experimentações.

A necessidade de criar produtos de turismo aparece neste cenário e abre um debate sobre o tipo de turismo desejável, construído com base em um modelo mais justo e equitativo, com sustentabilidade ambiental e a população local no centro do planejamento, da operação e do controle da qualidade das atividades turísticas. Estão surgindo novos modelos como alternativa aos projetos de turismo convencional, baseados nos princípios do desenvolvimento sustentável e da economia solidária, trazendo diferenças marcantes, entre as quais: viagem para lugares isolados; o encontro com as populações tradicionais e atividades propostas pelas comunidades locais.

Nesta situação, que une diversidade ambiental, cultural e socioeconômica, surge o “Turismo de Base Comunitária” (TBC), onde comunidades tradicionais se descobrem diante da crescente demanda por novas experiências em ambientes preservados e de cultura peculiar e utilizam este cenário a seu favor, onde as vivências com as comunidades tradicionais representam

---

<sup>42</sup> Documento Técnico: Sustentabilidade Sociocultural para o Turismo - Programa de Regionalização do Turismo. Ministério do Turismo. Brasília-DF, 2005.

<sup>43</sup> Índice de Turismo Sustentável: aprimorando o ambiente de viagem global ([Sustainable Tourism Index: enhancing the global travel environment](#)), avalia 10 países do mundo e seu compromisso com o desenvolvimento e promoção de práticas sustentáveis no turismo, realizado por The Economist. <http://viajarverde.com.br/brasil-e-7o-em-indice-de-turismo-sustentavel/> - 02/01/2018

[Digite aqui]

uma oferta turística diferente e a oportunidades para múltiplas possibilidades de desenvolvimento de produtos e negócios turísticos.

Este novo modelo dá especial destaque ao processo de planejamento multisetorial e participativo e estabelece critérios para o adequado planejamento e gestão. Portanto, entende-se que o TBC tem grande potencial de crescimento no território rural e em Unidades de Conservação, especialmente nos territórios onde vivem povos e comunidades tradicionais, mas também se adapta perfeitamente ao propósito das organizações dos agricultores familiares.

*O turismo de base comunitária é compreendido como um modelo de desenvolvimento turístico, orientado pelos princípios da economia solidária, do associativismo, da valorização da cultura local, e, principalmente, protagonizado pelas comunidades locais, visando à apropriação, por parte dessas, dos benefícios advindos da atividade turística (MTur, 2008).*

Pré-requisitos de um roteiro de TBC

- Existência de uma organização (ong) que seja referência na localidade
- Proximidade à Unidade de Conservação ou áreas de relevância socioambiental
- Existência de comunidades organizadas com histórico de mobilização social e formalizadas (associações, cooperativas, etc)
- Riqueza cultural para ser fortalecida e compartilhada
- Demanda identificada de turistas para a região e ou comunidade

O TBC no Brasil ainda é um movimento relativamente novo, iniciado a menos de 20 anos e está em pleno processo de crescimento. Estima-se a existência de cerca de 30 iniciativas em todas as regiões do país, sendo a maioria na Amazônia e no Nordeste. Entre as quais, destacam-se:

**Região Norte:** Aldeia dos Lagos – Silves (AM); Reserva de Desenvolvimento Sustentável de Mamirauá – Tefé (AM); Comunidades do Baixo Rio Negro (AM); Santarém (PA).

**Região Nordeste:** Fundação Casa Grande – Nova Olinda (CE); Grãos de Luz e Griôs (BA); Chapada Diamantina – Lençóis (BA); Associação dos Produtores Rurais do Assentamento Bela Vista - Santo Amaro, Bahia(BA).

**Região Centro-Oeste:** Comunidades Quilombolas Mumbuca e Prata, Jalapão (TO); Cooperativa de Produção Agropecuária de Canudos - Campo Verde(MT).

**Região Sudeste:** Circuito Quilombolas do Vale do Paraíba (SP); Associação de Artesãos de Coqueiro do Campo - Minas Novas (MG); Distrito de Cuiabá – Gouveia /Circuito dos Diamantes (MG); Grande Sertão Veredas - Chapada Gaúcha e Urucuiá (MG); Vale do Jequitinhonha (MG); Campo Alegre/Montes Claros (MG) e Grajau e Bororé (SP).

**Região Sul:** Acolhida na Colônia, encostas da Serra Geral (SC).

[Digite aqui]

Conforme pesquisa “*Mapeamento do Turismo de Base Comunitária*”<sup>44</sup>, os destinos turísticos de base comunitária ocorrem em pequenas comunidades, assentadas em povoados, aldeias e vilas e em nenhum dos casos aparece experiências envolvendo um município como um todo. Constatou-se que 80% dos casos ocorrem nas proximidades, no interior ou contêm áreas protegidas, tanto Unidades de Conservação de proteção integral (Parques Nacionais e Estaduais, Reservas Biológicas etc.) ou de uso sustentável (Áreas de Proteção Ambiental, Reservas de Desenvolvimento Sustentável, Reservas Extrativistas). Além das unidades de conservação, com frequência estão assentadas em Áreas de Preservação Permanente (APP), o que reforça a ideia de um potencial vínculo entre as questões relativas à atividade turística e à conservação ambiental.

### **5.1.2. Segmentos turísticos para o Rural**

Primeiramente, se faz necessário fazer uma distinção do que se entende por Turismo no Espaço Rural e por segmentos turísticos. O rural responde ao recorte geográfico, onde o Turismo Rural e outros segmentos que podem ser associados, estão inseridos. Isto é, muitas práticas turísticas ocorrem no espaço rural e não são necessariamente reconhecidas como segmentos turísticos, e sim atividades de lazer, esportivas, ou ócio de cidadãos, que ocorrem alheias ao meio em que estão inseridas.

Portanto, entende-se por Turismo no Espaço Rural ou em áreas rurais “*todas as atividades praticadas no meio não urbano, que consiste de atividades de lazer no meio rural em várias modalidades definidas com base na oferta: turismo rural, agroturismo, turismo ecológico ou ecoturismo, turismo de aventura, turismo de negócios, turismo de saúde, turismo cultural, turismo esportivo, atividades estas que se complementam ou não*”. (GRAZIANO DA SILVA et al., 1998:14)<sup>45</sup>

Como base nesta conceituação é importante reiterar a escolha de determinados segmentos turísticos para abordagem neste TCC - como ecoturismo, turismo de aventura, turismo cultural, que podem ser incentivados de forma integrada para o desenvolvimento do turismo no meio rural.

Estes segmentos tem forte poder de irradiação para as atividades produtivas rurais e aquelas localizadas nas Unidades de Conservação e seus entornos, podendo trazer benefícios que funcionam como alavancas em prol do desenvolvimento rural sustentável.

Para além da importância das atividades turísticas de interação com o campo e a natureza, como atrativos turísticos; permitindo a prática de vivências diferenciadas, estes segmentos podem favorecer no contato direto com o turista-consumidor, agregação de valor para o processo produtivo agropecuário por meio da prestação de serviços de lazer. E ainda, oferecer insumos como produtos agrícolas e alimentícios de qualidade diretamente para a cadeia de serviços do turismo e para o comércio do destino turístico.

---

<sup>44</sup> Pesquisa sobre “*Mapeamento do Turismo de Base Comunitária*” realizada por Sansolo e Bursztyn em 2008, durante o II Seminário Internacional de Turismo Sustentável (SITS)

<sup>45</sup> Diretrizes para o Desenvolvimento do Turismo Rural, Ministério do Turismo, 2007./ GRAZIANO DA SILVA, José et al. Turismo em áreas rurais: suas possibilidades e limitações no Brasil. In: Turismo Rural e Desenvolvimento Sustentável. (Org.) ALMEIDA, J.A. et al. Santa Maria: Centro Gráfico, 1998

[Digite aqui]

Tomando como base as referências elaboradas no âmbito das Diretrizes para o Desenvolvimento do Turismo Rural (MTur,2007), se reconhecesse os seguintes benefícios também para os demais segmentos turísticos selecionados:

- a diversificação da economia regional, pelo estabelecimento de micro e pequenos negócios;
- a melhoria das condições de vida das famílias rurais;
- a interiorização do turismo;
- a difusão de conhecimentos e técnicas das ciências agrárias;
- a diversificação da oferta turística;
- a diminuição do êxodo rural;
- a promoção de intercâmbio cultural;
- a conservação dos recursos naturais;
- o reencontro dos cidadãos com suas origens rurais e com a natureza;
- a geração de novas oportunidades de trabalho;
- a melhoria da infraestrutura de transporte, comunicação e saneamento;
- a criação de receitas alternativas que valorizam as atividades rurais;
- a melhoria dos equipamentos e dos bens imóveis;
- a integração do campo com a cidade;
- a agregação de valor ao produto primário por meio da verticalização da produção;
- a promoção da imagem e revigoração do interior;
- a integração das propriedades rurais e comunidade;
- a valorização das práticas rurais, tanto sociais quanto de trabalho;
- o resgate da autoestima do campesino.

Na dinâmica complexa que é o fenômeno do turismo, outras relações acontecem, interferindo na qualidade da experiência. Nas práticas sustentáveis de turismo, o turista deve ser também a um “agente de transformação”. Neste sentido, uma análise de mercado adequada permite conhecer de perto o ambiente competitivo onde o produto ou serviço turístico se encontra, e definir as estratégias mais adequadas para cada segmento.

#### **5.1.2.1. Ecoturismo**

O ecoturismo, em um novo conceito estratégico, procura incorporar os princípios da sustentabilidade na promoção do seu desenvolvimento. A Agenda 21 Global apontou o Ecoturismo como uma prática conservacionista, comprometida com a natureza, com a responsabilidade social e com o desenvolvimento local.

No Brasil, o ecoturismo se destaca a partir do movimento ambientalista, quando os debates sobre a necessidade de conservação do meio ambiente alcançam a atividade turística. Nas últimas três décadas, a partir da Eco 92, o ecoturismo vem se desenvolvendo e ganhando forças em meio à discussão sobre um modelo de turismo mais responsável, que visa a conservação dos ecossistemas e, ao mesmo tempo, busca estabelecer uma situação de ganhos para todos os envolvidos, ampliando as oportunidades de gerar trabalho, receitas e inclusão social.

[Digite aqui]

Ecoturismo<sup>46</sup> é um segmento da atividade turística que utiliza, de forma sustentável, o patrimônio natural e cultural, incentiva sua conservação e busca a formação de uma consciência ambientalista por meio da interpretação do ambiente, promovendo o bem-estar das populações. A diferença está na participação ativa do turista, na busca de experiências únicas, na solicitação de informações e curiosidades relacionadas à natureza, aos costumes locais e a história do local, o que torna possível uma integração mais educativa e envolvente com a região.

Segundo diversas instituições e operadores de turismo especializados, o ecoturismo apresenta um crescimento contínuo no mundo e o Brasil desponta como um destino potencial de grande competitividade internacional. Conjuntamente, se expandem as ações proativas do *trade* turístico, em especial das empresas que atuam em áreas naturais, relacionadas também a outros segmentos, entre os quais o turismo de aventura, o turismo cultural e o turismo rural.

### 5.1.2.2. Turismo de Aventura

O Turismo de Aventura é também um segmento recente, primeiramente foi entendido como uma atividade associada ao Ecoturismo e atualmente possui características estruturais e mercadológicas próprias. As primeiras reflexões sobre a atividade na década de 80 já abordava a necessidade da experiência turística em meio natural e a relação dos elementos de risco com a participação controlada do turista.

*“Turismo de Aventura compreende os movimentos turísticos decorrentes da prática de atividades de aventura de caráter recreativo e não competitivo”<sup>47</sup>.*

Consideram-se atividades de aventura, portanto, as experiências físicas e sensoriais recreativas que envolvem desafios e que podem proporcionar sensações diversas como liberdade, prazer e superação, a depender da expectativa, do envolvimento e da experiência do turista além do nível de dificuldade de cada atividade e a capacidade física e psicológica do turista. Isso requer que o Turismo de Aventura seja tratado de modo particular, especialmente quanto aos aspectos relacionados à segurança.

A diversidade das atividades de Turismo de Aventura tende a aumentar pela constante inovação decorrente do avanço tecnológico dos equipamentos e da busca contínua de desafios e experiências inusitadas por uma parcela significativa de consumidores e pelo contínuo desenvolvimento da capacidade das empresas de gerenciar riscos.

Optou-se por agrupar as atividades de Turismo de Aventura mais conhecidas pelo mercado utilizando três elementos da natureza (terra, água e ar), cientes de que algumas podem envolver mais de um desses elementos ao mesmo tempo e ocorrer em ambientes diversos, fechados, ao ar livre, em espaços naturais ou construídos, a exemplo do arborismo, bungee jump, cachoeirismo, caminhada, cavalgadas, cicloturismo, espeleoturismo, escalada, montanhismo, bóia-cross, canoagem, mergulho, rafting, vôo livre, entre outras.

É importante compreender, ainda, que tais atividades podem se somar à oferta turística de destinos que tenham como vocação principal outro segmento, com vistas a agregar valor aos

---

<sup>46</sup> EMBRATUR. Diretrizes para uma Política Nacional de Ecoturismo. GTI –MICT/MMA. Brasília, 1994.

<sup>47</sup> Turismo de Aventura: orientações básicas. Ministério do Turismo, 2010.

[Digite aqui]

produtos turísticos ofertados. A combinação de vários segmentos para a formação de um produto turístico contribui para a diversificação da oferta, o aumento de permanência do turista na localidade e a diminuição da sazonalidade da atividade.

Destaca-se também, que a prática do Turismo de Aventura no Brasil cresceu, se profissionalizou e ganhou visibilidade internacional. O país foi eleito pela revista National Geographic Adventure como o melhor destino para aventureiros e esportistas radicais em 2009. A revista deu grande destaque para Fernando de Noronha, e mostrou os destinos mais procurados na Amazônia, Chapada Diamantina, Chapada dos Veadeiros, Chapada dos Guimarães, Estrada Real, Florianópolis, Foz do Iguaçu, Mata Atlântica, Jalapão, Serras Gaúchas, Lençóis Maranhenses e Pantanal. Em 2018, três localidades brasileiras, para o segmento de ecoturismo e de aventura estão entre os destinos tendência na pesquisa anual dos mais importantes portais de viagens do mundo Skyscanner: Foz do Iguaçu (PR), Chapada Diamantina (BA) e Parnaíba (PI). (MTur/2018). O Turismo de Aventura tem aparato legal no Decreto no 7.381/2010, que regulamenta a Lei do Turismo (Lei no 11.771/2008)

E seguindo as tendências internacionais de prevenir acidentes e tornar o país competitivo como um dos principais destinos mundiais de Turismo de Aventura, o MTur promoveu o desenvolvimento de normas técnicas por meio do Projeto de Normalização em Turismo de Aventura, pelo Comitê Brasileiro do Turismo (CB54), vinculado à Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT). O modelo brasileiro de normalização em Turismo de Aventura ganhou tanto destaque que se tornou referência no âmbito da ISO – Organização Internacional para Normalização (órgão internacional responsável pela padronização e normalização de bens e serviços e reconhecido pela Organização Mundial do Comércio).

O Turismo de Aventura deu um salto em relação ao desenvolvimento do segmento com a criação de entidades e associações relacionadas ao Turismo de Aventura. Estima-se que mais de 1.600 empresas estejam oferecendo atividades de Ecoturismo e Turismo de Aventura envolvendo mais de 28 mil profissionais nos períodos de alta temporada, atendendo mais de 4,3 milhões de turistas por ano, gerando faturamento anual estimado em R\$ 490 milhões de reais para o segmento.

Atualmente são aproximadamente mais de 200 destinos brasileiros de ecoturismo e aventura. Entre os quais, destacam-se aqueles, que não estão localizados no litoral:

**Região Norte:** Alter do Chão (PA); Ilha de Marajó (PA); Manaus/Novo Airão (AM); Monte Roraima (RR).

**Região Nordeste:** Chapada das Mesas (MA), Chapada Diamantina (BA); Serra da Capivara (PI).

**Região Centro-Oeste:** Bonito (MS); Chapada dos Guimarães (MT); Chapada dos Veadeiros (GO); Pantanal (MT/MS); Nobres (MT); Pirinópolis (GO); Serra do Roncador (GO)

**Região Sudeste:** Brotas (SP); Atibaia (SP); Socorro (SP); Juquitiba (SP); Serra da Mantiqueira (SP); Serra da Bocaina (SP); PETAR (SP); Serra da Canastra (MG); Serra do Cipó (MG); Ibitipoca (MG); Caparaó (MG); Capitólio (MG); Carrancas (MG); Serra dos Orgãos (RJ); Visconde de Mauá (RJ); PE da Pedra Azul (ES).

**Região Sul:** Fóz do Iguaçu (PR); Serra da Catarinense (SC); Três Coroas (RS); Cambará do Sul (RS);

Como dito, os destinos turísticos de ecoturismo e de turismo de aventura também ocorrem em sua maioria no entorno e no interior das Unidades de Conservação de proteção integral, em especial nos Parques Nacionais e Estaduais.

### 5.1.2.3. Turismo Cultural

Turismo Cultural<sup>48</sup> é constituído por atividades turísticas relacionadas à vivência do conjunto de elementos significativos do patrimônio histórico e cultural e dos eventos culturais, valorizando e promovendo os bens materiais e imateriais da cultura.

O turismo cultural valoriza e revitaliza o patrimônio, revigora as tradições e os bens culturais materiais e imateriais. O patrimônio imaterial ganha expressão e presença, inclusive na legislação de preservação e tombamento e amplia a oferta dos atrativos.

No Brasil são vários os destinos de turismo cultural com características semelhantes. Podemos classificá-los em: 1) os eventos temporários – festas religiosas e profanas festas populares; 2) os atrativos culturais e naturais e; 3) os saberes e fazeres - a gastronomia, a religiosidade, a crença, o artesanato e a história, que são ofertados e apresentados aos visitantes na sua forma mais autêntica e com sua identidade mais respeitada, estimulando o visitante a experimentar e a participar.

A existência de culturas diversas, a mistura de raças, as diversas manifestações culturais, as condições geográficas, climáticas e históricas criam elementos que caracterizam o Brasil como um importante destino de turismo cultural. Em cada região ou Estado brasileiro esses planejamentos estão sendo desenvolvidos e colocados em prática por meio de rotas turísticas, de calendário de eventos, de circuitos culturais, de expedições temáticas e outras manifestações.

O turismo cultural está entre as principais motivações de viagens no mundo e tende a crescer proporcionalmente à ampliação da educação e à circulação de informações, na medida em que o conhecimento e o aperfeiçoamento cultural estão intimamente ligados.

### 5.1.2.4. Turismo Rural

Turismo Rural tem como base aspectos que se referem ao turismo, ao território, à base econômica, aos recursos naturais e culturais e à sociedade. E com base nesses aspectos, define-se Turismo Rural como: “o conjunto de atividades turísticas desenvolvidas no meio rural comprometidas com a produção agropecuária, agregando valor a produtos e serviços, resgatando e promovendo o patrimônio cultural e natural da comunidade”.<sup>49</sup>

O turismo rural é reconhecido como um fator indutor ao desenvolvimento regional, tendo o território como ponto de partida para análise e realização de investimentos em infraestrutura.

Existem variações para o turismo rural, que também pode ser denominado Agroturismo, de toda forma, ambos vêm se desenvolvendo em propriedades rurais que oferecem serviços turísticos relativos a: hospedagem; alimentação; recepção à visitação; recreação, entretenimento, atividades técnicas-pedagógicas vinculadas ao contexto rural; e outras atividades que contemplam

---

<sup>48</sup> Turismo Cultural: orientações básicas. Ministério do Turismo. Brasília, 2010

<sup>49</sup> Diretrizes para o Desenvolvimento do Turismo Rural. Ministério do Turismo, 2007

[Digite aqui]

vivências e experiências na busca de conhecer a cultura local e o modo de viver das pessoas do campo.

O Turismo Rural, além do comprometimento com as atividades agropecuárias, caracteriza-se pela valorização do patrimônio cultural e natural como elementos da oferta turística no meio rural. Assim, os empreendedores, na definição de seus produtos de Turismo Rural, devem contemplar com a maior autenticidade possível os fatores culturais, por meio das manifestações e práticas regionais (como o folclore, os trabalhos manuais, os “causos”, a gastronomia), e primar pela conservação do ambiente natural.

A OMT estima que o Turismo Rural, tem pelo menos 3% de todos os turistas do mundo interessados em viagens para o turismo rural, indica um crescimento anual de aproximadamente 6%, e prevê tendência global de crescimento.

As atividades turísticas no espaço rural brasileiro começaram a se desenvolver na década de 80 nos estados do Sul do País. Desde então, este segmento vem crescendo e oferecendo oportunidades para pequenos proprietários rurais diversificar sua oferta e ampliar suas economias. Segundo informações do Ministério do Desenvolvimento Agrário, a partir de 1990, o turismo passa a ganhar destaque entre as atividades não agrícolas, agregando valor a agricultura familiar, e vem crescendo em termos de importância para a manutenção dos níveis de trabalho e renda. O turismo rural vem se expandindo principalmente em fazendas históricas de Minas Gerais, Rio de Janeiro e São Paulo, como também nos passeios pelo Pantanal Mato-grossense, nas comunidades rurais de Santa Catarina, Paraná e Rio Grande do Sul, propagando-se rapidamente pelo restante do país. Diante de um universo de mais de dez mil empreendimentos que oferecem Turismo Rural hoje no Brasil, em pelo menos 16 dos Estados da Federação.

De acordo com o Panorama Empresarial do Turismo Rural, 2011, a Região Sul e Sudeste tem destinos mais consolidados, Ceará, Bahia, Paraíba, Rio Grande do Norte e Pernambuco surgem como novos potenciais e identifica-se novas ofertas em Goiás, Paraná, Paraíba e Rio Grande do Norte. Esta análise destacou a diversidade de produtos ofertados, desde tradicionais agricultores familiares, que recebem em suas casas, nos modelos de cama e café, bem como, de propriedades rurais que se transformaram em empreendimentos turísticos nos últimos anos, passando a explorar riquezas culturais rurais e, consorciando produtos de experiência rural com a natureza, sol e praia.

Outro elemento a ser considerado, foi o surgimento, nos últimos 10 anos, de empreendimentos turísticos rurais construídos por novos atores rurais, formado por profissionais liberais dos grandes centros urbanos, o que é um novo fato a se considerar por fazer a diferença na realidade da atividade, trazendo renovação, lideranças e fortalecimento nos destinos turísticos. E pelo compromisso com a sustentabilidade ambiental, produtiva e social.

O Turismo Rural ainda não tem todo o aparato legal necessário, apesar da Lei 5.077/09, ter simplificado e desburocratizado a atividade. Ainda carece de regulamentos específicos que normatizem a sua diversidade, até por ser uma atividade relativamente nova, submete-se a um regime híbrido, parte rural, parte urbano, notadamente na área trabalhista, previdenciária, sanitária e tributária, sendo necessário estudos e proposições para a sua devida legalidade e trazer os benefícios para o setor.

### **5.1.3. Potencialidade e necessidades para expansão do turismo no espaço rural**

Reconhece-se que o a ampla extensão territorial das áreas rurais brasileiras com riqueza de recursos naturais, somadas à enorme diversidade cultural do povo brasileiro, possibilita o desenvolvimento de inúmeros atrativos rurais, aliados à crescente demanda dos turistas em busca do maior contato com a natureza, de vivenciar novas experiências, ou reencontrar suas raízes na vida do campo, confirmando assim, as boas perspectivas e o potencial de crescimento do Turismo Rural no País. (Panorama do Turismo Rural, 2011)

Considera-se como uma ótima oportunidade a atividade turística para as pequenas propriedades rurais, que poderão agregar valores socioeconômicos e culturais, pois, esta não exige uma economia de escala, onde a visão empreendedora, a criatividade, o empenho familiar pode superar as dificuldades iniciais de qualquer novo negócio. (Panorama do Turismo Rural, 2011)

A prestação de serviços relacionados à hospitalidade em ambientes rurais, faz com que as características rurais passem a ser entendidas de outra forma que não apenas focadas na produção primária de alimentos. Assim, práticas comuns à vida campesina, como o manejo de criações e o cultivo da terra, as manifestações culturais, a culinária e a própria paisagem, passam a ser consideradas importantes componentes do produto turístico rural e, conseqüentemente, valorizadas e valoradas por isso. A agregação de valor também se faz presente pela possibilidade de verticalização da produção, especialmente em pequena escala, ou seja, beneficiamento de produtos *in natura*, transformando-os para que possam ser oferecidos ao turista. (Diretrizes para Desenvolvimento do Turismo Rural, MTur)

Assim, todos os estabelecimentos turísticos localizados no espaço rural são importantes e devem fazer parte dos prestadores de serviços turísticos de forma a trabalhar a atividade turística de modo integrado e participativo, sempre considerando os arranjos produtivos de cada território, a fim de fortalecer os laços comunitários e vicinais, reforçar a coesão social, a cooperação produtiva e a valorização dos elementos naturais e culturais, respeitadas as singularidades, com vistas aos benefícios para as comunidades.

Entretanto, as iniciativas públicas e privadas têm se mostrado insuficientes no sentido de promover e ordenar o desenvolvimento dessas atividades turísticas. A ausência de consenso sobre conceitos, a falta de critérios, regulamentações, instrumentos de ordenamento territorial, planejamento, incentivos e arranjos integrados no território, para qualificação da oferta e dos produtos, frente as demandas, mecanismos eficazes de aprendizagem e de comercialização, e outras informações que orientem os produtores rurais, os investidores e o próprio Governo são as causas para que estas atividades sejam impulsionadas quase que por completo pelas oportunidades de mercado. (Diretrizes para Desenvolvimento do Turismo Rural, MTur)

A realidade nacional aponta a atividade turística como dinamizador rural, e a perspectiva de geração de negócios inovadores. Uma das grandes reflexões é certamente, o desafio da necessidade de que o setor saia da zona de conforto, para assumir papel protagonista a fim de atender aos projetos de desenvolvimento regional, por isso é essencial ter o foco de muitas ações institucionais, governamentais ou não governamentais, para se transformar em uma atividade empresarial sustentável tendo como meta a revitalização de destinos e a expansão do setor.

## **5.2. Sociobiodiversidade e o extrativismo – patrimônio nacional**

O Brasil abriga uma imensa biodiversidade, que aliada à sua extensão territorial, diversidade geográfica e climática, faz com que o país ocupe o primeiro lugar no ranking dos países detentores de megabiodiversidade do Planeta. (LEWINSON & PRADO, 2000 apud MMA, 2002)<sup>50</sup>. O Brasil é um dos maiores detentores de diversidade cultural. Deste modo, o Brasil é um dos países com maior diversidade biocultural do mundo. (HARMON, 1996 apud MAFFI, 1999; 2007).<sup>51</sup>

No debate internacional sobre conservação da biodiversidade, tornou-se claro o elo entre a diversidade biológica, cultural e linguística. Da mesma forma que à biodiversidade, à diversidade cultural pode ser atribuído um valor indireto pelo papel chave que desempenha; e um valor direto, já que muitas atividades e produtos baseados no conhecimento tradicional dos povos e comunidades tradicionais são fontes importantes de renda, alimentos e cuidados de saúde. No mais, além de poderem servir de insumo para as inovações atreladas às biotecnologias<sup>52</sup>, os conhecimentos tradicionais podem servir de base para o estabelecimento de regras eficazes de manejo e proteção dos recursos naturais.

Essa sociobiodiversidade é tradicionalmente utilizada por, pelo menos, 231 povos indígenas e diversos povos e comunidades tradicionais, como quebradeiras de coco babaçu, seringueiros, ribeirinhos, quilombolas, entre outros. Os Povos e Comunidades Tradicionais (PCT) detêm papel ímpar na constituição da sociedade brasileira e de acordo com a Política Nacional de Povos e Comunidades Tradicionais - PNPCT, são grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, que possuem formas próprias de organização social, que ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição. (PLANAFE/MMA,2017)<sup>53</sup>

Tal conceituação, é baseada na premissa do auto reconhecimento. Ainda que não haja uma lista oficial de todos os grupos, o Conselho Nacional de Povos e Comunidades Tradicionais, traz 28 denominações com assento garantido no colegiado. O número sem dúvida é maior, dado que a identidade é um processo de afirmação social em evolução. Mais do que o número ou lista oficial, importa saber que o Estado brasileiro, tendo por base sobretudo a Constituição Federal de 1988, gradativamente vem reconhecendo a importância desses grupos na sociedade, formulando, debatendo e executando políticas públicas e reconhecendo direitos. Mesmo diante deste contexto, até 2007, com exceção dos povos indígenas e quilombolas, as comunidades tradicionais não possuíam legislação que garantisse os direitos à terra ou território. A mudança ocorreu quando foi

---

<sup>50</sup> O Brasil possui entre 15 e 20% das 1,5 milhão de espécies descritas na Terra. Possui a flora mais rica do mundo, com cerca de 55 mil espécies de plantas superiores (22% do total mundial), 524 espécies de mamíferos, 1.677 de aves, 517 anfíbios e 2.657 de peixes.

<sup>51</sup> Estudo pioneiro realizado por Harmon em 1996 buscou estabelecer indicadores da diversidade biocultural e demonstrou existirem, em escala global, sobreposições geográficas significativas entre a biodiversidade e a diversidade cultural. Ainda evidenciou uma forte coincidência entre os países possuidores de megadiversidades biológica e cultural.

<sup>52</sup> GERMAN-CASTELLI, 2004

<sup>53</sup> MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE. Plano Nacional de Fortalecimento das Comunidades Extrativistas e Ribeirinhas–PLANAFE: 2017-2019. Brasília, DF: MMA, 2017.

[Digite aqui]

criada a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais (PNPCT). (PLANAFE/MMA,2017)

Em todo o território nacional conformam diversos segmentos dos PCT, que podem ser diferentes entre si e as denominações pelas quais são conhecidas podem se remeter à sua origem étnica, à sua principal atividade econômica, às características físicas, geográficas, ambientais de seus territórios, ou ainda aos aspectos de sua cultura e seu modo de vida. Ainda não se conta com dados demográficos oficiais, nem do território por elas ocupado. Porém, estima-se que, dos 850 milhões de hectares no Brasil, aproximadamente 25% correspondem às terras tradicionalmente ocupadas e, portanto, não se encaixam na categoria censitária oficial de “imóvel rural”, que é definida pela dominialidade. (PLANAFE/MMA,2017)

Os povos e comunidades tradicionais compartilham o fato de serem grupos que conquistaram ou estão lutando para conquistar, por meios práticos ou simbólicos, uma identidade pública com algumas, das seguintes características: pertencimento étnico, ancestralidade, cosmovisões distintas, gestão comunitária de seus territórios, uso de técnicas ambientais de baixo impacto; traços culturais que são seletivamente reafirmados e reelaborados, transmitidas entre gerações. (PLANAFE/MMA,2017)

Dentre os segmentos de povos e comunidades tradicionais, alguns têm vínculo mais direto com a prática do extrativismo, que está na base de seu sustento e reprodução social, cultural e material. Embora o extrativismo vegetal e animal não seja a única fonte de geração de renda, pois as famílias e as comunidades realizam ao longo do tempo outras atividades econômicas, esse se destaca e os singulariza. É o caso, por exemplo, dos seringueiros, dos castanheiros, das quebradeiras de coco babaçu, das mulheres catadoras de mangaba e dos extrativistas de flores, frutos e ervas ofertados pela rica biodiversidade do Cerrado, da Caatinga, do Pantanal, da Amazônia, da Mata Atlântica. É o caso também das famílias ribeirinhas que realizam tanto a pesca artesanal como outros tipos de extrativismo de base vegetal na zona costeira. (PLANAFE/MMA,2017)

Grande parte destes povos e comunidades vivem na e da floresta, principalmente nas Unidades de Conservação de Uso Sustentável e Territórios Quilombolas. As florestas públicas, foram cadastradas no Cadastro Nacional de Florestas Públicas e conforme o Serviço Florestal Brasileiro (SFB), se distribuem em: Uso Comunitário 50,29%, Proteção a Biodiversidade 26,2%, Uso Militar 0,95%, não destinadas 22,3% e outros 0,26%. Sendo as florestas de uso comunitário correspondente às Terras Indígenas, às Unidades de Conservação sob as categorias Reserva de Desenvolvimento Sustentável (RDS) e Reserva Extrativista (Resex), assim como aos assentamentos sustentáveis federais dos tipos Projeto de Desenvolvimento Sustentável (PDS), Projeto de Assentamento Florestal (PAF) e Projeto Agroextrativista (PAE). As áreas de florestas não destinadas correspondem às terras arrecadadas pela União e estados. (PLANAFE/MMA,2017)

Cabe ressaltar que as UCs, os Territórios Quilombolas e as Terras Indígenas, mesmo aquelas que estão localizadas no território rural, não serão alvo direto de estudo neste TCC, uma vez que detém particularidades legais e técnicas, em relação as políticas voltadas ao planejamento e gestão destas áreas, incluindo os instrumentos de uso público. No entanto, as estratégias para conservação destas áreas e dos modos de vida dos PCT, considerando sobretudo o contexto socioambiental das áreas de entorno se tornam muito importantes para compor a Estratégia de Turismo para o desenvolvimento Rural Sustentável. Desta forma, esta questão será abordada no

âmbito da integração de alguns aspectos da Política de Turismo com as Diretrizes Voluntárias para as Políticas Agroambientais, a PNPCT e o PLANAFE; destacando como elemento essencial para as orientações de ordenamento territorial. E deverá ser tratada de forma mais aprofundada em estudo posterior.

O Plano Estratégico Nacional de Áreas Protegidas – PNAP, importante instrumento do governo brasileiro diante do compromisso com a Convenção sobre a Diversidade Biológica das Nações Unidas, define os territórios quilombolas, terras indígenas e unidades de conservação como áreas protegidas, que somam 25% do território brasileiro; e reconhece o papel que desenvolvem para a proteção e conservação dos ecossistemas. (MMA,2018)<sup>54</sup>

No contexto da importância e oportunidade da sociobiodiversidade, vale ressaltar a importância e contribuição dos territórios indígenas, por serem extremamente relevantes para a conservação ambiental e para a manutenção dos serviços ecossistêmicos, destacando-se seu potencial para fortalecimento das cadeias produtivas e uso sustentável dos recursos naturais.

Destaca-se também as comunidades quilombolas, embora compreendidas dentro das comunidades tradicionais; diferenciam-se pois; como os povos indígenas, têm reconhecido pela Constituição Federal de 1988 o direito a permanecer definitivamente em seus territórios. Os quilombolas sobrevivem em enclaves comunitários, muitas vezes antigas fazendas deixadas por outros proprietários. Apesar de existirem desde a escravidão, no fim do século XIX, sua visibilidade social é recente, fruto da luta pela terra, da qual, na maioria das vezes, não possuem escritura. Vivem, em geral, de atividades vinculadas à pequena agricultura, artesanato, extrativismo e pesca, variando de acordo com as regiões em que estão situados. Contudo, o uso dos recursos ambientais com vistas à produção, nos quilombos, historicamente, tem apresentado uma dinâmica singular, pelos valores e práticas de respeito à natureza. As comunidades quilombolas localizam-se em 24 estados da federação, estando a maior parte nos estados do Maranhão, Bahia, Pará, Minas Gerais e Pernambuco. Os únicos estados que não registram ocorrências destas comunidades são o Acre e Roraima, além do Distrito Federal. Segundo informações de 2016 da Fundação Cultural Palmares (FCP), existem 2.849 comunidades remanescentes de quilombolas certificadas, estando a maior parte delas localizada no Nordeste. No Incra, autarquia competente, na esfera federal, pela titulação dos territórios quilombola, dados de 2013 revelam que 1.229 processos para titulação de terras de comunidades remanescentes de quilombola estavam abertos. Entretanto, foram concedidos até 2013, títulos de regularização fundiária a apenas 207 comunidades, abrangendo 995,1 mil hectares e beneficiando 12.906 famílias. (SEPPIR, 2013)<sup>55</sup>

Conforme censo realizado pelo ICMBio, nas 77 Unidades de Conservação do território nacional, em especial as Reservas Extrativistas (Resex), Florestas Nacionais (Flonas) e Reservas de Desenvolvimento Sustentável (RDS), foram cadastradas até o final de 2016, 56.903 famílias correspondendo a um número em torno de 300 mil pessoas. (PLANAFE/MMA,2017)

Segundo dados de 2016 da Secretaria de Patrimônio da União - SPU, residem 58.417 ribeirinhos, em territórios beneficiados pelo Termo de Autorização de Uso Sustentável - TAU em área da União. As comunidades tradicionais ribeirinhas vivem em regiões de várzea, próximas a rio e têm modo de organização, reprodução social, cultural e econômica fundamentados no uso de

---

<sup>54</sup> <http://www.mma.gov.br/areas-protegidas/plano-de-areas-protegidas>

<sup>55</sup> Secretaria Nacional de Políticas de Promoção da Igualdade Racial

[Digite aqui]

técnicas geralmente desenvolvidas a partir dos saberes e práticas tradicionais, do conhecimento dos ecossistemas e das condições ecológicas regionais. (PLANAFE/MMA,2017)

Um outro exemplo de luta pelo território é dado pelas quebradeiras de coco babaçu, do Movimento Interestadual das Quebradeiras de Coco Babaçu (MIQCB), que em 2015 lançou o “Mapa da Região Ecológica dos Babaçuais” dos estados do Piauí, Tocantins, Maranhão e Pará. Nos quatro estados, existem mais de 25 milhões de hectares de babaçuais, em diferentes densidades. O mapa destaca o papel fundamental do babaçu no modo de vida de mais de 300 mil mulheres que, organizadas no MIQCB, buscam conservar a espécie e garantir renda para as famílias das comunidades rurais.<sup>56</sup>

O extrativismo de produtos da sociobiodiversidade, também é realizado em áreas privadas de grandes fazendas agropecuárias, e em geral trazem conflito socioambiental permanente, que deve ser superado pela garantia de acesso à biodiversidade e aos territórios tradicionais.

Contudo, vários segmentos tradicionais não possuem territórios reconhecidos, e a conservação dos territórios dos povos e comunidades tradicionais é condição fundamental para sua reprodução econômica, social e cultural. Isso porque a perda ou afastamento de suas terras, territórios ou territorialidades pode conduzir a seu desaparecimento como grupo coeso já que seus sistemas de conhecimentos tradicionais, que constituem a base de sua identidade cultural, se relacionam de forma intensa com os recursos naturais.<sup>57</sup>

A biodiversidade possui importância econômica para os povos e comunidades tradicionais, quando transformada em bens e serviços destinados ao mercado, por meio da formação de cadeias de valor. Esses bens e serviços são denominados “produtos da sociobiodiversidade”, podendo ser comercializados localmente e/ou ofertados ao mercado nacional e internacional, a exemplo da castanha-do-brasil, açaí, licuri, babaçu, pequi, copaíba, borracha extrativista, macaúba, piaçaba, mangaba e outros. (PLANAFE/MMA,2017)

A extração de produtos não madeireiros (óleos, resinas, ervas, frutos e borracha) e o manejo dos recursos florestais, desde que racionalmente utilizados, trazem benefícios econômicos às populações locais, fixam o homem no meio rural e melhoram sua qualidade de vida. (IPAM, 2011)<sup>58</sup>. De acordo com dados da Produção da Extração Vegetal e da Silvicultura - PEVS/IBGE de 2015, o valor dos produtos não madeireiros na extração vegetal totalizou R\$ 1,5 bilhão, sendo os principais produtos que se destacaram pelo valor da produção: açaí, a erva-mate, castanha do Brasil, carnaúba, amêndoas de babaçu e piaçava. (IBGE, 2015)

A oferta de produtos da sociobiodiversidade ao mercado está diretamente relacionada à capacidade de implementação de suas respectivas cadeias de valor, por meio do desenvolvimento dos elos extrativismo, processamento, distribuição, comercialização e consumo. O desenvolvimento de cada elo de uma cadeia de valor, assim como a coordenação entre esses elos e a coordenação entre diferentes cadeias em um mesmo território estão sendo viabilizados pela estruturação de Arranjos Produtivos Locais – APL. (PLANAFE/MMA,2017)

*Produtos da Sociobiodiversidade são bens e serviços (produtos, matérias primas ou benefícios) gerados a partir de recursos da biodiversidade, voltados à formação de*

<sup>56</sup> <https://www.socioambiental.org/pt-br/noticias-socioambientais/mapa-revela-aumento-da-incidencia-de-babacuais-no-pi-to-ma-e-pa>

<sup>57</sup> GERMAN-CASTELLI, 2012.

<sup>58</sup> Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia

*cadeias produtivas de interesse dos povos e comunidades tradicionais e de agricultores familiares, que promovam a manutenção e valorização de suas práticas e saberes, e assegurem os direitos decorrentes, gerando renda e promovendo a melhoria de sua qualidade de vida e do ambiente em que vivem. (Plano Nacional para a Promoção das Cadeias de Produtos da Sociobiodiversidade – PNPSB)*

*Cadeia Produtiva da Sociobiodiversidade é um sistema integrado, constituído por atores interdependentes e por uma sucessão de processos de educação, pesquisa, manejo, produção, beneficiamento, distribuição, comercialização e consumo de produto e serviços da sociobiodiversidade, com identidade cultural e incorporação de valores e saberes locais e que asseguram a distribuição justa e equitativa dos seus benefícios. (Plano Nacional de Promoção das Cadeias de Produtos da Sociobiodiversidade – PNPSB)*

*Cadeia de Valor é outro conceito utilizado no contexto de produtos da sociobiodiversidade e considera a agregação de valores não monetários ao produto ao longo de suas etapas de produção (GIZ, 2012).*

*Arranjos Produtivos Locais são agrupamentos de empreendimentos de um mesmo ramo, localizados em um mesmo território, que mantêm algum nível de articulação, interação, cooperação e aprendizagem entre si e com os demais atores locais: governo, pesquisa, ensino, instituições de crédito (Plano Nacional de Promoção das Cadeias de Produtos da Sociobiodiversidade – PNPSB).*

Uma das principais questões relacionadas ao desenvolvimento das cadeias produtivas da sociobiodiversidade é se o extrativismo contribui ou não para a conservação ambiental, e se contribui, quais são os indicadores para se avaliar essa contribuição. As organizações locais consideram como principal indicador, de caráter qualitativo, a interdependência entre viver no território e viver do território. Por isso, defendem o extrativismo sustentável como uma importante atividade econômica que contribui para a conservação ambiental, pois está associada aos modos de vida dos povos e comunidades tradicionais, que sabem usar e manejar de forma sustentável os recursos naturais, a partir de conhecimentos tradicionais transmitidos entre as gerações. (PLANAFE/MMA,2017)

Elaborar e implementar estratégias que apontem à conservação da sociobiodiversidade é essencial. Além de ser central para o bem-estar da humanidade, pois sustenta o funcionamento dos ecossistemas dos quais dependemos para alimentação, água potável, saúde e lazer. Sua perda também nos afeta cultural e espiritualmente – o que pode ser mais difícil de quantificar. (Panorama da Biodiversidade Global 3,2010)<sup>59</sup>

---

<sup>59</sup> Relatório periódico sobre biodiversidade: o Global Biodiversity Outlook (GBO) ou Panorama da Biodiversidade Global, oferece um resumo do estado da diversidade biológica e uma análise dos passos tomados pela comunidade global para assegurar que a biodiversidade seja conservada e usada de forma sustentável e que os benefícios advindos do uso dos recursos genéticos sejam equitativamente distribuídos. (<http://www.mma.gov.br/biodiversidade/biodiversidade-global>)

[Digite aqui]

Como visto, os territórios dos PCT possuem grande potencial para o turismo, para qualquer um dos segmentos anunciados para composição da estratégia de turismo sustentável para o meio rural, sobretudo para o que chamamos de TBC, que irá oportunizar pelas vivências com os modos de vida das comunidades experiências ricas de conhecimento e valorização de todo esse patrimônio da sociobiodiversidade brasileira. Destaca-se que o turismo poderá agregar valor direto para a geração e renda dos PCT, ao tempo que irá permitir maior sensibilização e divulgação de seus valores e assim contribuir para a permanência destes povos em seus territórios e consequentemente salvaguardar suas práticas de conservação da paisagem e demais serviços ambientais.

Neste sentido, alinhar as informações da produção extrativista com a dinâmica de estruturação dos destinos turísticos é estratégico para demonstrar o quanto a integração dos APLs extrativistas e do turismo pode ser importante para o desenvolvimento rural sustentável, visando à contribuição dos produtos da sociobiodiversidade para a segurança alimentar e nutricional dos povos e comunidades tradicionais, para a geração de renda das famílias extrativistas, para a economia dos municípios e para o monitoramento da pressão exercida sobre determinados recursos naturais nas regiões.

### **5.3. Quadro Síntese – potencial de soluções frente aos problemas e causas a serem enfrentados para o desenvolvimento rural sustentável**

Para concluir este tópico será apresentada a potencialidade destas atividades econômicas frente aos problemas apresentados na parte I – Momento explicativo. Conforme exposto o Turismo e o Extrativismo reservam grande potencial, para enfrentar e minimizar parte dos desafios identificados para o desenvolvimento sustentável no meio rural.

Macro solução: recuperação e conservação ambiental e melhoria sócio econômica das comunidades, por meio do incentivo ao turismo, a valorização da sociobiodiversidade, do extrativismo e da agricultura familiar agroecológica em áreas de relevância socioambiental no território rural.

Modelo de resistência, diminuição e transformação das causas críticas: inserção e expansão de novas atividades econômicas de baixo impacto ambiental de alto valor social agregado por meio das APL de turismo e extrativismo.

Problemas Sociais	Melhorias Sociais
Pobreza	Melhoria dos IDH
Desigualdade	Diminuição da desigualdade
Violência	Cultura da paz
Precarização das relações de trabalho	Respeito aos direitos trabalhistas, formalização das empresas, valorização dos

[Digite aqui]

	conhecimentos e práticas tradicionais e qualificação profissional
Restrição dos direitos	Valorização dos direitos e da cidadania
Perda da identidade das populações tradicionais	Valorização da identidade, da cultura e dos territórios dos povos e comunidades tradicionais
Conflitos de terra	Defesa do direito e dos acessos aos territórios pelos agricultores familiares e dos PCT
Exclusão dos agricultores familiares e das populações tradicionais do acesso a políticas públicas e incentivos	Ampliação do acesso as políticas públicas, incentivos e infraestrutura
Êxodo rural	Retorno ao campo, fixação e permanência nos territórios de origem com os empreendimentos rurais, principalmente dos jovens
Desemprego	Aumento das oportunidades de trabalho autônomo, familiar e cooperativo; emprego, permanente e temporário
Baixa capacidade de ascensão social	Empoderamento da comunidade e aumento da capacidade de inclusão e ascensão social
<b>Problemas econômicos</b>	<b>Melhorias econômicas</b>
Concentração de capital e renda	Distribuição do capital e aumento da renda
Dependência de commodities	Diversificação da atividade produtiva, de baixa escala e integrada regionalmente
Produção de baixo valor agregado	Produção de alto valor agregado
<b>Problemas ambientais</b>	<b>Melhorias ambientais</b>
Alterações biológicas / Perda da biodiversidade	Conservação da biodiversidade e proteção dos serviços ambientais
Alterações hídricas - mudanças do ciclo hidrológico / escassez e poluição das águas	Preservação e recuperação de nascentes, e cursos d'água.
Desmatamento – supressão da vegetação natural	Recuperação de áreas degradadas, conservação das áreas florestais e manejo florestal
Degeneração/ erosão do solo	Manejo do solo
Exploração irregular de madeira	Uso sustentável dos recursos naturais e florestal madeireiros e não madeireiros
Uso de agrotóxicos-danos à saúde	Produção orgânica e agroecológica
Contaminação da água e do solo por agrotóxicos	Produção orgânica e agroecológica
Emissão de GEE –aquecimento global	Recomposição florestal – mitigação e adaptação as mudanças do clima

## **6. Política Nacional de Turismo**

Neste tópico será apresentada a Política Nacional de Turismo de forma bem abrangente e traduzida por seu principal instrumento; o Plano Nacional de Turismo -2018-2022, que é editado a cada 4 anos, para direcionamento das principais ações estratégicas do governo.

A proposta é entender o desenho da política, quais são seus princípios, objetivos e instrumentos e reconhecer a abrangência dos esforços do Ministério do Turismo em uma abordagem temática e territorial para o desenvolvimento turístico do país. E nesse contexto, observar quais são as orientações no sentido de promover o turismo sustentável e sua implementação em possíveis recortes, seja por segmentos do ecoturismo, turismo de aventura, turismo rural e/ou turismo de base comunitária, seja por território com foco ao meio rural e em áreas naturais protegidas, ou ainda por beneficiários entre os quais; populações e povos tradicionais e proprietários rurais; em especial agricultores familiares, a fim de compreender quais as iniciativas e investimentos estão voltados ao incentivo a este perfil do setor, com vistas a traçar posteriormente análise de potencial sinérgico com as políticas de promoção do Extrativismo e do Desenvolvimento Rural Sustentável, implementadas pelo Ministério do Meio Ambiente e construir subsídios para elaboração de uma Estratégia de Turismo para o Desenvolvimento Rural Sustentável.

### **6.1. Política Nacional de Turismo**

A Política Nacional de Turismo é relativamente recente, criada em 2008, pela Lei do Turismo (Lei nº 11.771), a qual define as atribuições do Governo Federal no planejamento, desenvolvimento e estímulo ao setor turístico e disciplina a prestação de serviços turísticos, o cadastro, a classificação e a fiscalização dos prestadores de serviços turísticos.

A Política, reconhece que as viagens turísticas, devem gerar movimentação econômica, trabalho, emprego, renda e receitas públicas, constituindo-se instrumento de desenvolvimento econômico e social, promoção e diversidade cultural e preservação da biodiversidade. E dispõe como princípios constitucionais; a livre iniciativa, a descentralização, a regionalização e o desenvolvimento econômico-social justo e sustentável.

Dentre os seus 20 objetivos, destaca-se aqueles que buscam internalizar de forma direta as várias dimensões da sustentabilidade no Turismo.

- i - democratizar e propiciar o acesso ao turismo no País a todos os segmentos populacionais, contribuindo para a elevação do bem-estar geral;
- ii - reduzir as disparidades sociais e econômicas de ordem regional;
- iii - estimular a criação, a consolidação e a difusão dos produtos e destinos turísticos brasileiros, buscando beneficiar, especialmente, as regiões de menor nível de desenvolvimento econômico e social;

[Digite aqui]

iv- promover, descentralizar e regionalizar o turismo, estimulando Estados, Distrito Federal e Municípios a planejar, em seus territórios, as atividades turísticas de forma sustentável e segura, inclusive entre si, com o envolvimento e a efetiva participação das comunidades receptoras nos benefícios advindos da atividade econômica;

v - propiciar a prática de turismo sustentável nas áreas naturais, promovendo a atividade como veículo de educação e interpretação ambiental e incentivando a adoção de condutas e práticas de mínimo impacto compatíveis com a conservação do meio ambiente natural;

vi- preservar a identidade cultural das comunidades e populações tradicionais eventualmente afetadas pela atividade turística;

vii - desenvolver, ordenar e promover os diversos segmentos turísticos;

viii - aumentar e diversificar linhas de financiamentos para empreendimentos turísticos e para o desenvolvimento das pequenas e microempresas do setor.

O arranjo de governança da Política permite ampla capilaridade no território nacional e está estruturado pelo Sistema Nacional de Turismo, composto pelo Ministério do Turismo; a EMBRATUR - Instituto Brasileiro de Turismo; o Conselho Nacional de Turismo; e o Fórum Nacional de Secretários e Dirigentes Estaduais de Turismo. E ainda pelos fóruns e conselhos estaduais de turismo; os órgãos estaduais de turismo; e as instâncias de governança macrorregionais, regionais e municipais.

## **6.2. Plano Nacional de Turismo - PNT**

O Plano Nacional de Turismo, é o principal instrumento da Política Nacional de Turismo, e estabelece diretrizes e estratégias para a sua implementação. Tem por principal objetivo ordenar as ações do setor público para o desenvolvimento do turismo no país, tendo o conjunto de medidas propostas desenvolvidas a partir do Plano Brasil + Turismo, lançado em 2017.

Os principais avanços apontam para modernizar e desburocratizar o setor; ampliar os investimentos e o acesso ao crédito; estimular a competitividade e inovação; investir na promoção do destino Brasil interna e internacionalmente e na qualificação profissional e dos serviços; fortalecer a gestão descentralizada e a regionalização do turismo.

Como grandes metas, prevê alcançar, até 2022, resultados como:

- aumento da chegada de estrangeiros de 6,6 milhões para 12 milhões;
- ampliação da receita cambial do turismo dos atuais US\$ 6,6 bilhões para US\$ 19 bilhões;
- a inserção de 39,7 milhões de brasileiros no mercado consumidor de viagens;
- a geração de 2 milhões de novos empregos no turismo.

[Digite aqui]

Medidas como o aumento da promoção internacional e do número de voos e a implantação de vistos eletrônicos para desburocratizar a vinda de estrangeiros para o país, são apontadas como fundamentais para ampliar o número de turistas internacionais no Brasil. E a promoção de destinos e produtos turísticos segmentados, para incrementar a atração de turistas estrangeiros e ampliação do tempo de permanência e dos gastos. Para elevar e tornar o mercado doméstico mais competitivo, pretende-se aumentar a oferta de voos e rotas, esperando que possam impulsionar o mercado de trabalho do setor.

Merece destacar que a promoção da sustentabilidade, é uma das principais diretrizes do PNT, juntamente com o fortalecimento da regionalização, a melhoria da qualidade e competitividade do setor e o incentivo à inovação.

#### Diretriz de Sustentabilidade:

A sustentabilidade no turismo incorporada no PNT, é entendida de forma ampla, pela sustentabilidade ambiental, que assegura a compatibilidade do desenvolvimento com a manutenção dos processos ecológicos essenciais à diversidade dos recursos naturais, considera a sustentabilidade sociocultural, que assegura que o desenvolvimento preserve a cultura local e os valores morais da população e fortaleça a identidade da comunidade, visa a sustentabilidade econômica, que assegura que o desenvolvimento seja economicamente eficaz, garanta a equidade na distribuição dos benefícios advindos desse desenvolvimento e gere os recursos de modo que possam suportar as necessidades das gerações futuras; e, também a sustentabilidade político-institucional, que assegura a solidez e continuidade das parcerias e compromissos estabelecidos entre os diversos agentes e agências governamentais dos três níveis de governo e nas três esferas de poder, além dos atores da sociedade civil.

Ressalta-se a referência dada a questão da necessidade de o Turismo buscar o enfrentamento às mudanças climáticas, seja pela necessidade de criar condições para que o setor não contribua para o agravamento da situação, seja por prevenir e adaptar os destinos turísticos aos efeitos destas mudanças. Assim, orienta para que hajam esforços no sentido de promover o alinhamento com a Agenda climática e com a Agenda 2030 para o cumprimento dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável.

#### Diretriz de Regionalização do Turismo:

A regionalização do turismo é uma diretriz central para o processo de desenvolvimento turístico brasileiro com foco nas regiões turísticas estabelecidas a partir do Mapa do Turismo Brasileiro, que inclui os municípios categorizados por meio do desempenho de suas economias do turismo. Os municípios são indicados pelos órgãos estaduais de turismo em conjunto com as instâncias de governança regional, a partir de critérios construídos em conjunto com Ministério do Turismo. O Mapa está disponível no endereço eletrônico <http://www.mapa.turismo.gov.br/>

A categorização não traz o diagnóstico turístico e nem um inventário com informações turísticas, é um ferramenta na qual não se avalia potencial turístico, atratividade, qualidade, mas agrupa municípios de acordo com as seguintes variáveis: (i) quantidade de estabelecimentos de hospedagem nos destinos; (ii) quantidade de empregos em estabelecimentos de hospedagem; (iii)

[Digite aqui]

quantidade estimada de visitantes domésticos e (iv) quantidade estimada de visitantes internacionais. Os municípios com os resultados semelhantes foram agrupados em categorias A, B, C, D e E. Ressalte-se que foi utilizada o meio de hospedagem, por ser uma das principais característica da atividade, com pouca incidência de consumo de residentes (IBGE, 2008), geograficamente localizada e altamente associada à economia do turismo. Embora se reconheça a importância das demais atividades características do turismo, essas ou são muito demandadas e consumidas por residentes (Ex.: serviços de restauração, alimentação e bebidas) ou não são geograficamente localizadas nos destinos estudados (Ex.: serviços de agenciamento de viagens, serviços de transportes).

Tabela -Categorização dos municípios das regiões turísticas do Mapa do Turismo Brasileiro 2018.

Caracterização das categorias a partir das variáveis					
Categoria	Nº de municípios	% de municípios no mapa	Valor Médio (não padronizado)		
			Qnt. empregos formais de hospedagem	Qnt. estabelecimentos formais de hospedagem	Estimativa de turistas internacionais
A	57	1,74%	2.414	135	143.926
B	179	5,45%	354	33	7.561
C	539	16,41%	81	10	974
D	1961	59,70%	9	2	116
E	549	16,71%	0	0	0

Fonte: PNT 2018-2022/MTur

Para fazer parte do Mapa, o município precisa possuir um órgão de turismo; um orçamento para investir no turismo e assinar um termo de compromisso com o Ministério do Turismo. Além do mais, os estados têm liberdade de exigir outros critérios, a exemplo de inventários e planos turísticos, que podem ser incluídos como anexo no sistema.

O Mapa do Turismo orienta o Ministério do Turismo para formalização de instrumentos de transferências voluntárias de recursos para apoio a programas, projetos e ações que visam o desenvolvimento do turismo. O apoio dependerá das prioridades definidas pelas estratégias e planejamentos municipais, regionais, estaduais e nacional. Atualmente 90% dos recursos para financiamento estão voltados aos municípios constantes no Mapa. No entanto, mesmo um município que não possui clara vocação para o turismo, pode se beneficiar, se ele desempenhar um papel de provedor ou fornecedor de mão-de-obra ou de produtos destinados a atender o turista, propiciando cooperação e sinergia entre os diversos atores e o estímulo aos arranjos produtivos locais localizados na mesma região turística.

Em entrevista com coordenador do Programa de Regionalização do turismo foram identificadas as principais demandas de investimento para melhoria do programa, entre as quais foram citadas: a necessidade de sistematização e análise integrada dos dados internos do MTur para apoiar a tomada de decisão no direcionamento de ações e disponibilização de recursos para cada município e revisar os critérios para inserção do município, criando a obrigatoriedade das instâncias de governança municipal – COMTUR e Regional.

[Digite aqui]

#### Diretriz de melhoria da qualidade e da competitividade:

Conforme o Relatório sobre Competitividade em Turismo 2017, do Fórum Econômico Mundial, é necessário melhorar o desempenho do Brasil, no que se refere, especialmente, a abertura para o mercado internacional, ao ambiente de negócios, ao desenvolvimento sustentável, à segurança pública, e à infraestrutura aérea, terrestre e portuária, para que o setor de turismo no país se torne mais competitivo e ocupe posição de destaque entre os principais destinos turísticos mundiais até 2022.

#### Diretriz de incentivo a inovação:

A Organização Mundial do Turismo (OMT), considera a inovação como essencial para a competitividade e a sobrevivência econômica do turismo. Com o advento de novas tecnologias de informação e comunicação, a interação entre usuários e provedores de serviços, a atividade turística e o comportamento dos consumidores turistas vêm se modificando rapidamente, tendo em vista a versatilidade, a facilidade e a comodidade de acesso a inúmeras informações que a internet, por meio de redes sociais, aplicativos e outros canais de comunicação e vendas, possibilitam aos usuários. É importante, portanto, incentivar a inovação constante nas empresas do setor e, ao mesmo tempo, buscar soluções legais para permitir a concorrência justa entre elas.

A partir destas diretrizes, o PNT se estrutura em 5 (cinco) linhas de atuação: i. ordenamento, gestão e monitoramento; ii. estruturação do turismo; iii. formalização e qualificação no turismo; iv. incentivo ao Turismo Responsável; e marketing e apoio à comercialização que se desdobram em 17 iniciativas e 44 propostas estratégicas.

Considerando o foco de observação e análise do trabalho, merece destacar sobretudo as iniciativas e estratégias da linha de ação para incentivo ao Turismo Responsável, a estratégia para melhoria da Oferta Turística, na linha de ação para Estruturação do Turismo e algumas das iniciativas e estratégias das demais linhas de atuação. De toda forma, será apresentada o conjunto desenhado de orientações do Plano para que haja adequada compreensão da apropriação e utilização do conceito de sustentabilidade e de sua possibilidade de implementação nas diversas áreas de atuação.

#### 1. Incentivo ao Turismo Responsável

A promoção do desenvolvimento sustentável do turismo sempre foi uma preocupação da política nacional. A câmara temática do Turismo Responsável, no âmbito do Conselho Nacional do Turismo, propõe a adoção de uma abordagem ampla, que acolhe a defesa e o desenvolvimento de temas como ética e responsabilidade social, proteção dos direitos das crianças e adolescentes no turismo, acessibilidade para pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida, respeito as diferenças de gênero, geração, raça e etnia, respeito ao meio ambiente e a manutenção e valorização das culturas locais, além de maior participação das comunidades receptoras na definição das políticas de desenvolvimento do turismo. Neste contexto, o MTur vem fortalecendo esta agenda de inclusão e sustentabilidade e neste PNT propões 5 (cinco) iniciativas.

[Digite aqui]

1.1. Estimulo a adoção de práticas sustentáveis no setor turístico como diferencial dos destinos, valorizando os produtos turísticos que promovam e estimulem a manutenção dos ativos naturais e culturais. Das estratégias previstas, destaca-se:

i. Desenvolver políticas de turismo responsável nos níveis estadual, regional e municipal, tomando como base os princípios de sustentabilidade dispostos na Lei do Turismo e de forma alinhada a Agenda 2030, para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável - ODS, especialmente dos ODSs 8 – emprego digno e crescimento econômico, 12- consumo e produção responsáveis e 14- vida na água, onde o turismo, foi incluído como meta. Para tanto, pretende-se estimular a adoção da boa governança, a criação de marcos legais e a adoção de estratégias e planos de ação.

ii. Realizar premiação e disseminação de boas práticas de turismo sustentável e intensificação de campanhas de sensibilização para o consumo consciente, dando continuidade à parceria com a Associação Brasileira de Operadoras de Turismo (Braztoa) na promoção do maior prêmio de turismo sustentável do país; o Prêmio Braztoa de Sustentabilidade; realizado desde 2012, e que tem a chancela da Aliança Global para o Turismo Sustentável, da ONU. Ressalta-se ainda a utilização do “Guia Turismo e Sustentabilidade” do MTur, para disseminar conhecimento de boas práticas sustentáveis junto aos prestadores de serviços turísticos.

iii. Realizar campanhas de sensibilização para o consumo consciente, envolvendo ações para a conscientização dos turistas e empresários do setor sobre os padrões de consumo, de produção e serviços praticados.

1.2. Promoção da produção local na cadeia produtiva do turismo e o desenvolvimento do turismo de base local, como alternativa de valorização e qualificação dos destinos, com grande impacto para o desenvolvimento local e para a contribuição na diversificação da oferta turística, podendo trazer em especial grande contribuição para melhoria das condições socioeconômicas das populações e comunidades tradicionais e dos agricultores familiares Das estratégias previstas, destaca-se:

i. Estimular o desenvolvimento de atividades turísticas que incorporem aspectos da produção local, da cultura e da culinária regional, por meio da criação de metodologias e estratégias inovadoras nas comunidades locais.

ii. Apoiar e articular ações para promover e ampliar os canais de comercialização dos produtos associados ao turismo e das iniciativas de turismo de base local, por meio da adequação às necessidades do mercado; do estímulo à operadores de turismo, agentes de viagem e guias de turismo, para incluir esses novos produtos e atividades em sua oferta e também por meio da articulação e parcerias com o Sistema S e Órgãos Setoriais responsáveis pelas políticas de cultura, artesanato e agricultura.

1.3. Possibilitar o acesso democrático de públicos prioritários à atividade turística - pelo turismo social, como promotor da equalização de oportunidades, da equidade, da solidariedade e do exercício da cidadania na perspectiva da inclusão. Das estratégias previstas, destaca-se:

i. Definir diretrizes para o desenvolvimento do Turismo Social.

[Digite aqui]

O Código Mundial de Ética para o Turismo, adota o seguinte conceito:

“Turismo social tem por finalidade promover um turismo responsável, sustentável e acessível a todos, no exercício do direito que qualquer pessoa tem de utilizar seu tempo livre em lazer ou viagens e no respeito pelas escolhas sociais de todos os povos”.

O Ministério do Turismo, desde 2005, definiu como Turismo Social:

“Turismo social é a forma de conduzir e praticar a atividade turística promovendo a igualdade de oportunidades, a equidade, a solidariedade e o exercício da cidadania na perspectiva da inclusão”.

A abordagem adotada pelo MTur para o Turismo Social considera diversas dimensões; a perspectiva do turista, a ótica do prestador de serviço turístico, dos grupos sociais de interesse turístico, bem como das comunidades residentes nos destinos.

O Grupo de Trabalho de Turismo Social, da Câmara Temática de Turismo Responsável do CNTur para elaboração de Diretrizes para o Turismo Social produziu Relatório em Outubro de 2017, com proposta para o novo conceito de Turismo Social:

“Turismo Social é a forma de turismo que promove a inclusão social de todos, proporcionando qualidade de vida e o exercício da cidadania pela utilização de meios e bens do arranjo produtivo do turismo, com aproveitamento sustentável dos recursos naturais e culturais.”

E propostas para a definição das Diretrizes, entre as quais para Desenvolvimento e Sustentabilidade do Território e do Setor:

- No Turismo de base local, as comunidades locais devem ser protagonistas do processo de desenvolvimento da atividade turística, considerando: gestão comunitária, gestão do território, manejo e conservação de recursos naturais, desenvolvimento da cadeia produtiva, valorização da hospitalidade comunitária e dos processos de interação social e afirmação de valores da identidade cultural;
- Necessidade de avaliar a capacidade de carga dos destinos e o potencial (diversidade ambiental e cultural) para evitar sobrecarga e ociosidade das regiões durante a visitação;
- Apoio a produção associada ao turismo de base local para geração de renda, valorização da cultura e ascensão social;
- Desenvolver política pública de equilíbrio entre economia colaborativa e o mercado turístico convencional;
- Orientar o planejamento do turismo voltado para três públicos específicos: Extrativistas, Quilombolas e Indígenas;
- Utilizar as medidas de compensações do impacto ambiental de empreendimentos para fortalecer projetos de desenvolvimento das comunidades locais afetadas;

[Digite aqui]

- Criação de infraestrutura que permita o acesso aos sítios turísticos, com respeito às decisões da comunidade local e ao meio ambiente.

Em entrevista com a coordenadora do Departamento de Turismo Responsável, realizada em março de 2018; foram apreendidas as necessidades de demandas e ações prioritárias para cumprimento das propostas apresentadas no PNT. Ficou evidente a necessária construção de uma visão estratégica para a agenda, nivelando e homogeneizando conceitos com os princípios e diretrizes das demais agendas do Ministério do Turismo, a fim de elaborar um planejamento estratégico para a pasta; a ampliação do debate para definição do conceito de Turismo Social, incluindo maior participação de lideranças dos mais diversos movimentos sociais e representatividade das mesmas no CNTur, a intensificação da articulação e participação do MTur em um conjunto de instâncias de governança e colegiados, sobretudo que tratem de temas relativos ao desenvolvimento social e agrário, meio ambiente e cultura.

## 2. Ordenamento, gestão e monitoramento

Esta linha de atuação, inclui 5 iniciativas a fim de fortalecer e aprofundar o modelo de gestão descentralizada, incentivar e apoiar o planejamento turístico em seus diferentes âmbitos, aperfeiçoar o ambiente legal e normativo do setor, ampliar e aprimorar os estudos e pesquisas, e promover o monitoramento sistemático da atividade turística.

Por se tratar de temas estruturantes da atividade, assim como as demais linhas de ação a serem apresentadas, cumpre observar suas orientações vistas ao desenvolvimento do turismo sustentável e se existem abordagem e ou mecanismos voltados a prioridades por segmentos de mercado e ou por território.

2.1. Fortalecimento da gestão descentralizada do turismo, tomando como base a estrutura de governança do Sistema Nacional de Turismo e as diretrizes de Regionalização do Turismo, a fim de avançar na adoção de mecanismos que propiciem a maior integração institucional, com os organismos não governamentais e com a iniciativa privada. Dentre as estratégias previstas, destaca-se:

i. Fortalecer o Sistema Nacional do Turismo, através da atuação sinérgica e da comunicação entre as instancias de governança e motivando a participação e a representatividade dos agentes produtivos; da ampliação do número de Instâncias de Governança Regionais e Municipais, e do apoio ao seu funcionamento e da reformulação do Conselho Nacional do Turismo.

Destaque-se, que as pastas de Cultura e Meio ambiente estão representadas no CNTur, porém, não traz a representatividade da agendas políticas de desenvolvimento social, agrário e agropecuário, assim como mecanismos de articulação de demandas provenientes dos representantes e lideranças do CNPCT, da Agricultura Familiar e de entidades relacionadas ao Turismo de Base Comunitária. Esse arranjo parece não traduzir esforços para construção de agendas bilaterais com vistas a orientação estratégica para desenvolvimento do turismo com uma abordagem territorial para o rural.

ii. Formação de redes para a gestão do turismo, a fim de contribuir para a troca de experiências, identificação de novas oportunidades de ação, divulgação do processo de desenvolvimento do

[Digite aqui]

turismo, apresentação de novos produtos (roteiros turísticos, destinos turísticos etc.), criação de novas soluções, otimizando recursos.

2.2. Apoio ao planejamento de forma regionalizada, com planos municipais e regionais, integrados à política estadual e nacional e que atendam os princípios de participação social e de sustentabilidade. Dentre as estratégias previstas, destaca-se:

i. Estimular e apoiar o planejamento em todos os âmbitos especialmente por meio do Programa Nacional de Desenvolvimento e Estruturação do Turismo – PRODETUR, que tem por objetivo, contribuir para a estruturação dos destinos e produtos turísticos, pelo fomento a elaboração dos planos e projetos regionais e municipais, por meio de parcerias com estados e municípios. Disponibilizando recursos e apoio técnico para elaboração dos PDITS - Plano de Desenvolvimento Integrado do Turismo Sustentável.

Em entrevista realizada em março de 2018 com coordenador do PRODETUR, foi informado que já foram realizados 55 PDITS, com investimento na ordem de 2, 5 milhões de reais. E apontadas demandas, entre as quais; a necessidade de revisão das diretrizes do programa e a criação de um sistema de monitoramento para acompanhamento da execução física e financeira e dos resultados e metas previstas.

2.3. Aprimoramento do ambiente legal e normativo do setor turístico.

Desde a regulamentação da Lei do Turismo em 2010 ( Decreto 7.381), vários normativos foram direcionados aos mais diversos setores e prestadores de serviços, destacando, entre outros: a desoneração da folha de pagamento do setor de hospedagem; a regulamentação das Agência de Turismo (Lei nº12.974, de 15 de maio de 2014) e a redução de 25% para 6% o valor do imposto de renda retido na fonte sobre remessas ao exterior; a reforma da legislação trabalhista, por meio da Lei nº 13.467, de 13 de julho de 2017 que possibilitou o trabalho intermitente. Ressalta-se, em especial, a sanção da Lei 13.171, de 21 de outubro de 2015, que incluiu no rol de atividades rurais a possibilidade de exploração do turismo rural como auxílio à exploração agro econômica. Essa medida retirou da informalidade muitos empresários que, para exercer a atividade de turismo rural, eram bi tributados.

No entanto, é necessário a adequação e modernização da legislação existente, para que o setor acompanhe as novas necessidades do mercado e as relações de consumo e de negócios, tornando o setor mais competitivo e inovador. Dentre as estratégias previstas, destaca-se:

i. A revisão da Lei do Turismo e de transformação da Embratur em uma Agência Brasileira de Promoção do Turismo, visando principalmente os seguintes aspectos: flexibilizar e fortalecer a promoção turística internacional; a abertura do capital estrangeiro para as companhias aéreas; a facilitação de vistos para turistas de países estratégicos, e a parceria com a Secretaria do Patrimônio da União, para melhor aproveitamento turístico de territórios e imóveis da União.

Outras legislações e normativos necessitam de aprimoramentos posterior, entre as quais vale citar; a necessidade de promover a integração dos diferentes modais de transporte e o aprimoramento do modelo de negócios para prestação de serviços turísticos por plataformas digitais.

#### 2.4. Ampliação e aprimoramento dos estudos e pesquisas em turismo.

A implementação do Plano Nacional Estratégico de Estatísticas Turísticas busca avançar no alinhamento das estatísticas nacionais de turismo às recomendações internacionais; avançar na comparabilidade intrarregional; impulsionar a padronização e harmonização dos principais instrumentos de observação e mensuração e avançar no processo de renovação das operações estatísticas sob responsabilidade do Ministério do Turismo. Dentre as estratégias previstas destaca-se:

- i. Efetivar e apoiar a estruturação de uma Rede de Observatórios de Turismo em âmbito nacional;
- ii. Viabilizar a implementação da Conta Satélite do Turismo;

A Conta Satélite do Turismo (CST) é um instrumento desenvolvido pelas Nações Unidas, a partir dos dados das Contas Nacionais, para medir o impacto efetivo da atividade turística na economia de uma nação. Com a CST é possível dimensionar o volume e a importância econômica do turismo, assim como dados detalhados sobre o consumo dos turistas e sobre a forma como esse consumo é satisfeito pela produção das empresas e pelas importações. Informações detalhadas sobre a produção, emprego, formação de capital das Atividades Características de Turismo (ACTs) e sua relação com as demais atividades econômicas do país, também poderão ser identificadas. Sobre a situação atual da implementação da Conta Satélite do Turismo - CST, o Plano Estratégico de Estatísticas Turísticas Nacionais aprofundou o seu diagnóstico a partir do levantamento dos principais entraves à sua implementação e diante da complexidade e multidisciplinaridade do assunto, foi instituída uma plataforma interinstitucional, criada em 2013, composta pelo Ministério de Turismo, IBGE, Banco Central e Departamento de Polícia Federal.

- iii. Ampliar a divulgação e o acesso às informações e dados turísticos
- iv. Estimular a realização de estudos para conhecimento dos mercados-alvo.

O conhecimento da demanda turística, suas preferências e tendências, bem como dos mercados mais relevantes, se constitui em um elemento orientador de ações e investimentos em promoção e estruturação do turismo. Neste sentido, esta estratégia propõe além da realização de estudos sobre a demanda doméstica e internacional e a geração de informações sobre o mercado de trabalho na economia do turismo, sistematizar e disponibilizar dados estatísticos e informações relativas aos mercados emissores consolidados e potenciais; realizar, estudos sobre o comportamento e as tendências do turismo nacional e internacional. E definir indicadores para a formulação de estratégias de posicionamento de mercado dos produtos e destinos turísticos brasileiros, em âmbitos estaduais, regionais e municipais.

2.5. Fortalecimento e aperfeiçoamento do monitoramento da atividade turística no País busca estabelecer e aprimorar indicadores de desempenho para que possam envolver a grande multiplicidade de segmentos que compõem o turismo, as suas interações e a abordagem transversal adotada nos instrumentos de gestão da Política Nacional do Turismo, possibilitando estabelecer

[Digite aqui]

comparação e melhorar o posicionamento estratégico e competitivo do turismo, local e regional, bem como no contexto nacional e no mercado turístico mundial. Dentre as estratégias previstas, destaca-se:

- i. A padronização de indicadores de monitoramento do turismo;
- ii. O monitoramento do desempenho da economia do turismo nos municípios brasileiros;
- iii. O monitoramento do ordenamento e da estruturação dos segmentos;
- iv. O monitoramento do desempenho das atividades econômicas orientadas ao turismo.

### 3. Estruturação do turismo

Ações de apoio à implantação e ao melhoramento da infraestrutura turística, somadas à facilitação de atração de investimentos e a oferta de linhas de crédito e o consequente aprimoramento da oferta turística brasileira, são ações de caráter contínuo que fortalecem a estruturação do turismo brasileiro.

O Ministério do Turismo já investiu mais de R\$ 13 bilhões em estruturação de destinos, incluindo-se R\$ 9 bilhões em infraestrutura turística. Ao todo foram 1099 obras entregues em 24 estados, somente em 2017, mediante o aporte de R\$ 578 milhões, em obras como pavimentação de vias em destinos turísticos, sinalização turística, reforma de praças, construção e reforma e construção de centro de eventos e de Centros de Atendimento ao Turista (CAT), entre outros. E de 2003 e 2017 foram aportados aproximadamente R\$95 bilhões em financiamentos para a iniciativa privada.

3.1. Realizar investimentos para melhorar a infraestrutura nos destinos e regiões turísticas. Dentre as estratégias previstas, destaca-se:

- i. Estimular projetos de sinalização turística inteligente e interativa e acessível para pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida, e com tradução em língua estrangeira, utilizando comunicação visual padronizada nacionalmente;
- ii. Promover a infraestrutura necessária para permitir o acesso de pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida aos atrativos turísticos;
- iii. Elaborar o Plano Integrado de Desenvolvimento da Infraestrutura Logística para o Turismo, a fim de minimizar os impactos causados pela insuficiência existente dos portos, aeroportos, rodovias, ferrovias, terminais rodoviários, etc. e dos nos centros históricos, equipamentos culturais, esportivos, comerciais e recreativos.

3.2. Promover a oferta de linhas de crédito para o turismo para fomento e incentivo ao setor privado principalmente o micro, pequeno e médio empresário do setor, por meio da disponibilização de recursos do Fundo Geral do Turismo (FUNGETUR).

[Digite aqui]

Em entrevista, realizada em março de 2018, com o coordenador do FUNGETUR, foram levantadas informações adicionais e alguns aspectos relevantes sobre esta iniciativa. Vale ressaltar que este mecanismo estava parado, sem conceder crédito a 4 anos e só tinha um agente financeiro. Na atual gestão, portanto; a necessidade foi de saneamento da situação das dívidas e reabertura do crédito. Assim foram ampliadas as parcerias com novos agentes financeiros, ofertando condições diferenciadas para todas as regiões brasileiras.

O Fungetur é um fundo especial criado por Lei e vinculado ao MTur. Não possui personalidade jurídica, mas tem patrimônio próprio e autonomia orçamentária e financeira. Trata-se de instrumento de política de investimentos voltado para a melhoria da infraestrutura turística, tendo por objetivos: i. Proporcionar créditos competitivos para os empresários do ramo de turismo; ii. Apoiar a infraestrutura básica; iii. Gerar renda; iv. Aumentar a oferta de empregos diretos e indiretos; e v. Proporcionar o desenvolvimento do turismo.

Em 2017/18, o Fungetur disponibilizará um total de R\$ 66 milhões em financiamentos, proporcionado à melhoria da infraestrutura do setor e de serviços prestados a visitantes, especialmente por micro, pequenas e médias empresas. Em agosto de 2017, o MTur lançou o Edital nº 001/2017 para credenciamento de novos agentes financeiros (instituições oficiais) para operar recursos do Fungetur. Foram habilitados agentes financeiros dos estados do Mato Grosso; do Rio Grande do Sul; do Espírito Santo ; de Sergipe ; de Minas Gerais ; de São Paulo; o Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul (BRDE); a Caixa Econômica Federal (CEF)

Os recursos financeiros do Fungetur, do exercício orçamentário de 2017, serão disponibilizados aos agentes financeiros credenciados, com vistas à concessão de crédito, de acordo com as seguintes regras: a) 50% (cinquenta por cento) será distribuído igualmente entre as instituições financeiras credenciadas; b) 50% (cinquenta por cento) será distribuído de acordo com o percentual de municípios integrantes do Mapa do Turismo Brasileiro na área de abrangência da instituição financeira, sendo distribuído primeiro entre as instituições financeiras de base regional e em seguida entre as nacionais; e c) os recursos financeiros transferidos à instituição financeira credenciada poderão ser recolhidos após 120 dias, caso não contratados, e redistribuídos para as demais instituições financeiras credenciadas, de acordo com seu desempenho na concessão de crédito (volume de operações de financiamento realizadas em relação aos recursos disponibilizados).

Os agentes financeiros definem os critérios para seleção dos clientes, a fim de obter garantias, porém é preciso avaliar se as condições ofertadas podem ser mais atrativas ainda para os microempresários e empresas de caráter coletivo.

Existem procedimentos de acompanhamento do MTur sobre as operações por meio de relatórios periódicos. No entanto, existe a necessidades de aprimoramento do monitoramento e do processo de planejamento a fim de possibilitar a médio prazo capacidade de apoio para análise prévia dos projetos e alinhamento estratégico com as políticas e planos turísticos estaduais e regionais.

[Digite aqui]

Contudo, vale reavaliar as possibilidades de expansão do fundo para financiamento de empreendimentos coletivos e associativos e para outras demandas de investimentos com foco a prestação de serviços, voltados a desenvolvimento de produtos turísticos, capacidade dos recursos humanos e para outras necessidades de estruturação da oferta e processos da gestão.

3.3. Melhoria da oferta turística nacional com vistas a ampliar a competitividade do setor, a partir da qualificação das características dos atrativos, atividades e experiências oferecidas, gestão, promoção e comercialização dos produtos e empreendimentos turísticos. Dentre as estratégias previstas, destaca-se:

i. Promover a valorização do patrimônio cultural e natural para visitação turística, em atuação conjunta com órgãos responsáveis pelo meio ambiente e cultura e implementar uma política de gestão das áreas de uso público das unidades de conservação federais em parceria com o setor privado e o terceiro setor, destacando como mecanismo as parcerias público-privadas (PPP)

Neste contexto, é preponderante destacar, o recente Acordo de Cooperação Técnica entre o MTur, EMBRATUR, MMA e Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade- ICMBio firmado em outubro de 2017, visando ações voltadas ao desenvolvimento do Turismo nas Unidades de Conservação Federais. Os objetivos do referido acordo visam implementar uma política de gestão do uso público, por meio da prática do ecoturismo nas UC Federais e entorno, com a participação efetiva das comunidades residentes nas áreas de influência, como forma de incentivo a estruturação de produtos turísticos no contexto regional, ampliar a cultura da visitação em áreas naturais, e consolidar a imagem das UC federais como espaços para o ecoturismo, recreação e esportes de natureza. E assim contribuir para o desenvolvimento sustentável e para o desenvolvimento socioeconômico das comunidades locais. A realização de estudos para viabilidade econômico-financeira de modelos de negócios, planos de uso público, atração de investimentos, capacitação, promoção e comercialização, sinalização, difusão de boas práticas, estão entre as atividades previstas. As UCs a serem contempladas, serão definidas pelo Comitê Gestor criado.

ii. Estimular o desenvolvimento de destinos turísticos inteligentes, onde a tecnologia deve ser o principal aliado de toda a cadeia de serviços do turismo, acompanhada de um processo de transformação das políticas públicas voltadas ao desenvolvimento do turismo, da mudança da cultura empresarial, do incremento da capacidade de absorção da inovação, da geração de novos negócios. Entre outras ações; está prevista a proposição da Estratégia Nacional para Desenvolvimento de Destinos Turísticos Inteligentes.

#### 4. Formalização e qualificação no turismo

A alta taxa de informalidade dos empreendimentos e serviços turísticos é uma ameaça ao setor, nesse sentido, o Ministério do Turismo vem adotando diversas ações que visam a ampliação da formalização dos prestadores de serviços turísticos. Conjuntamente a qualificação profissional tem papel preponderante no aumento de produtividade e competitividade da economia nos destinos turísticos.

[Digite aqui]

A Política Nacional de Qualificação Profissional no Turismo – PNQT, construída a partir da Diretrizes Nacionais, deverá ser implementada pela União e demais unidades da federação, de forma integrada com o setor.

Conforme entrevista realizada em março de 2018, com a coordenadora de qualificação, foi identificada a necessidade clara de estabelecer um programa de qualificação de forma estratégica, alinhando a oferta de cursos com as demandas dos municípios e dos prestadores de serviço e que seja alinhada com as demais agendas do MTur.

#### 4.1. Ampliação das ações para formalização dos prestadores de serviços turísticos

A informalidade traz situações de insegurança e precariedade para acesso a direitos trabalhistas e da proteção social, estimula a sonegação fiscal e compromete a geração de receitas públicas e a atração de investimentos. Uma importante ação realizada foi a criação do Cadastro de Prestadores de Serviços Turísticos – Cadastur e, posteriormente a modernização do sistema, que tem por objetivo promover o ordenamento, a formalização e a legalização dos prestadores de serviços turísticos.

O cadastramento é obrigatório para algumas modalidades ou categorias de serviços ou de empreendimentos. Além de atestar a legalidade e formalidade dos prestadores de serviços turísticos, funciona como ferramenta de planejamento, gestão e monitoramento do desempenho do setor. Dentre as estratégias previstas, destacam-se: i. Ampliar as parcerias para fortalecer e intensificar as ações de fiscalização dos prestadores de serviços turísticos, ii. Fortalecer o relacionamento com os prestadores de serviços turísticos e com o turista.

#### 4.2. Promover a qualificação no turismo

São várias frentes de atuação para qualificação; a exemplo do Pronatec e o MedioTec Turismo; o Brasil Braços Abertos – um canal de cursos online para aqueles que já atuam ou desejam trabalhar no setor com vistas a capacitação para melhor atendimento direto aos turistas e em idiomas. Destacam-se as seguintes estratégias

i. Estimular a qualificação do turismo nos setores público e privado, através do estímulo ao aprimoramento gerencial e à inovação tecnológica dos órgãos oficiais de turismo e dos prestadores de serviços e, a capacitação de trabalhadores para a cadeia produtiva do turismo de forma regionalizada e in loco;

ii. Estimular a modernização e atualização contínua da grade curricular dos cursos relacionados ao setor de Turismo; por meio da articulação, como o Ministério da Educação, em diálogo com as instituições de ensino de turismo;

iii. Incentivar a constituição de parâmetros para a certificação de empresas e atividades do turismo, de forma a possibilitar mais segurança e satisfação ao turista e, conseqüentemente, aumentando a competitividade e posicionamento no mercado.

## 5. Marketing e apoio à comercialização

As ações de marketing e de apoio à comercialização visam contribuir para a maior inserção das viagens na cesta de consumo dos brasileiros. Em âmbito nacional, o Plano Estratégico de Marketing Turístico - Experiências do Brasil, é um instrumento norteador para as políticas públicas e para a iniciativa privada. O documento apresenta como objetivos: ampliar e diversificar o consumo turístico no mercado nacional; incrementar a qualidade e competitividade dos produtos e destinos e tem como perspectiva de resultados, entre outros: o aumento do fluxo doméstico de turistas, a diminuição da sazonalidade nos destinos, o equilíbrio da balança de pagamentos dos gastos de brasileiros e estrangeiros na atividade turística, o aumento da inclusão social por meio do turismo, o estímulo a empreendimentos mais competitivos e viáveis, a geração de empregos no turismo e o aumento da renda nos destinos turísticos.

Em âmbito internacional, a EMBRATUR - Instituto Brasileiro de Turismo, autarquia vinculada ao Ministério do Turismo, é responsável pela promoção do turismo do Brasil no exterior, e elaborou o Plano Aquarela, cuja primeira versão foi lançada em 2005, com atualizações em 2007 e 2009, contendo diretrizes, estratégia e metas definidas até 2020. Ao longo dos últimos oito anos houve um processo evolutivo de planejamento de marketing turístico internacional do Brasil. No entanto, as constantes mudanças no cenário socioeconômico e do turismo no mundo exigem que o planejamento de marketing turístico do Brasil seja aprimorado e atualizado.

### 5.1 Incremento da promoção nacional e internacional dos destinos e produtos turísticos brasileiros

Terminado o ciclo da realização dos megaeventos no Brasil, RIO+20 (2012), Copa das Confederações 2013, Jornada Mundial da Juventude (2013), Copa do Mundo FIFA 2014 e Jogos Olímpicos Rio 2016, que proporcionaram, além da expansão da infraestrutura básica e turística, uma ampla exposição de imagem do País no exterior, pretende-se criar as bases dos próximos anos de crescimento do turismo brasileiro, de forma a elevar a destinação de recursos para a promoção e modernizar a gestão da Embratur. Dentre as estratégias previstas, destacam-se:

- i. Redefinir os destinos brasileiros prioritários para a promoção nacional e internacional;
- ii. Desenvolver novas ferramentas para armazenamento e divulgação de informações turísticas e mercadológicas dos destinos brasileiros (Facebook, Twitter, Instagram e Youtube) para a promoção do País.

O conteúdo para essas redes tem sido diversificado e de forma compartilhada com estados e municípios. Entretanto, os municípios ainda carecem de conteúdo e estrutura para promover seus destinos em canais virtuais. Nesse sentido, o desafio é promover os conteúdos diversos de forma mais articulada com os destinos, sensibilizar mais os municípios sobre a importância da atuação na internet, apoiar projetos e publicar editais que ampliem a utilização de novas mídias e tecnologias e ampliar o uso de ferramentas tecnológicas colaborativas para coleta e divulgação de informações sobre os destinos turísticos.

- iii. Ampliar a utilização da inteligência de mercado no turismo para fins promocionais, por meio do cruzamento de informações entre a demanda e a oferta turística, para subsidiar e orientar o conteúdo a ser promovido em cada mercado, de forma customizada em

[Digite aqui]

consonância com o perfil de consumo de cada mercado-alvo. Cabe ao Ministério do Turismo a promoção em âmbito nacional, e a estados, regiões e municípios, a promoção regional e local. No cenário internacional, o foco será os países localizados na América Latina, com atenção especial aos membros do Mercosul.

- iv. Promover o desenvolvimento de um programa fixo de relacionamento com a imprensa, em âmbitos internacional, nacional, estadual, municipal, não só por meio de realização de press trips (viagens de jornalistas a destinos específicos), mas principalmente pela organização de seminários e workshops.
- v. Incentivar eventos como geradores de fluxos turísticos, com base no Calendário Nacional de Eventos, uma plataforma online alimentada em parceria com os Órgãos Estaduais e Municipais de Turismo.
- vi. Fortalecer a cooperação público-privada e público-público na promoção do turismo e firmar acordos bilaterais e multilaterais com os países vizinhos, estreitando o relacionamento e coordenando esforços para potencializar a integração de roteiros sul americanos e o poder de atração de turistas de outros continentes, especialmente em países de longa distância como a Rússia, a China e o Japão. Para dar continuidade a essa bem-sucedida parceria, a atuação em conjunto com esses importantes parceiros será intensificada, com destaque para as Américas e os países dos BRICS (Rússia, Índia, República Popular da China e África do Sul).

5.2. Definição do posicionamento estratégico do Brasil como produto turístico, mediante parcerias na construção de uma agenda que permita maximizar a divulgação da cultura brasileira como elemento de grande relevância enquanto diferencial competitivo do Brasil como destino turístico.

5.3. Intensificação de ações para facilitação de vistos, por meio de acordos com cerca de 90 países, os quais preveem a dispensa de visto de turista para ingressar no território nacional.

## **7. Políticas de Meio Ambiente para o Extrativismo e o Desenvolvimento Rural Sustentável**

Diante do que foi anteriormente apresentado, acredita-se possível começar a conceber ações (derivadas do instrumental contido em diversas políticas ou propostas de políticas/programas em discussão) com o potencial de enfrentar os problemas e suas causas identificados.

Neste tópico pretende-se apresentar alguns dos principais instrumentos da Política de Meio Ambiente para o Desenvolvimento Rural Sustentável e para valorização dos Povos e Comunidades Tradicionais, em especial pela competência institucional da Secretaria de Extrativismo e Desenvolvimento Rural Sustentável/MMA, de forma a conhecer os esforços governamentais que possam contribuir para a promoção do Turismo Sustentável no meio rural.

Ressalta-se a esforçada atuação do Departamento de Desenvolvimento Rural Sustentável e Combate à Desertificação (DRSD) para a inserção da gestão ambiental na matriz da produção rural, buscando a sustentabilidade das atividades e valorizando a participação dos ativos ambientais na geração de renda e trabalho em base sustentável, em especial na agricultura familiar.

[Digite aqui]

É neste departamento do MMA, que encontramos de forma oficial a responsabilidade de subsidiar a formulação de políticas e normas, a definição de estratégias e a produção de estudos para a implementação de programas e projetos para sustentabilidade ambiental da atividade turística e do desenvolvimento do ecoturismo; entre outros temas a serem destacados: a) recuperação de áreas degradadas; b) aspectos ambientais da produção sustentável de biocombustíveis; c) o planejamento ambiental da aquicultura; d) as políticas de reposição florestal.

Entre as demais responsabilidades do DRSD, destaca-se ainda:

- I - promover a adoção de tecnologias sustentáveis, especialmente nas atividades relacionadas à agricultura familiar e às suas cadeias produtivas e uso sustentável da biodiversidade;
- II - promover a gestão ambiental e o desenvolvimento sustentável junto aos assentamentos de reforma agrária e aos produtores familiares;
- III - fomentar a sustentabilidade ambiental da produção, incluindo eco agricultura, silvicultura e sistemas agroflorestais, com a diversificação e o beneficiamento da produção na origem;
- IV - promover a conservação e o uso sustentável dos recursos naturais e o fomento às boas práticas sustentáveis adaptadas às condições ecológicas locais, como na eco agricultura, no manejo silvipastoril, na agropecuária de baixo carbono, na produção sustentável de carvão vegetal e no manejo extrativista de produtos não madeireiros;
- V - promover a agricultura familiar, em bases ambientalmente sustentáveis;
- VI - Subsidiar a implementação da Lei 13.153 de 2015 que trata da Política Nacional de Combate à Desertificação e Mitigação dos Efeitos da Seca;

Ainda além destas políticas; reserva-se destaque no rol das políticas mais recentes que emergem para indução da sustentabilidade ambiental no desenvolvimento rural, no MMA; aquelas derivadas da Reforma do Código Florestal e da Política Nacional de Mudanças do Clima, para a conservação e recuperação das florestas, como os Planos de Combate e Controle do Desmatamento, destacando o Programa de Regularização Ambiental de Imóveis Rurais (PRA), o instrumento do Cadastro Ambiental Rural (CAR), o Plano Nacional de Recuperação da Vegetação Nativa PLANAVEG. E ainda no âmbito do MAPA, o Plano Setorial de Mitigação e de Adaptação às Mudanças Climáticas para a Consolidação de uma Economia de Baixa Emissão de Carbono na Agricultura (Plano ABC).

### **7.1. Diretrizes Voluntárias de Políticas Agroambientais (DVPA)**

Considerando os objetivos das DVPA, ressalta-se a importância de incluir suas recomendações no contexto deste TCC, uma vez que irá balizar a abordagem agroambiental para o desenvolvimento rural sustentável no país. Mais especificamente serão destacadas as oportunidades e as restrições direta e ou indiretas para a promoção do turismo sustentável e da valorização dos direitos, da cultura e o estímulo às atividades produtivas dos povos e comunidades tradicionais e da agricultura familiar.

## Contexto

Em 2012, na Rio +20, foi assinado o Projeto de Cooperação “Fortalecimento de Políticas Agroambientais em países da América Latina e o Caribe por meio do Diálogo e Intercâmbio de Experiências Nacionais”. Esta parceria entre o Ministério do Meio Ambiente do Brasil e o Escritório Regional da Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação–FAO no Chile, vem exercendo papel de liderança nesta abordagem ao promover um processo de concertação em torno de diretrizes agroambientais voluntárias voltadas para conservação dos agros ecossistemas de forma integrada ao desenvolvimento socioeconômico.

O projeto de Cooperação Sul-Sul assinado pelo Governo Brasileiro e a FAO, com a participação de países da América Latina e o Caribe (Brasil, Chile, Colômbia, México, Nicarágua, Costa Rica, Cuba, Panamá e Paraguai), além de identificar as experiências de políticas públicas agroambientais exitosas, elaborou e validou em 2015, diretrizes voluntárias para políticas públicas agroambientais, buscando a sustentabilidade do setor agropecuário. A fase atual do projeto prevê a implementação das diretrizes voluntárias em pelo menos três países participantes, além do Brasil.

No Brasil já foi instituído um Grupo de Trabalho, envolvendo vários órgãos, incluindo o MMA, MAPA, MDS, SEAD entre outros ministérios, autarquias e entidades do terceiro setor; que tem por responsabilidade realizar oficinas de internalização com órgãos federais, consultas aos gestores públicos e seminário para definição da Estratégia de implementação das Diretrizes DVPA no Brasil.

## Objetivo

O objetivo das Diretrizes Voluntárias de Políticas Agroambientais (DVPA) é fornecer orientações sobre os procedimentos e medidas para os Países avançarem em direção a uma abordagem agroambiental em suas políticas públicas, a partir de uma melhor governança e melhores práticas, de acordo com os compromissos internacionalmente acordados, particularmente a Agenda 2030 e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), com o propósito de obter uma ferramenta para a redução da pobreza rural e da insegurança alimentar em países do Caribe e América Latina.

## Desafios para América Latina e Caribe

A América Latina e o Caribe se destacam por sua relevância global em termos de disponibilidade de terras agrícolas, florestas, recursos pesqueiros, água e biodiversidade, já que representa 15 por cento da superfície terrestre, gera 33 por cento de água do mundo, 37 por cento da área disponível é utilizada para a agricultura e os outros 47 por cento é coberta por florestas, o que torna a região uma grande reserva mundial de terras aráveis e florestas. A região também se destaca mundialmente por ações que visam a erradicação da fome e promoção da segurança alimentar e os países da região têm implementado iniciativas destinadas a promover práticas de produção sustentáveis e uso de recursos naturais

[Digite aqui]

Considerando a sua heterogeneidade, os países da região compartilham desafios ambientais comuns, entre os quais se destacam as mudanças climáticas, a perda da biodiversidade e a gestão dos recursos hídricos e do solo. A América Latina e o Caribe continuam sendo a região que mais perdeu superfície florestal desde o estabelecimento dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio -ODM. Entre 2000 e 2010, a América do Sul apresentou as maiores perdas florestais em âmbito mundial. Ao mesmo tempo, as populações humanas mais pobres enfrentam um maior risco de desastres, aumentando a sua vulnerabilidade às alterações climáticas e ameaças naturais. Os impactos da degradação ambiental afetam particularmente os setores sociais mais vulneráveis, entre os quais está a agricultura familiar e camponesa, os pescadores artesanais, pequenos produtores florestais. Na América Latina e Caribe o setor da agricultura familiar totaliza cerca de 17 milhões de unidades produtivas e uma população de 60 milhões de pessoas. A agricultura familiar representa 75% do total das unidades de produção da região e em alguns países ultrapassa os 90%.

Na América Latina e Caribe os padrões de produção e consumo não sustentáveis são mantidos, não possibilitando ainda a transformação do modelo de produção, apesar dos países terem investido na criação de instituições e legislação ambiental, o que é insuficiente devido à dificuldade de coordenação da ação pública, a baixa visibilidade dos efeitos da degradação ambiental, a escassa valorização dos serviços ecossistêmicos, a falta de opções tecnológicas e, principalmente, a poderosa resistência oferecida pelo agronegócio e os latifundiários. Além do efeito negativo da concentração da propriedade de terras sobre a pobreza, a segurança alimentar e o uso sustentável dos recursos da terra e água na região.

Uma coordenação da ação pública e a inclusão dos incentivos são necessários para promover uma visão estratégica orientadora para o desenvolvimento sustentável. Torna-se fundamental trazer uma compreensão política orientada na perspectiva agroambiental e suas ligações intersetoriais na melhoria da governança e na implementação das políticas.

### Marco conceitual

O conceito de políticas agroambientais implica uma visão de sustentabilidade dos sistemas de produção de alimentos, bens e serviços provenientes da produção agropecuária e florestal, pesca e aquicultura e não inclui explicitamente o tema turismo, mas incorpora conceitualmente a importância da preservação e manutenção da paisagem, o que valoriza o potencial da oferta turística, criando melhores condições para conservação e uso sustentável dos recursos naturais e culturais a serem utilizados pela atividade turística no meio rural.

A definição da política agroambiental conduz para um ambiente de oportunidades claras para a promoção do turismo sustentável, pois difere da política agrícola corrente, à medida que incorpora uma abordagem sistêmica, holística e de múltiplos objetivos, baseados nas dimensões econômica, cultural e ambiental da sustentabilidade. Assim, as políticas agroambientais devem ser concebidas e estabelecidas com o firme propósito de reconciliar a viabilidade econômica da produção de alimentos e bens de consumo comercializáveis com a conservação do meio ambiente e o manejo sustentável dos recursos naturais e, concomitantemente, ter como objetivos centrais o combate à pobreza rural e a segurança alimentar e nutricional.

[Digite aqui]

### Princípios orientadores

Os 16 princípios das DVPA, estão alinhados aos princípios do Turismo Sustentável, guardando suas especificidades. São eles: i. Soberania alimentar; ii. Sustentabilidade; iii. Respeito pela natureza; iv. Respeito pelo bem comum; v. Princípio da precaução; vi. Respeito pela diversidade cultural; vii. Participação social; viii. Consulta prévia e informada e consentida; ix. Equidade e inclusão social; x. Igualdade e equidade de gênero; xi. Inclusão da juventude rural; xii. Enfoque territorial; xiii. Enfoque Ecosistêmico; xiv. Gestão adaptativa; xv. Transversalidade; xvi. Transparência.

Valendo destacar aqueles relativos a sustentabilidade; respeito pela natureza; respeito pela diversidade cultural; enfoque territorial; e enfoque ecossistêmico, que representam princípios basilares para ambas as agendas.

### Orientações estratégicas

As Diretrizes estratégicas das DVPA estão definidas em 5 grandes temas: 1. Desenvolvimento rural com enfoque territorial; 2. Institucionalidade inclusiva; 3. Modelo de produção e serviços sustentáveis; 4. Internalização de valores ecossistêmicos e 5. Equidade na geração e distribuição de riqueza.

A estratégia de desenvolvimento rural com enfoque territorial, fundamenta e incentiva o desenvolvimento rural de acordo com os princípios de conservação e manejo sustentável dos recursos naturais, portanto serve a política de turismo uma vez que as áreas de especial interesse turístico e a composição dos produtos e destinos turísticos devem se estruturar também a partir deste conceito.

Neste tema destaca-se como ações relevantes ao desenvolvimento do turismo sustentável no meio rural:

- i. Promover o ordenamento territorial, de acordo com os princípios de conservação dos recursos naturais na produção de alimentos, bens e serviços ecossistêmicos, os direitos de acesso à terra e ao território, especialmente pelos grupos mais vulneráveis.
- ii. Desenvolver planos de ordenamento territorial construídos de forma participativa com o conjunto de atores sociais, buscando fortalecer os processos de cogestão no território.
- iii. Aplicar critérios ambientais no planejamento territorial, considerando o ordenamento e a gestão sustentável das bacias hidrográficas. Considere-se também, a necessidade de salvaguardar as zonas próximas às áreas protegidas e outras zonas relevantes para a conservação da biodiversidade e dos recursos naturais.
- iv. Incentivar estratégias de ordenamento agroambiental dirigidas à conservação da biodiversidade, conservação e compartilhamento do solo, dependendo da situação e condições ecossistêmicas específicas, características econômicas e sociais dos territórios
- v. Privilegiar a aplicação de direitos de uso de recursos em comunidades pesqueiras altamente vulneráveis, conforme as Diretrizes para o Manejo Sustentável da Pesca em Pequena Escala.
- vi. Gerar garantias no marco normativo e nos arranjos institucionais para harmonizar a criação e gestão de Áreas Naturais Protegidas (PNA), como parte de uma estratégia proativa de conservação

[Digite aqui]

da biodiversidade, não apenas como uma medida de mitigação, reparação ou compensação ambiental de projetos e atividades a favor do ambiente.

vii. Promover normas e as orientações políticas destinadas a regular o mercado da terra e água, procurando controlar a especulação financeira e garantir os direitos territoriais e de acesso à terra, bem como os recursos naturais por parte dos povos indígenas, comunidades camponesas e pescadores artesanais.

A diretriz estratégica de institucionalidade inclusiva entre os principais setores (público e privado e sociedade civil), promovendo sinergias deve ser a mesma para os processos de planejamento e gestão do turismo sustentável de base local, uma vez que irá possibilitar maior empoderamento e tomada de decisões por parte das comunidades receptoras, ampliando a geração de benefícios e impactos socioambientais e econômicos positivos para as comunidades locais dos destinos visitados.

Neste tema destaca-se como ações relevantes ao desenvolvimento do turismo sustentável no meio rural:

- i. Criar mecanismos para estimular a efetiva intersectorialidade entre as diferentes áreas de governo responsáveis pela formulação e implementação de políticas agroambientais.
- ii. Em conformidade com o princípio da subsidiariedade, aumentar as sinergias entre as diferentes entidades, tanto nacionais como regionais e locais para gerar conhecimento sobre o território e, por conseguinte levar à implementação de políticas reais, construídas a partir do nível local ao nacional.
- iii. Promover ajustes na estrutura institucional para que os órgãos executores das políticas estejam preparados para atender e incluir todos os setores produtivos, especialmente a agricultura familiar e camponesa, indígena, pescadores de pequena escala e aquicultores com recursos limitados.
- iv. Construir e fortalecer as capacidades de gestão dos governos locais para a formulação, implementação e gestão de políticas agroambientais.
- v. Fortalecer a capacidade institucional para garantir a implementação de mecanismos de controle necessários para a proteção do meio ambiente.
- vi. Promover programas e projetos dotados de recursos suficientes e estáveis em todos os níveis de governo, que promovam e criem as condições necessárias para que na agricultura, silvicultura, pecuária, pesca e aquicultura sustentável, se leve em conta as mudanças climáticas.
- vii. Reforçar os quadros legislativos que reconheçam e favoreçam a participação social no sistema de governança das políticas agroambientais.

A diretriz estratégica de modelo de produção e serviços sustentáveis visa transformar as práticas agropecuárias próprias de um modelo de produção baseado no uso intensivo de insumos e recursos naturais para um modelo sustentável de produção e serviços, considerando cenários de mudança climática. Esta diretriz cria condições favoráveis para a sustentabilidade da produção rural, o que garante maior qualidade e sustentabilidade também para as vivências e práticas do turismo rural e do ecoturismo. No entanto, o modelo pode e deve incorporar os serviços turísticos e ser adaptado as características específicas da atividade turística.

Neste tema destaca-se como ações relevantes ao desenvolvimento do turismo sustentável no meio rural:

[Digite aqui]

- i. Desenvolver e incluir critérios ambientais no processo de tomada de decisão em diferentes áreas e níveis de governo, incorporando a conservação da diversidade biológica e cultural como parte dos pilares das estratégias nacionais de desenvolvimento sustentável e a promoção de uma cultura voltada ao cuidado com o meio ambiente.
- v. Desenvolver planos de adaptação às mudanças climáticas a partir de uma abordagem territorial e participativa.
- vi. Desenvolver planos de prevenção, cuidados e mitigação de desastres ambientais, buscando superar as vulnerabilidades frente às mudanças climáticas.

A diretriz estratégica que visa a internalização de valores ecossistêmicos, nas políticas e modelos de produção agropecuária, florestal, pesca e aquicultura sustentável, merece destaque uma vez que avança nas possibilidades de incorporar os custos dos ativos ambientais na produção econômica de bens e serviços, o que também deve ser visto como alternativa importante de viabilidade financeira para a preservação dos atrativos naturais que compõe o produto turístico e criar salvaguardar para garantir a qualidade ambiental da paisagem no qual o destino turístico está inserido.

Neste tema destaca-se como ações relevantes ao desenvolvimento do turismo sustentável no meio rural:

- i. Promover a eliminação progressiva dos subsídios, incentivos econômicos e não-econômicos para tecnologias e modelos de ocupação e uso do solo que comprometem a sustentabilidade ambiental e socioeconômica do território. Requer, antes, um grande esforço de pesquisa para gerar um novo padrão tecnológico que ampare a expansão de uma agricultura tropical, eco socioeconomicamente sustentável e competitiva.
- ii. Reforçar as normas de proteção ambiental, adotando mecanismos para coibir crimes ambientais e estabelecer métodos de monitoramento e controle integrados.
- iii. Adequar as normas quanto ao uso do solo e da água para garantir a sua conservação, manutenção de produtividade e serviços ecossistêmicos.
- iv. Considerar a implementação de mecanismos para compensar os impactos ambientais gerados pelas atividades produtivas, estabelecendo normas que responsabilizem a quem polui, de acordo com o princípio "Poluidor Pagador" (PPP).
- v. Incentivar a promoção de compensações aos agentes responsáveis pela conservação dos bens e serviços ambientais, de acordo com Princípio Provedor Receptor (PPR), por exemplo, os programas de transferência condicionada de renda ou programas que assumam parte dos custos da adoção de práticas de conservação do solo e água.

A diretriz estratégica para promover a equidade na geração e distribuição de riqueza, visa incentivar condições de produtividade nos territórios através da implementação de estratégias de geração e distribuição de riqueza de forma equitativa. O turismo sustentável em essência tem este princípio da equidade, favorecendo maior distribuição de renda aos agentes locais que estruturam e oferecem os bens e serviços turístico.

Neste tema destaca-se como ações relevantes ao desenvolvimento do turismo sustentável no meio rural:

[Digite aqui]

- i. Alinhar as políticas agroambientais com outras políticas que visam a inclusão social e redução da pobreza, segurança alimentar e nutricional, saúde e nutrição, proteção ambiental, mitigação e adaptação às mudanças climáticas.
- ii. Promover os ajustes necessários no marco jurídico para o desenvolvimento de políticas agroambientais estruturantes e acessíveis a todos os setores sociais, considerando as diferentes tipologias e padrões de produtores como base para a concepção e implementação de programas de regulação e fomento.
- iii. Promover investimentos em infraestrutura para melhorar as condições de vida e de produção nas zonas rurais, especialmente em zonas remotas, dando a devida atenção à saúde, à educação, ao saneamento básico, à comunicação, à melhoria das estradas de acesso e equipamentos para processamento e armazenamento da produção e comercialização.
- iv. Adequar as leis fiscais, de forma a atender às especificidades e às necessidades de diferentes setores sociais, estimulando empreendimentos de base sustentável em nível local.
- v. Adequar as normas de saúde e segurança dos produtos, de acordo com as características específicas dos setores produtivos e dos canais de comercialização local, regional, nacional e internacional, garantindo a inclusão econômica de pequenos empreendimentos.
- vii. Adequar as normas de agro industrialização de forma a favorecer a inclusão econômica dos pequenos empreendimentos e o fortalecimento dos circuitos curtos de comercialização, através da venda direta de produtos frescos ou sazonais, minimizando a intermediação entre agricultores familiares e consumidores.

Além das diretrizes estratégicas a DVPA propõe a articulação setorial para dar maior eficiência na implementação de políticas agroambientais, que favoreçam a conversão dos sistemas de produção intensivos em uso de agroquímicos e prejudiciais ao ambiente para sistemas de produção sustentáveis e agroecológicos.

Os instrumentos de política agroambientais devem promover a integração dos sistemas de produção no manejo da paisagem para enfrentar a deterioração dos ecossistemas e perda de biodiversidade causadas pelo desmatamento, entre outros fatores. Ao mesmo tempo, devem promover programas de conservação do solo e reabilitação de terras degradadas, visando reduzir a pressão das atividades agropecuárias sobre florestas naturais e áreas protegidas. Também devem promover sistemas sustentáveis de pesca costeira e continental, respeitando a capacidade dos ecossistemas, buscando eliminar os métodos de pesca que envolvem exploração excessiva dos recursos pesqueiros e danos às espécies sensíveis.

Para além dos esforços de manejo da paisagem, as ações setoriais da Política Agroambiental devem prever também a relação direta com a política de turismo nas várias esferas do executivo –federal estadual e municipal, incorporando suas especificidades onde couber, a fim de promover sinergias e valor agregado a atividade produtiva agropecuária, florestal e de pesca.

## **7.2. A Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais (PNPCT)**

A Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais (PNPCT) instituída, em 2007, por meio do Decreto nº 6.040, é uma ação do Governo

[Digite aqui]

Federal que busca promover o desenvolvimento sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais, com ênfase no reconhecimento, fortalecimento e garantia dos seus direitos territoriais, sociais, ambientais, econômicos e culturais, com respeito e valorização à sua identidade, suas formas de organização e suas instituições.

As ações e atividades voltadas para o alcance dos objetivos da Política são intersetoriais e integradas e sua coordenação compete à Comissão Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais - CNPCT, criada pelo Decreto de 13 de julho de 2006, e composta por representantes de órgãos e entidades da administração pública federal e representantes de organizações não-governamentais. Dentre os membros da sociedade civil da CNPCT estão representantes dos povos faxinalenses, povos de cultura cigana, povos indígenas, quilombolas, catadoras de mangaba, quebradeiras de coco-de-babaçu, povos de terreiro, comunidades tradicionais pantaneiras, pescadores, caçaras, extrativistas, pomeranos, retireiros do Araguaia e comunidades de fundo de pasto.

Todos os seus 14 princípios estão coadunados com os princípios do turismo sustentável, uma vez que reconhece e valoriza a diversidade socioambiental e cultural dos povos e comunidades tradicionais e cria condições para que haja o empoderamento das comunidades locais e contribua para o exercício da cidadania, possibilitando ampla participação na elaboração e execução das Políticas Públicas.

Se orienta pela pluralidade socioambiental, econômica e cultural das comunidades e dos povos tradicionais que interagem nos diferentes biomas e ecossistemas, sejam em áreas rurais ou urbanas. Neste sentido o Turismo pode favorecer a preservação dos direitos culturais e o exercício de práticas comunitárias, a memória cultural e a identidade racial e étnica, mediante a geração de renda com a qual possam se manter e se proteger.

A PNPCT tem 16 objetivos específicos, dentre os quais vale destacar aqueles onde o turismo deve absorver nos seus processos de desenvolvimento e contribuir efetivamente : i – dar garantia de seus territórios, e o acesso aos recursos naturais que tradicionalmente utilizam para sua reprodução física, cultural e econômica; ii - implantar infraestrutura adequada às realidades socioculturais e às demandas explicitadas, iii - garantir os direitos afetados direta ou indiretamente por projetos, obras e empreendimentos; iv - garantir e valorizar as formas tradicionais de educação; v - garantir a inclusão social; vi - reconhecer, proteger e promover os direitos sobre os seus conhecimentos, práticas e usos tradicionais; vii - apoiar e garantir a inclusão produtiva, valorizando os recursos naturais locais e práticas, saberes e tecnologias tradicionais.

Seus instrumentos de implementação são: I - os Planos de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais; II - a Comissão Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais, III - os fóruns regionais e locais; e IV - o Plano Plurianual.

### **7.2.1. O Plano Nacional para a Promoção das Cadeias de Produtos da Sociobiodiversidade – PNPSB**

O Plano Nacional para a Promoção das Cadeias de Produtos da Sociobiodiversidade – PNPSB, lançado em 2009, sendo coordenado pelos ministérios MDA, MDS e MMA e pela Companhia Nacional de Abastecimento (Conab), e diversos outros atores governamentais, além

[Digite aqui]

do setor empresarial, as agências de fomento e a sociedade civil organizada; foi criado para promover a conservação e o uso sustentável da biodiversidade e garantir alternativas de geração de renda para as comunidades rurais, por meio do acesso às políticas de crédito, a assistência técnica e extensão rural, aos mercados, aos instrumentos de comercialização e à política de garantia de preços mínimos. E foi estruturado em 6 eixos: 1) promoção e apoio à produção e ao extrativismo sustentável; 2) estruturação e fortalecimento dos processos industriais; 3) estruturação e fortalecimento de mercados para os produtos da sociobiodiversidade; 4) fortalecimento da organização social e produtiva; 5) ações complementares para fortalecimento das cadeias de produtos da sociobiodiversidade e 6) ações complementares para a valoração dos serviços da sociobiodiversidade.

Em 2012 o MMA em parceria com o MDS e o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – PNUD, executou ações para o fortalecimento de APLs da Sociobiodiversidade, nas regiões sudeste, nordeste e norte, visando ampliar o diálogo e a articulação dos atores para formar capacidades para o acesso a políticas públicas relacionadas à comercialização de produtos da sociobiodiversidade, especialmente, a PGPM-Bio, o PNAE e o PAA.

**A Política de Garantia de Preços Mínimos para os Produtos da Sociobiodiversidade-PGPM-Bio** proporciona ao extrativista receber uma subvenção direta do governo federal quando o preço do produto da sociobiodiversidade no mercado estiver abaixo do preço mínimo fixado pela Companhia Nacional de Abastecimento – Conab. (Lei nº 11.775 de 2008).

**O Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE** tem por objetivo contribuir para o crescimento e o desenvolvimento biopsicossocial, a aprendizagem, o rendimento escolar e a formação de hábitos alimentares saudáveis dos alunos, por meio de ações de educação alimentar e nutricional e da oferta de refeições que cubram as suas necessidades nutricionais durante o período letivo. (Lei 11.947 de 16 de junho de 2009).

**O Programa de Aquisição de Alimentos – PAA**, instituído em 2003 e regulamentado por Decreto, tem como objetivo incentivar a agricultura familiar e proporcionar alimentação saudável às pessoas em situação de insegurança alimentar e nutricional e àquelas atendidas pela rede socioassistencial e pelos equipamentos públicos de alimentação e nutrição. (Decreto nº 7.775, de 4 de julho de 2012).

Em 2015, ações para identificar os aspectos mais relevantes para a implementação dos APLs nos territórios foi realizada, gerando subsídios para editar uma publicação Arranjos produtivos locais: APLs de produtos da sociobiodiversidade pelo MMA. E a partir de 2015, o plano ganhou reforço na articulação com o Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica – Planapo.

Desde o lançamento do PNPSB, foram identificadas 30 (trinta) espécies tradicionalmente utilizadas por povos e comunidades tradicionais, com potencial econômico nos diversos biomas brasileiros. E em 2016 foi publicada a Portaria Interministerial nº 163 que lista, com base em espécies nativas da flora brasileira, 64 espécies consideradas da sociobiodiversidade para fins de

comercialização in natura ou de seus produtos derivados, no âmbito das operações realizadas pelo Programa de Aquisição de Alimentos – PAA, Política de Garantia de Preços Mínimos para Produtos da Sociobiodiversidade – PGPM-Bio e Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE. Atualmente estão mapeadas 15 APL, sendo 08 no bioma Amazônico, 05 na Caatinga e 02 na Mata Atlântica, incluindo a castanha do Brasil, babaçu, óleos, açaí, carnaúba, buriti, piaçaba, seringa, frutos da caatinga, frutos do cerrado, pinhão e mate.

A estruturação dos APLs se dá pela coordenação entre diferentes cadeias de valor em um mesmo território e as cadeias pelo desenvolvimento de cada elo que a compõe - extrativismo, processamento, distribuição, comercialização e consumo. E a oferta dos produtos ao mercado está relacionada à capacidade de implementação destas cadeias de valor. Historicamente, os extrativistas comercializaram os produtos da sociobiodiversidade de forma individual, sendo relativamente recente a sua organização social visando o acesso aos mercados diversificados. Os empreendimentos que compõem os APLs da Sociobiodiversidade são organizações locais formadas por extrativistas que se organizam como grupos informais, associações e cooperativas. Essa nova organização social caracteriza os APLs como configurações em construção integrando, organizações locais e instituições de apoio, principalmente as organizações não governamentais – ONGs, mas também dependendo do nível de amadurecimento do APL; as instituições de pesquisa e universidades, órgãos governamentais, instituições financeiras ou, ainda, empresas privadas, principalmente aquelas que possuem valores e responsabilidade socioambientais e firmam contratos comerciais de longo prazo com as organizações locais. Sendo, portanto, diversificadas as configurações dos APLs devido à própria variedade de produtos da sociobiodiversidade que o Brasil possui, assim como às diferenças regionais, socioeconômicas, culturais e ambientais dos territórios.

Vários pontos críticos para o desenvolvimento de cadeias produtivas da sociobiodiversidade, foram identificados, podendo ser destacado os seguintes dentro da abordagem do alinhamento com o processo de desenvolvimento turístico. Para o elo extrativismo: i. falta de acesso dos povos e comunidades tradicionais à biodiversidade e aos territórios; ii. Sazonalidade da produção; iii. dificuldade de dimensionamento da produção local; iv. invisibilidade do extrativismo para o desenvolvimento rural. Para o elo Distribuição e Comercialização: i. falta de mercado para produtos da sociobiodiversidade; ii. dificuldade de gestão das organizações locais; e para o elo Consumo: i. desconhecimento dos produtos da sociobiodiversidade pelo consumidor.

Ressalta-se a problemática do elo extrativismo sustentável, atividade econômica que constitui a base das cadeias produtivas da sociobiodiversidade, por ser interdependente da conservação ambiental e da garantia do acesso de povos e comunidades tradicionais à biodiversidade e aos territórios. Neste sentido há necessidade de direcionar ações para o ordenamento territorial, por meio da regularização fundiária de Unidades de Conservação de uso sustentável, Terras Indígenas, Territórios de comunidades quilombolas e assentamentos agroextrativistas, além da necessidade de recategorização de determinadas Unidades de Conservação de proteção integral para uso sustentável ou do estabelecimento de Termos de Compromisso entre órgãos gestores e comunidades tradicionais para regular o acesso e uso de recursos naturais das UCs pelas mesmas.

[Digite aqui]

Essa ação também se estende à formulação e à implementação de políticas públicas que garantam o direito dos povos e comunidades tradicionais realizarem o extrativismo sustentável em áreas privadas, como é o caso da Lei do Babaçu Livre.

Os elos processamento, distribuição e comercialização dos produtos da sociobiodiversidade são interdependentes de variáveis como gestão de capital de giro por organizações locais, logística de transporte e armazenamento nos territórios e regularização da produção extrativista. Essas demandas podem ganhar reforço com a implementação do turismo pela comercialização de produtos pela rede do trade turístico ofertando os produtos diretamente aos turistas e por seu potencial em contribuir com os fundos comunitários que viabilizam capital de giro.

Os territórios tradicionais possuem potencial de ofertarem diversos produtos da sociobiodiversidade ao mercado. Entretanto, o desafio colocado é a estruturação de várias cadeias de valor no território, assim como a coordenação entre as mesmas, pois cada produto possui suas características de coleta, processamento, logística de comercialização e, principalmente, demanda de mercado. A possibilidade de comercialização de vários produtos da sociobiodiversidade otimiza o trabalho do extrativista, pois a safra de um produto dura, em média, apenas 3 a 4 meses, e o extrativismo de mais de um produto tanto lhe proporciona renda durante um maior período no ano, como também diminui a pressão do extrativismo sobre um único produto.

No contexto estratégico para a abertura de novos mercados para os produtos da sociobiodiversidade, em sua logística de distribuição, bem como torná-los competitivos em relação aos produtos “convencionais”, o turismo pode ser grande aliado, favorecendo não somente roteiros especializados em turismo de base comunitária para a vivência direta nas comunidades, mas a integração dos APLs com as rotas regionais de turismo rural e de ecoturismo que conceitualmente valorizam estes produtos originais.

A oferta de produtos da sociobiodiversidade oferecidos à sociedade, pelos extrativistas, deve traduzir todo o conjunto de benefícios intrínsecos ao extrativismo sustentável, de serviços ecossistêmicos, de proteção dos territórios e de manutenção de conhecimentos tradicionais, que estão economicamente incorporados não apenas por meio de sua comercialização por preços justos, principalmente para empresas com valores éticos e socioambientais, mas também mediante a implementação de políticas públicas, que incorporaria também os custos dos benefícios socioambientais. Neste sentido o turismo sustentável implementado no meio rural estaria totalmente alinhado a esta estratégia, sendo uma atividade econômica que poderia induzir e ao mesmo tempo ser induzida pela produção baseada na sociobiodiversidade.

### **7.2.2. O Plano Nacional de Fortalecimento das Comunidades Extrativistas e Ribeirinhas (Planafe)**

O Plano Nacional de Fortalecimento das Comunidades Extrativistas e Ribeirinhas (Planafe) para o período 2017/2019, é um dos planos de implantação da PNPCT e responde às demandas das comunidades extrativistas e ribeirinhas. Sob coordenação do MMA, foi formulado em parceria pelos órgãos e instituições públicas do Governo Federal e representantes do CNPCT.

[Digite aqui]

Ressalta-se que diante dos desafios para assumir os compromissos da Política Nacional de Mudança do Clima, o Planafe tem grande importância, em particular para as ações de redução do desmatamento e recuperação florestal, já que são extensas as áreas e relevantes as práticas e modos de vida das comunidades extrativistas no Brasil.

O principal objetivo do Planafe consiste em adequar, articular, integrar e propor ações de acesso às políticas de saúde, educação, infraestrutura social, fomento à produção sustentável, geração de renda e gestão ambiental e territorial das áreas de uso e ocupação tradicional, visando assegurar a qualidade de vida, o acesso e uso sustentável dos recursos naturais, a conservação ambiental e a promoção dos direitos humanos para as comunidades extrativistas e ribeirinhas. E está estruturado em quatro eixos: gestão ambiental e territorial, inclusão social, fomento à produção sustentável e infraestrutura, nos quais são apontadas 36 causas prioritárias para o enfrentamento dos problemas centrais, as ações demandadas pelos grupos de atores envolvidos e as ações previstas com viabilidade financeira para execução. A maioria das ações previstas estão incluídas no PPA 2016-2019 e parte são financiadas com recursos externos por organismos internacionais, por meio de projetos de cooperação técnica e financeira.

Uma Comissão Intersetorial composta por representantes do MMA, MDA (atual Secretaria de Desenvolvimento da Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário - Sead/CC/PR) e MDS e por representantes de entidades da sociedade civil, indicados pela CNPCT, é responsável pela execução e monitoramento do plano, assim como pela articulação intersetorial e integração às iniciativas dos governos estaduais e municipais.

As ações propostas não explicitam diretamente a atividade do turismo como vetor de desenvolvimento, no entanto pode-se considerar que a atividade pode contribuir especialmente para o eixo de gestão ambiental e territorial e fomento à produção sustentável. E mesmo indiretamente para o eixo infraestrutura quanto a busca de soluções para alguns dos problemas centrais identificados, entre os quais: melhoria das condições de acesso à água, energia; escoamento da produção e mobilidade das pessoas à medida que o turismo pode favorecer investimentos em ações estruturantes em áreas rurais e comunidades tradicionais, que assegurem a ampliação do acesso, a qualidade e a sustentabilidade de serviços públicos, a exemplo do saneamento básico, as vias de transporte e alternativas energéticas de fontes renováveis. Vale o mesmo propósito para o eixo de inclusão social, o qual tem como problema central a dificuldade de acesso destas comunidades às políticas e serviços públicos de qualidade, nas áreas: educação, saúde, previdência e assistência social, segurança e direitos humanos, já que o turismo para se organizar e incluir estes territórios como destinos turísticos requer investimento em infraestrutura de apoio e com as receitas provenientes da atividade podem e devem retornar em investimentos desta natureza como benefício direto para as comunidades locais.

Neste âmbito vale ressaltar dentre as ações previstas, aquelas destinadas a educação, seja dos agentes diretamente envolvidos na prestação dos serviços turísticos seja dos professores e prioritariamente dos jovens, possibilitando a oferta de programas adequados às diferentes realidades socioculturais do campo.

Portanto, para o eixo produção sustentável, enxerga-se o turismo como parceiro para contribuir nos seguintes problemas centrais identificados: i. acesso aos mercados, à medida que traz o mercado consumidor para próximo do local de produção; ii. Dificuldades com serviços de assistência técnica e extensão rural e acesso ao crédito, se a atividade turística for incluída como

[Digite aqui]

importante atividade econômica, gerando iniciativas que agregam valor para assistência técnica e seja visto como possibilidade de financiamento. Todas ações previstas neste eixo, sejam aquelas relativas a disseminação de sistemas sustentáveis, formação, ATER, fomento, crédito, pesquisa e controle de produção, organização de APLs e redes, fortalecem o sistema produtivo o que amplia a qualidade da oferta turística, uma vez que os destinos que estejam maduros e com a atividade produtiva forte e dinâmica irão exercer maior poder de atratividade turística. Porém, vale ressaltar as ações direcionadas à valoração dos serviços ambientais para produtos da sociobiodiversidade, que podem ter no turismo; uma importante alternativa para captação de recursos a fim de contribuir para a viabilidade financeira e à qualificação dos empreendimentos para modelagem de negócios turísticos e apoio à comercialização, principalmente quanto a realização de feiras e eventos regionais.

O eixo de Gestão Territorial e Ambiental, tem escopo ampliado, abrangendo além da regularização fundiária, as questões relacionadas à gestão ambiental e territorial. Podemos considerar o turismo como um processo que amplia o reconhecimento da identidade e, portanto, da maior visibilidade ao território, transformando a realidade socioeconômica local e desta forma pode contribuir ainda mais, para um dos problemas centrais elencados quanto o insuficiente reconhecimento territorial de povos e comunidades tradicionais e sua devida regularização fundiária. Quanto ao problema de inadequação ou insuficiência de mecanismos para gestão ambiental e territorial; o planejamento turístico pode reconhecer e integrar estes territórios como Áreas de Interesse Turístico e contribuir para fortalecer estes mecanismos. Quanto ao não reconhecimento do papel das comunidades na conservação da biodiversidade, o turismo pode representar papel importante a medida que depende da qualidade ambiental dos recursos naturais para ampliar a competitividade a sustentabilidade do destino, contribuindo desta maneira para as estratégias de mitigação e adaptação às mudanças climáticas e pode contribuir significativamente para a mobilização e conscientização da sociedade, a fim de minimizar o problema de racismo étnico sofrido pelos povos e comunidades tradicionais, uma vez que possibilita a educação sócio ambiental por meio das vivências comunitárias. Especificamente dentre as ações previstas, destaca-se: a execução de projetos de gestão ambiental e territorial em Territórios Quilombolas e a obtenção de financiamento para o apoio à conservação ambiental.

### **7.3. Política e Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica**

Em razão da preocupação crescente com os impactos ambientais da agricultura baseada em tecnologia químico-mecânica monocultural, e seus efeitos sobre a conservação da biodiversidade e a segurança alimentar, a sociedade tem se manifestado para que a produção agrícola alcance patamares adequados de sustentabilidade. Neste contexto, a agroecologia tem se apresentado como uma alternativa viável para a construção de um novo paradigma para a agricultura, buscando caminhos para a produção de alimentos saudáveis, a partir de sistemas produtivos ecologicamente equilibrados, e contribuindo para a melhoria das condições socioeconômicas mais justas e inclusivas para o campo.

O movimento pela agroecologia tem crescido no país e iniciativas neste sentido vem sendo ampliadas, tendo como marco para a Agroecologia e à Produção Orgânica, a Lei nº 10.831, de

2003, que dispõe sobre os sistemas orgânicos de produção e o Decreto nº 7.794, de 2012, que definiu as bases institucionais da Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (PNAPO), com o objetivo de integrar, articular e adequar políticas, programas e ações indutoras da transição agroecológica e da produção orgânica e de base agroecológica, contribuindo para o desenvolvimento sustentável e a qualidade de vida da população, por meio do uso sustentável dos recursos naturais e da oferta e consumo de alimentos saudáveis. Suas diretrizes visam: i - promoção da soberania e segurança alimentar e nutricional; ii - promoção do uso sustentável dos recursos naturais; iii - conservação dos ecossistemas naturais e recomposição dos ecossistemas modificados; iv - promoção de sistemas justos e sustentáveis de produção, distribuição e consumo de alimentos; v - valorização da agro biodiversidade e dos produtos da sociobiodiversidade e estímulo às experiências locais de uso e conservação dos recursos genéticos vegetais e animais, vi - ampliação da participação da juventude rural na produção orgânica e de base agroecológica; e vii - contribuição na redução das desigualdades de gênero.

Os objetivos dessa política assim como suas diretrizes estão consoantes com os objetivos e princípios do turismo sustentável, e fortalece o cenário para manter as bases ecológicas dos recursos naturais e composição da paisagem do território rural, assegurando maior potencialidade e viabilidade para o desenvolvimento do turismo rural e demais segmentos associados que fazem uso sustentável dos atrativos naturais e culturais. Dentre os instrumentos da PNAPO, tem –se o Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (PLANAPO), além do crédito rural; seguro agrícola e de renda; preços agrícolas e extrativistas, incluídos mecanismos de regulação e compensação de preços; compras governamentais; medidas fiscais e tributárias; pesquisa e inovação científica e tecnológica; assistência técnica e extensão rural; formação profissional e educação; mecanismos de controle e sistemas de monitoramento e avaliação.

A internalização destas diretrizes requer um elevado grau de articulação com outras agendas e pautas de políticas públicas. A PNAPO tem um forte arranjo de gestão; integrando uma Comissão Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica – CNAPO, com ampla representação do poder executivo federal e de entidades da sociedade civil. A qual, vêm atuando conjuntamente na construção e reforço de políticas como a assistência técnica e extensão rural, segurança alimentar, reforma agrária, mudanças climáticas, economia solidária, entre outras, porém não integra diretamente com a Política Nacional de Turismo.

Cabe ressaltar que o PLANAPO possui forte conexão com três Convenções das Nações Unidas; Mudanças Climáticas, Conservação da Biodiversidade e Combate à Desertificação, por apresentar elementos consistentes para a construção de um modelo agrícola sustentável. No contexto da Política Nacional sobre a Mudança do Clima (PNMC) o diálogo se estabelece de forma intrínseca, seja para a adaptação, seja para a mitigação, à medida que o fortalecimento dos sistemas de produção agroecológico induzem ao aumento da resiliência da agricultura, devido ao manejo adequado dos solos, da água e das florestas e o fomento e indução do uso sustentável da biodiversidade, baseado em práticas extrativistas sustentáveis. E certamente vem contribuindo para a mitigação das emissões de carbono, ao promover o uso de fonte de energia renováveis, associado a tecnologias para a eficiência produtiva na manutenção das florestas e conservação dos solos. Sem falar dos benefícios indiretos pelo apoio a produção e comercialização dos produtos da sociobiodiversidade, contribuindo para a valorização das práticas socioculturais dos povos e comunidades tradicionais, reconhecidas como populações mais vulneráveis diante das mudanças

climáticas. De toda maneira, é preciso avançar na adoção de iniciativas que promovam tecnologias inovadoras para conhecer e otimizar de forma consistente a contribuição da agricultura familiar e de sua atividade produtiva agroecológica e orgânica para adequação ambiental, tornando-a forte aliada do poder público na implementação dos compromissos assumidos no âmbito da Convenção Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima.

O primeiro Planapo para o período de 2013 a 2015, materializou o compromisso do governo federal com a agroecologia e a produção orgânica e representou um grande avanço, para o ordenamento de ações, a articulação entre agentes públicos e privados envolvidos, a ampliação do diálogo com a sociedade e o alinhamento com o Plano Plurianual (PPA). Além disso, um dos principais resultados do primeiro ciclo de execução do Planapo a ser destacado diz respeito ao fortalecimento de relações de confiança entre órgãos públicos, agricultores (as) e consumidores(as), em torno da real preocupação com questões de saúde no campo, com a oferta de alimentos saudáveis e com a necessidade de melhor integrar a produção agrícola à conservação ambiental. Cabe destacar também que se sobressaíram nos debates os temas relacionados à terra e ao território e à sociobiodiversidade, que passam a compor, no Planapo 2016-2019, e a necessária e urgente inclusão da agenda do clima e a disseminação de tecnologias sustentáveis de manejo da água, do solo e das florestas, conjugadas a práticas inovadoras de produção primária e à regularização ambiental.

O segundo ciclo do Planapo, de 2016 a 2019, está estruturado sobre 194 iniciativas de órgãos federais, ancoradas no PPA, compostas em 6 eixos (Produção; Uso e conservação de recursos naturais; Conhecimento; Comercialização e consumo; Terra e Território e Sociobiodiversidade), 12 objetivos, 40 metas e 484 iniciativas associadas. Dentre as metas determinadas, destaca-se aquelas relativas aos eixos; Uso e Conservação de Recursos Naturais, Terra e Território e Sociobiodiversidade.

Outro aspecto a ser destacado, diz respeito a necessidade de monitorar os efeitos da agroecologia nos territórios. O fortalecimento da agroecologia no nível territorial tem efeitos transversais, e intersetoriais, e reflexos nos âmbitos econômico, pois viabiliza a inclusão produtiva nos mercados agroalimentares locais; ambiental por meio das tecnologias de menor impacto ao meio ambiente, e por utilizar sistemas produtivos diversos, contribuindo assim para a conservação da biodiversidade; e sociocultural, por contribuir para a soberania e segurança alimentar e nutricional.

#### **7.4. Instrumentos da Política de Florestas**

O monitoramento da perda da cobertura florestal nos biomas brasileiros vem sendo feito utilizando-se de imagens de satélites, pelo Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE). Para o Bioma Amazônia, são quatro sistemas operacionais complementares: PRODES, DETER, DEGRAD e DETEX. O Centro de Sensoriamento Remoto do IBAMA - CSR, no âmbito do Programa de Monitoramento do Desmatamento nos Biomas Brasileiros por Satélite (PMDBBS), executou uma série de monitoramentos com intuito de quantificar desmatamentos de áreas com vegetação nativa e de embasar ações de fiscalização e combate a desmatamentos ilegais naqueles biomas. (SFB/MMA,2018).

Merece destaque os resultados significativos da queda do desmatamento da Amazônia nos últimos 10 anos; em aproximadamente 80% em relação à taxa de 2004. Como resultado recente, o Brasil apresentou na Conferência das Partes da Convenção-Quadro sobre Mudança do Clima em 2017; a diminuição de 16 % no desmatamento na Amazônia no último ano e propostas concretas e avançadas para a implementação do Acordo de Paris. Ressaltando a assinatura do Plano Nacional de Recuperação da Vegetação Nativa – PLANAVEG, importante avanço para o cumprimento da meta de recuperar 12 milhões de hectares até 2030. Além disso, foi apresentado um projeto de lei, elaborado em parceria com os ministérios do Meio Ambiente e da Agricultura, estabelecendo uma nova política nacional de biocombustíveis, RenovaBio, que vai aumentar a eficiência de produção dessa alternativa aos combustíveis fósseis e, ao mesmo tempo, reduzir as emissões. (MMA,2018)

O MMA tem protagonismo na agenda de florestas, tendo como responsabilidade a coordenação dos Planos de Controle e Prevenção do Desmatamento (PPCDAm e PPCerrado), da Estratégia Nacional para Redução de Emissões Provenientes de Desmatamento e Degradação Florestal (ENREDD+), dentre outros programas e projetos desenvolvidos. Destaca-se também a atuação do Serviço Florestal Brasileiro (SFB), responsável por atividades como concessão e manejo sustentável nos biomas.

#### **7.4.1. PPCDAM e PPCERRADO**

O Plano de Ação para Prevenção e Controle do Desmatamento e das Queimadas no Cerrado (PPCerrado) e o Plano de Ação para Prevenção e Controle do Desmatamento na Amazônia Legal (PPCDAm) são os principais instrumentos para a implementação da Política Nacional sobre Mudança do Clima (PNMC, Lei nº 12.187/2009), que tem como foco principal a mitigação das emissões de gases de efeito estufa relacionadas ao uso da terra, mudança do uso da terra e florestas. Os Planos ainda contribuem para a implementação da Estratégia Nacional para Redução das Emissões de Gases de Efeito Estufa Provenientes do Desmatamento e da Degradação Florestal, Conservação dos Estoques de Carbono Florestal, Manejo Sustentável de Florestas e Aumento de Estoques de Carbono Florestal (REDD+) do Brasil – ENREDD+. (MMA,2018)

Os Planos têm como objetivo principal reduzir o desmatamento e a degradação da vegetação nativa, promovendo a manutenção de seus serviços ecossistêmicos, por meio da promoção de um modelo de desenvolvimento econômico que leve em conta a conservação da biodiversidade, dos recursos hídricos e do patrimônio cultural e natural das populações tradicionais. Cabe ressaltar que esses objetivos são também consistentes com muitos dos objetivos da Agenda 20/30, do qual o Brasil é signatário. O objetivo de redução e controle da degradação florestal, novo foco dos Planos, principalmente do PPCDAm, visa resguardar a integridade ambiental dos remanescentes de floresta, em especial aqueles já protegidos por unidades de conservação e terras indígenas. Contudo, os Planos não trazem ações de recuperação e restauração da vegetação nativa, assim como revegetação, que serão objeto de outras políticas e programas no âmbito de uma política florestal integrada com as políticas de combate ao desmatamento.

Amazônia e Cerrado são biomas de alta biodiversidade e importância vital para a conservação da água doce no país, representando, juntos, cerca de 73% do território nacional. Contudo, a ocupação desordenada dessas duas regiões tem provocado sérios danos ambientais, sociais e mesmo econômicos, a despeito dos êxitos macroeconômicos alcançados pela disseminação da agropecuária. Apesar de possuírem dinâmicas de ocupação distintas, com

distribuição temporal e espacial próprias, os biomas Amazônia e Cerrado estão sob grande pressão pelo desmatamento. Essa pressão deve-se, em grande parte, ao fato desses biomas constituírem as maiores fronteiras agrícolas e os maiores ativos de vegetação nativa do país. A intensa dinâmica de ocupação de suas áreas é caracterizada pela desvalorização da vegetação nativa, expansão das áreas de produção agropecuária, aumento da demanda por recursos florestais (madeira, lenha ou carvão vegetal) e desenvolvimento de atividades econômicas de base florestal ou de uso múltiplo das áreas nativas ainda incipiente ou pouco sustentável. (MMA,2018)

A PNMC estabeleceu, para a Amazônia, uma meta de redução de 80% da taxa de desmatamento até 2020, relativo à média da taxa de desmatamento no período de 1996-2005. Para o Cerrado, a meta foi estipulada em 40%, relativo ao desmatamento observado no período de 1999 a 2008. A existência de uma série histórica da taxa de desmatamento para a Amazônia desde 1988, consistente e verificável, permite identificar com acurácia o esforço necessário para a consecução da meta definida. As últimas taxas do desmatamento bruto na Amazônia estiveram estagnadas no período de 2012 a 2014. A partir de 2015, há fortes indícios de um aumento sistemático do desmatamento. Para alcançar a meta estabelecida na PNMC, a taxa de desmatamento, hoje (2016) está em torno de 7.000 km<sup>2</sup>, terá que ser reduzida para cerca de 4.000 km<sup>2</sup> em apenas 4 anos. Para que isto ocorra, será necessário grande empenho das instituições federais e estaduais e de outros atores sociais. (MMA,2018)

No caso do Cerrado, os dados sobre desmatamento são mais esparsos e, via de regra, gerados utilizando diferentes metodologias e definições. O INPE desenvolveu uma série histórica com áreas desmatadas e correspondentes emissões de dióxido de carbono para o período de 2000 a 2010. Esses dados, estão sendo expandidos para incluir estimativas de desmatamento para os anos 2013 e 2015 (e, a partir daí, anualmente até 2020, como parte do Programa de Monitoramento Ambiental dos Biomas Brasileiros), permitirão ao país avaliar, de forma objetiva e consistente, a efetividade das políticas públicas e ações implementadas para conter o desmatamento no bioma Cerrado. Permitirão, finalmente, verificar a conformidade com a meta estabelecida na Política Nacional sobre Mudança do Clima. Embora o Brasil tenha obtido, após 12 anos de execução do PPCDAm e seis anos de PPCerrado, resultados expressivos de redução da taxa do desmatamento, em relação à média de desmatamento no período de 1996 a 2005, os desafios persistem, e junto com eles, a necessidade de ações fortalecidas e inovadoras. (MMA,2018)

Assim, a nova fase dos Planos, com horizonte 2016-2020, busca orientar, entre outros, as ações governamentais e não governamentais para as áreas críticas/prioritárias para prevenção e controle do desmatamento, de modo que sejam atendidas as metas estabelecidas pela PNMC até 2020 e também preparar o país para atender o seu Compromisso Nacionalmente Determinado junto à Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima e zerar o desmatamento ilegal na Amazônia até 2030. A nova fase dos Planos prevê ainda o fortalecimento do diálogo com outros setores além do governo federal e uma maior atuação coordenada dos Eixos de Monitoramento e Controle, Ordenamento Fundiário e Territorial, Fomento às Atividades Sustentáveis e do novo eixo de Instrumentos Normativos e Econômicos. (MMA,2018)

#### 7.4.2. Código Florestal e o CAR

Além da redução do desmatamento bruto, um desafio que ainda persiste é o de distinguir-se o desmatamento ilegal do legal, para que se possa efetivamente buscar eliminar o primeiro e promover políticas que possam reduzir o segundo, sem prejuízo do desenvolvimento regional.

No âmbito dos imóveis rurais, boa parte da solução para o fim do desmatamento ilegal está na implementação do “Novo Código Florestal” (Lei nº 12.651/2012), que tem o Cadastro Ambiental Rural (CAR) como seu principal instrumento. (MMA,2018)

O CAR foi criado no âmbito do Sistema Nacional de Informação sobre Meio Ambiente - SINIMA, e regulamentado pela Instrução Normativa MMA nº 2 de 5 de maio de 2014. O Cadastro Ambiental Rural – CAR é um registro público eletrônico de âmbito nacional, obrigatório para todos os imóveis rurais, consiste na delimitação georreferenciada dos usos do imóvel rural com a finalidade de integrar as informações ambientais das propriedades e posses rurais referentes à situação das Áreas de Preservação Permanente - APP, das áreas de Reserva Legal, das florestas e dos remanescentes de vegetação nativa, das Áreas de Uso Restrito e das áreas consolidadas, compondo base de dados para controle, monitoramento, planejamento ambiental e econômico e combate ao desmatamento. (MMA,2018)

A Lei instituiu as regras para o planejamento do imóvel rural, diferenciando imóveis rurais com áreas inferiores a quatro módulos fiscais dos outros, que devem manter 80% da sua área com cobertura de vegetação nativa, como Reserva Legal no bioma Amazônia, ou de 35% no bioma Cerrado inserido na Amazônia Legal e 20% para as demais regiões do país. Estabeleceu também novos requisitos que disciplinam a composição e recuperação de Áreas de Preservação Permanente, de acordo com o tamanho do imóvel. (MMA,2018)

A partir da inscrição no sistema e da validação pelos estados, o CAR formará uma base de dados sobre o uso da terra na escala da propriedade/posse rural em todo o país. Isso permitirá a gestão dos ativos e passivos florestais em cada um dos imóveis rurais, bem como a identificação de boa parte dos requisitos para a legalidade do processo de desmatamento. (MMA,2018)

A inscrição no CAR é o primeiro passo para obtenção da regularidade ambiental do imóvel rural, possibilita o planejamento ambiental e econômico do uso e ocupação do imóvel rural. Além disso, constitui-se em requisito para os seguintes programas, benefícios e autorizações, entre os quais destaca-se: (MMA,2018)

- Acesso ao Programa de Apoio e Incentivo à Conservação do Meio Ambiente e aos Programas de Regularização Ambiental – PRA;
- Obtenção de crédito agrícola, em todas as suas modalidades, com taxas de juros menores;
- Contratação do seguro agrícola em condições melhores que as praticadas no mercado;
- Geração de créditos tributários por meio da dedução das Áreas de Preservação Permanente, de Reserva Legal e de uso restrito da base de cálculo do Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural - ITR;
- Linhas de financiamento para atender iniciativas de preservação voluntária de vegetação nativa, proteção de espécies da flora nativa ameaçadas de extinção, manejo florestal e agroflorestal sustentável realizados na propriedade ou posse rural, ou recuperação de áreas degradadas;

[Digite aqui]

- Isenção de impostos para os principais insumos e equipamentos utilizados para os processos de recuperação e manutenção das Áreas de Preservação Permanente, de Reserva Legal e de uso restrito;
- Condição para autorização de supressão de floresta ou outras formas de vegetação nativa no imóvel rural;
- Condição para aprovação da localização da Reserva Legal;
- Condição para autorização da exploração econômica da Reserva Legal mediante manejo sustentável;
- Condição para constituição de servidão ambiental e Cota de Reserva Ambiental, e acesso aos mecanismos de compensação da Reserva Legal;
- Condição para autorização de intervenção e supressão de vegetação em Áreas de Preservação Permanente e de Reserva Legal para atividades de baixo impacto ambiental; e
- Condição para autorização da continuidade das atividades agrossilvipastoris, de ecoturismo e de turismo rural em áreas rurais consolidadas até em 22 de julho de 2008 localizadas em Áreas de Preservação Permanente e Reserva Legal.

Conforme SFB/MMA, até 28 de Fevereiro de 2018, já foram cadastrados, mais de 4.8 milhões de imóveis rurais, totalizando uma área de 436.841.621 hectares inseridos na base de dados do sistema -SICAR. (MMA,2018)

### **7.4.3. PLANAVEG**

O Plano Nacional de Recuperação da Vegetação Nativa – PLANAVEG, foi instituído em 2017, sob a responsabilidade compartilhada do Ministérios do Meio Ambiente, da Casa Civil da Presidência da República, da Agricultura, Pecuária e Abastecimento e da Educação, com o objetivo de ampliar e fortalecer políticas públicas, incentivos financeiros, mercados, tecnologias de recuperação, boas práticas agropecuárias e outras medidas necessárias para a recuperação da vegetação nativa, principalmente em áreas de preservação permanente - APP e reserva legal - RL, mas também em áreas degradadas com baixa produtividade agrícola. (PLANAVEG/MMA,2018)

Após o processo de revisão do Código Florestal (Lei nº 4.771 de 15 de setembro de 1965), o governo brasileiro aprovou a Lei de Proteção da Vegetação Nativa (Lei no 12.651 de 25 de maio de 2012). As determinações da nova lei reafirmaram a necessidade dos proprietários de terra de conservar, recuperar ou compensar alterações na vegetação nativa.

Embora os números variem, análises recentes estimam que o Brasil tem cerca de 21 milhões de hectares de déficit de vegetação nativa situada em APP e RL (Soares-Filho et al 2014)<sup>60</sup>. Diante desse novo cenário, os proprietários que não estiverem de acordo com a Lei nº 12.651/2012 precisarão de apoio para atender às exigências de regularização ambiental. Prevê-se que as situações a serem enfrentadas serão diversas e que será necessário oferecer apoio para agilizar e viabilizar o cumprimento da lei. (PLANAVEG/MMA,2018)

O PLANAVEG foi elaborado para atender essas demandas que permitirão a recuperação da vegetação nativa em um mínimo de 12 milhões de hectares até 2030. Para tanto, está baseado

---

<sup>60</sup> SOARES-FILHO, B. et al. Cracking Brazil's Forest Code. Science, 344, p. 363-364, 2014.

[Digite aqui]

em oito iniciativas estratégicas: Sensibilização, Sementes e mudas; Instituições; Mecanismos financeiros; Extensão rural; Planejamento espacial e monitoramento, Pesquisa e desenvolvimento. Destacando, principalmente a iniciativa relacionada a Mercados, que visa fomentar mercados a partir dos quais os proprietários de terra possam gerar receitas por meio da comercialização de madeira, produtos não-madeireiros, proteção de nascentes e área de recargas de aquíferos, entre outros serviços e produtos gerados pela recuperação da vegetação nativa. (PLANAPEG/MMA,2018)

Três importantes programas e políticas existentes complementam essas oito iniciativas estratégicas:

- 1.Intensificação sustentável da agropecuária: aumentar a produtividade de pastagens e áreas de cultivo nas regiões fora de áreas a serem recuperadas por meio de programas voltados à intensificação sustentável da agropecuária;
- 2.Lei de proteção da vegetação nativa: implementar as determinações e instrumentos da Lei nº 12.651/2012, incluindo o Cadastro Ambiental Rural (CAR) e os Programas de Regularização Ambiental (PRAs).
- 3.Regularização fundiária: ampliar o número de proprietários rurais com o título da terra e direito aos recursos florestais recuperados.

## **7.5. Plano ABC**

No âmbito do atendimento à Política Nacional de Mudanças do Clima, foi criado o Plano Setorial de Mitigação e de Adaptação às Mudanças Climáticas para a Consolidação de uma Economia de Baixa Emissão de Carbono na Agricultura (Plano ABC), pelo Ministério de Agricultura Pecuária e Abastecimento –MAPA, com o intuito de propor boas práticas de produção agropecuária que contribuíssem para a redução dos GEE. E ações de adaptação às mudanças climáticas, tendo como principal instrumento financeiro o Programa ABC, criado especialmente para atender demandas de crédito dos produtores rurais. (MAPA,2018)

Previsto no art. 11 da Lei 12.187/2009; o plano, tem abrangência nacional e sua vigência até 2020. Contempla os seguintes objetivos para que se melhore a eficiência no uso dos recursos naturais e que se obtenha a adaptação do setor agropecuário às mudanças climáticas. (MAPA,2018)

- Contribuir para a consecução dos compromissos de redução da emissão de GEE assumidos voluntariamente pelo Brasil, no âmbito dos acordos climáticos internacionais e previstos na legislação;
- Garantir o aperfeiçoamento contínuo e sustentado das práticas de manejo nos diversos setores da agricultura brasileira que possam vir a reduzir a emissão dos GEE e, adicionalmente, aumentar a fixação atmosférica de CO<sub>2</sub> na vegetação e no solo dos setores da agricultura brasileira;
- Incentivar a adoção de Sistemas de Produção Sustentáveis que assegurem a redução de emissões de GEE e elevem simultaneamente a renda dos produtores, sobretudo com a expansão das seguintes tecnologias: Recuperação de Pastagens Degradadas; Integração Lavoura-Pecuária-Floresta (ILPF) e Sistemas Agroflorestais (SAFs); Sistema Plantio Direto (SPD); Fixação Biológica do Nitrogênio (FBN); e Florestas Plantadas;

[Digite aqui]

- Incentivar o uso de Tratamento de Dejetos Animais para geração de biogás e de composto orgânico;
- Incentivar os estudos e a aplicação de técnicas de adaptação de plantas, de sistemas produtivos e de comunidades rurais aos novos cenários de aquecimento atmosférico, em especial aqueles de maior vulnerabilidade;
- Promover esforços para reduzir o desmatamento de florestas decorrente dos avanços da pecuária e de outros fatores.

O plano também promove iniciativas para adaptação às mudanças climáticas que permitem aos produtores, em especial agricultores familiares; enfrentar as alterações climáticas com menos vulnerabilidade, através da implantação de sistemas diversificados e do uso sustentável da biodiversidade e dos recursos hídricos. Além disso, há o apoio ao processo de transição, à organização da produção, à pesquisa e à garantia de geração de renda.

Além das seis técnicas de mitigação e da técnica de adaptação, realiza ações transversais, para a sensibilização e a conscientização das ideias pregadas pelo Plano ABC, e para a regularização ambiental das propriedades rurais e ações de assistência técnica e extensão rural.

O Programa ABC é uma linha de crédito oficial, instituída através da resolução BACEN de 2010, e conta com recursos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), da Caderneta de Poupança Rural (MCR 6-4) e de Fundos Constitucionais (CNA, 2012); para atender à agricultura empresarial (produtores rurais e suas cooperativas), já que o público da agricultura familiar já vinha sendo financiado por outras linhas de crédito, como o Pronaf Eco e Pronaf Floresta. (MAPA,2018)

O Plano é bem aceito e tem crescido o acesso do crédito, no entanto, há indisponibilidade de informações de crédito seguras acerca do Programa ABC que mascara os verdadeiros resultados do Plano ABC. (MENDES,2015)<sup>61</sup>

## **8. Potencial sinérgico e de integração das Políticas de Meio Ambiente e de Turismo, para o incentivo a Estratégia de Turismo para o desenvolvimento rural sustentável.**

De acordo com o exposto na metodologia, este tópico pretende apresentar o potencial de sinergias e de integração das políticas Ambientais e de Turismo avaliadas, que possam ter papel mobilizador e incentivador das atividades de turismo para o meio rural.

Conforme a análise do desenho dos instrumentos de políticas, diretrizes e planos; podem ser reconhecidos os principais objetivos, princípios e diretrizes comuns; as iniciativas/ações convergentes e as similaridades quanto aos beneficiários e territórios.

Em uma tentativa ampliada de construir, a partir daí os subsídios para uma Estratégia de Turismo para o Desenvolvimento Rural Sustentável, observou-se também as oportunidades de integração, algumas lacunas de intervenção, e possíveis restrições, que poderão complementar o plano normativo; ou seja, a programação de diretrizes e ações já postas.

---

<sup>61</sup> MENDES, P. Plano ABC - Agricultura de Baixo Carbono: sua elaboração no âmbito do governo federal e sua implementação no município de Formosa-GO - Dissertação de Mestrado Programa de Pós-Graduação em Meio Ambiente e Desenvolvimento Rural da Universidade de Brasília, BRASÍLIA,2015.

### Objetivos, Princípios e Diretrizes

Os objetivos de caráter econômico, social e ambiental são convergentes. Quanto à dimensão econômica, reconhece-se no turismo instrumento de desenvolvimento econômico, ressaltando a meta do Plano Nacional de Turismo (PNT) de gerar mais divisas ao balanço de pagamentos; e nas políticas de desenvolvimento rural a abordagem sistêmica, dos múltiplos objetivos, inclui a dimensão econômica, que visa a garantia dos direitos econômicos dos PCT e agricultores familiares e o apoio a inclusão produtiva. Quanto à dimensão social explicita como objetivo central, o atendimento das demandas sociais para combate à pobreza, diminuição da desigualdade e melhoria da qualidade de vida das comunidades rurais/extrativistas, ressaltando a meta do PNT de gerar 2 milhões de empregos. A dimensão ambiental explicita como objetivos centrais a gestão/conservação ambiental e o uso sustentável dos recursos naturais.

Os princípios também são convergentes, dentre os quais destaca-se a sustentabilidade, que é complementar aos princípios relativos ao respeito pela natureza e a diversidade cultural e ao enfoque territorial e ecossistêmico, que representam princípios basilares de ambas as agendas. Ressalta-se ainda, os princípios que reconhecem e valorizam a diversidade socioambiental e cultural dos povos e comunidades tradicionais e cria condições para que haja o empoderamento das comunidades locais, contribuindo para o exercício da cidadania.

Em relação as diretrizes, também são convergentes à luz dos propósitos voltados à sustentabilidade. Merece destacar a diretriz específica para a promoção da sustentabilidade no PNT, sendo essa, uma das principais diretrizes orientadoras do Plano, é entendida de forma ampla, pela sustentabilidade ambiental, sociocultural, econômica, e, também pela dimensão político-institucional. As demais diretrizes têm um caráter estritamente setorial. No âmbito das DVPA, vale considerar o conceito que permeia todo o conjunto das diretrizes políticas, que tem como centro a sustentabilidade dos sistemas de produção e sob a ótica do potencial sinérgico com o tema turismo, resalta-se sobretudo a importância da preservação e manutenção da paisagem para a valorização da oferta turística, e das oportunidades de agregação de valor ao produto turístico, à medida que visa qualificar a produção de alimentos, representando diferencial para as práticas do agroturismo/turismo rural. No âmbito da PNPCT, entende-se ter uma orientação ampla que reconhece a pluralidade socioambiental, econômica e cultural das comunidades e dos povos tradicionais que interagem nos diferentes biomas e ecossistemas, o que pode significar uma condição para viabilizar o turismo de base comunitária nos seus territórios, gerando renda e contribuindo para garantia dos seus direitos. E para agregar valor sociocultural à potencialidade turística para qualquer outro segmento. E no âmbito da Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (PNAPO), dentre as sete diretrizes destacam-se as orientações que visam a conservação ambiental e o uso sustentável dos recursos naturais e a valorização da agrossociobiodiversidade.

### Iniciativas, beneficiários e territórios.

As iniciativas e ações são programadas para seus fins específicos setoriais. O PNT não prevê ações estruturantes dos destinos e promocional aos mercados, orientada diretamente a segmentação turística e ao território rural. E as políticas para o desenvolvimento rural sustentável não explicitam ações diretamente direcionadas ao setor do turismo no sistema produtivo, mas são

[Digite aqui]

claras as intensões para buscar alternativas de negócios sustentáveis não agrícolas que podem agregar valor ao produtor rural.

Cumpra-se destacar, que no âmbito da linha de atuação para o Turismo Responsável do PNT se encontram os principais pontos sinérgicos no que se refere aos beneficiários comuns, quando trata das iniciativas de promoção da produção local na cadeia produtiva do turismo, do desenvolvimento do turismo de base local, e do acesso democrático de públicos prioritários à atividade turística - pelo turismo social, nas quais se vê o favorecimento das populações e comunidades tradicionais e dos agricultores familiares.

Ressalta-se também na linha de atuação para a melhoria da oferta turística nacional, a ação estratégica para a valorização do patrimônio cultural e natural para visitação turística, por meio de uma política de gestão das áreas de uso público das Unidades de Conservação (UC) Federais, destacando neste caso o segmento do ecoturismo e a abordagem de desenvolvimento regional, incluindo as áreas de entorno das UCs, podendo desta fora, expandir esforços e investimentos para regiões de relevado interesse socioambiental no meio rural.

## **9. Subsídios e Diretrizes para a Estratégia de Turismo para o Desenvolvimento Rural Sustentável**

Neste tópico, após reconhecimento do potencial sinérgico entre as políticas, será apresentado uma proposta com subsídios e diretrizes para a Estratégia de Turismo para o meio Rural, como proposição de integração e complementação da programação posta pelos instrumentos de política e planos analisados sumariamente.

Apenas como forma de apresentação, as proposições de diretrizes se espelham na estrutura do Plano Nacional de Turismo e está organizada nos seguintes componentes: gerais, governança, ordenamento territorial, planejamento, preservação dos serviços ambientais, arcabouço legal, estruturação da oferta, financiamento e crédito, qualificação, marketing e apoio à comercialização.

### **Diretrizes gerais**

1. Como forma de atender e integrar a Política Nacional de Turismo e as Diretrizes Voluntárias para a Política Agroambiental, no sentido de promover a equidade na geração e distribuição de riqueza, cabe as seguintes proposições visando incentivar condições de produtividade nos territórios, através da implementação de estratégias integradas de turismo e produção agropecuária.

1.1. Alinhar as políticas agroambientais com a política de turismo visando a inclusão social e redução da pobreza, proteção ambiental, mitigação e adaptação às mudanças climáticas.

1.2. Promover estratégias diferenciadas para estruturação do turismo, e abertura de novos negócios, incluindo comunidades mais carentes em territórios rurais que detenham grande potencialidade de oferta turística, e para o aprimoramento da qualidade dos negócios e destinos que já tem relativo fluxo turístico, como base para a concepção e implementação de programas de fomento.

[Digite aqui]

1.3. Alinhar as estratégias para promoção de investimentos em infraestrutura para melhorar as condições de vida e de produção nas zonas rurais, especialmente em zonas remotas, considerando uma abordagem territorial agroambiental e turística e os destinos prioritários por segmentos.

1.4. Adequar as leis fiscais, de forma a atender às especificidades e às necessidades do setor do turismo, estimulando empreendimentos rurais de base sustentável, em nível local.

1.5. Considerar a dinâmica dos fluxos turísticos para o fortalecimento dos circuitos curtos de comercialização agropecuária, a fim de internalizar a venda direta de produtos frescos ou sazonais na rede turística local.

2. No âmbito do Turismo Responsável do PNT, o desenvolvimento sustentável do turismo em uma abordagem ampla, busca o respeito ao meio ambiente, a manutenção e valorização das culturas locais e maior participação das comunidades receptoras na definição das políticas de desenvolvimento do turismo, e cabe as seguintes proposições, adensadas no território rural, adequando suas particularidades regionais.

2.1. Ampliar a internalização dos ODS nos programas e planos de turismo nos níveis federal, estadual e municipal, incluindo a Agenda 2030 de forma mais abrangente na Política de Turismo. Incorporar de forma transversal os objetivos socioeconômicos e ambientais nos destinos turísticos, alinhando os Planos municipais e regionais, em uma ação conjunta com o Programa de Regionalização e o PRODETUR. Esta iniciativa pode se constituir numa plataforma de indicadores de desenvolvimento sustentável nos municípios, a partir do vetor do turismo, possibilitando uma convergência de políticas horizontais e verticais, integrando programas internos do MTUR e outras políticas adensadas nos territórios.

2.2. No âmbito das ações para formulação das diretrizes para o Turismo Social, ampliar a articulação diretamente com lideranças da Agricultura Familiar, movimentos da Agroecologia e representantes do Conselho de Povos e Comunidades Tradicionais para garantir maior participação e legitimidade aos esforços e políticas de turismo direcionadas a estes beneficiários, para os diversos segmentos e destinos localizados no meio rural.

2.3. No âmbito das ações para o desenvolvimento de produtos, dirigir esforços, orientações, critérios e recursos diferenciados para o fomento aos segmentos; do turismo rural, turismo de base comunitária, ecoturismo e turismo de aventura; nos destinos localizados no meio rural, incluindo iniciativas para investimentos em programas de avaliação da oferta e manejo da visitação turística, sobretudo em ambientes naturais. Incluir metodologias e sistemas para definição e monitoramento da capacidade de suporte e controle da visitação e adequação de infraestrutura e equipamentos adequados para minimização dos impactos.

2.4. Promover a integração dos órgãos de estado de Turismo com os órgãos estaduais de Meio Ambiente para alinhamento dos Planos Estaduais/Regionais de Turismo, a fim de possibilitar a utilização dos recursos para compensação ambiental em programas de mitigação do impacto aplicados ao desenvolvimento do turismo sustentável no nível municipal em destinos priorizados no meio rural, a exemplo de projetos de educação ambiental, planejamento, gestão ambiental, manejo da visitação, recuperação de atrativos, qualificação, entre outros.

2.5. No âmbito das ações de incentivo à produção local associada ao turismo e apoio à comercialização de produtos e serviços turísticos, buscar integrar o Programa de Regionalização, o PLANAFE e o PLANAPO, atuando de forma adensada nos territórios, priorizando os destinos

[Digite aqui]

onde houver APL de extrativismo, em especial para aqueles que tenham roteiros de turismo de base comunitária, e onde houver produção local agroecológica para qualquer um dos segmentos turísticos.

2.6. No âmbito das ações de networking e intercâmbios, possibilitar a troca de experiências de destinos com foco a segmentação e a sustentabilidade. Priorizar regiões/municípios localizados no meio rural com características comuns ou assemelhadas.

### **3. Diretrizes para Governança**

Para que as políticas ambientais de desenvolvimento rural, de extrativismo e de turismo sejam eficazes e integradas e atuem com base em princípios de participação social, torna-se necessário um sistema de governança que considere os marcos jurídicos legais e institucionais, a descentralização das políticas adequadas às diferentes realidades locais; planejamento territorial integral, articulação intersetorial em todos os níveis (federal, estadual, regional, municipal). E que o governo, fortaleça as condições de governabilidade para a implementação de uma estratégia de sustentabilidade para o território rural, adotando medidas no sentido de definir mecanismos e instâncias integradores das diretrizes, com capacidade política, de estabelecer parcerias estratégicas e reforçar as sinergias entre os setores público e privado.

3.1. Garantir a participação de representações relacionadas a Agricultura Familiar, ao Movimento Agroecológico e aos Povos e Populações Tradicionais nos diversos mecanismos de governança do Sistema Nacional de Turismo em todos os níveis; federal, estadual, regional e municipal.

3.2. Compor a representação da Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário (SEAD)/Casa Civil, do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento e do Conselho Nacional de Povos e Comunidades Tradicionais (CNPCT) no Conselho Nacional de Turismo (CNTur).

3.3. Reconstituir Câmaras Temáticas no âmbito do CNTur para planejamento e gestão do turismo por segmentação. E possibilitar a representação nos Grupos de Trabalho de lideranças relacionadas à Agricultura Familiar, ao Movimento Agroecológico e aos Povos e Populações Tradicionais.

3.4. Reorientar o posicionamento e a participação do Ministério do Turismo e os órgãos estaduais e municipais de Turismo nos colegiados e demais fóruns relativos ao desenvolvimento rural. E promover maior sinergia de cooperação entre os órgãos estaduais e municipais de turismo, de agricultura e de meio ambiente.

3.5. Estimular e fortalecer redes de cooperação regionais integrando atores públicos, privados e do terceiro setor.

3.6. Criar instrumento específico para estabelecimento de alianças estratégicas intersetoriais e mecanismos de promoção do diálogo permanente para planejamento, implementação e monitoramento da Estratégia.

### **4. Diretrizes para o Ordenamento Territorial**

Como forma de atender e integrar a Política Nacional de Turismo e as Diretrizes Voluntárias para a Política Agroambiental e demais planos (PLANAFE/PLANAPO/PLANAVEG) quanto à estratégia de desenvolvimento rural com enfoque territorial, fundamentada no incentivo ao

[Digite aqui]

desenvolvimento rural de acordo com os princípios de conservação e manejo sustentável dos recursos naturais, cabe a seguinte macro diretriz para a promoção do turismo sustentável, a fim de garantir a conservação dos serviços ambientais, a preservação das paisagens e atributos relevantes para o turismo de forma associada as atividades econômicas do turismo e da agropecuária.

4.1. Realizar estudo e estabelecer o ordenamento territorial agroambiental e turístico, a fim de definir, para fins de planejamento e gestão, as áreas de relevância socioambiental para o turismo sustentável no meio rural, devendo considerar:

- os Zoneamentos Ecológico Econômico (ZEE) macrorregionais e estaduais, observando as áreas apontadas para uso turístico e a interseção com o uso agropecuário e demais atividades econômicas e suas proposições de intervenções e restrições;
- o Mapa de Áreas Prioritárias para Conservação, Uso Sustentável e Repartição dos Benefícios da Biodiversidade nos biomas brasileiros; observando orientações importantes de regiões geográficas para a elaboração de projetos para a conservação, uso sustentável e recuperação/restauração da biodiversidade brasileira;
- o Sistema Nacional de Unidades de Conservação e a Política de Áreas Naturais Protegidas, observando a potencialidade de aproveitamento turístico das UCs e das áreas de entorno, terão avaliadas as condições previstas nos Planos de Manejo e nos Programas de Uso Público;
- o Sistema de Cadastramento Rural (SICAR); observando nas propriedades rurais as áreas florestais e as áreas para recuperação florestal, sejam as áreas de Preservação Permanente (APP) e/ou Reservas Legais (RL), possibilitando verificar importantes áreas de conectividade e potenciais para manejo florestal e utilização turística;
- os Territórios Quilombolas, observando sua potencialidade turística e onde houver, os Planos de Gestão Territorial e Ambiental;
- os territórios onde exista produção extrativista, principalmente onde haja os APL extrativistas mais estruturados, observando as organizações sociais e suas capacidades para produção e comercialização dos produtos da sociobiodiversidade, favorecendo o acesso aos mercados diversificados, como o de Turismo;
- os territórios onde exista produção agroecológica e orgânica, observando as organizações sociais e suas capacidades para produção e comercialização dos produtos, favorecendo o acesso aos mercados diversificados, como o de Turismo;
- o Mapa do Turismo do Programa de Regionalização, observando a organização regional e o estágio de desenvolvimento turístico dos municípios, conforme critérios adotados pelo programa;
- os diagnósticos da oferta turística, apresentados nos planos estaduais/regionais, observando principalmente os inventários e a hierarquização de atratividade da oferta;
- as Áreas e Locais de Interesse Turístico (a depender da regulamentação e da instituição destas áreas).

4.2. Definir uma escala para implementação da estratégia a médio prazo, estabelecendo critérios de priorização para seleção dos destinos turísticos.

## **5. Diretrizes para o Planejamento**

5.1. Elaborar Plano de Ação para implementação da Estratégia de Turismo para o Desenvolvimento Rural Sustentável, e integrá-lo às ações do Programa de Regionalização, adequando e alinhando-o com os planos regionais, levando-se em consideração a seleção de destinos e as prioridades de ação, conforme:

- especificidades por segmentos (rural - agro familiar ou não), ecoturismo, aventura e turismo de base comunitária);
- o ordenamento territorial agroambiental e turístico;
- inventário e hierarquização da oferta nestas áreas de relevância;
- dinâmica dos fluxos turísticos e estudos de demanda efetiva e potencial.

5.2. No âmbito do PRODETUR, definir estratégia para priorização de projetos com base em: (i) ordenamento territorial agroambiental e turístico;(ii) análise da relação da oferta e demanda para seleção de destinos e modelos de projetos estaduais/regionais /municipais. Os projetos a serem financiados pelo PRODETUR devem estar alinhados a uma estratégia nacional que considere a potencialidade da oferta turística, integrando critérios de hierarquia de atratividade conjuntamente com os critérios da Regionalização que tratam de fluxo de demanda e capacidade de hospedagem dos municípios. Desta forma para fomento ao turismo no meio rural, aos destinos a serem priorizados, também devem considerar a segmentação e o perfil de produtos, orientando os estados e os comitês regionais na elaboração dos planos e projetos de desenvolvimento turístico.

5.3. Utilizar as Áreas e Locais de Interesse Turístico (a serem normatizadas e instituídas) na composição dos vários instrumentos de planejamento ambiental e territorial em âmbito nacional, estadual e municipal.

5.4. O PRODETUR deverá priorizar ações para a gestão ambiental dos destinos turísticos, garantindo recursos para investimentos em projetos de recuperação e conservação de áreas naturais de interesse turístico, avaliação e monitoramento da visitação e infraestrutura para saneamento ambiental;

5.5. Priorizar no âmbito das ações de planejamento e monitoramento, o cumprimento das estratégias e ações para a internalização do ODS, de suas metas e indicadores nos Planos estaduais/regionais e municipais de turismo.

5.6. Em regiões com potencialidade turística e que tenham vulnerabilidade climática para a produção agropecuária, aplicar planos com uso de metodologia de adaptação às mudanças climáticas com base em ecossistemas, a partir de uma abordagem territorial e participativa, com vistas a salvaguardar a potencialidade natural para o turismo, considerando o turismo como alternativa econômica frente as adaptações climáticas e restrições de produção agrícola sazonal.

## **6. Diretrizes para preservação e conservação dos serviços ambientais**

Como forma de promover a internalização de valores ecossistêmicos, nas políticas e modelos de produção agropecuária, florestal e de turismo, cabe as seguintes proposições, visando incorporar os custos dos ativos ambientais na produção econômica, como forma de garantir a preservação dos serviços ambientais e dos atrativos naturais que compõe o produto turístico e criar salvaguardas para a qualidade ambiental da paisagem, na qual o destino turístico está inserido.

[Digite aqui]

6.1. Adequar normas e procedimentos quanto ao uso turístico dos recursos naturais para garantir a sua conservação, manutenção da qualidade da visitação e serviços ecossistêmicos.

6.2. Implementar mecanismos de avaliação e monitoramento do impacto da visitação e da satisfação do visitante.

6.3. Promover a integração dos Órgãos Estaduais de Turismo e de Meio Ambiente, no sentido de compartilhar esforços para explorar a potencialidade e o aproveitamento turístico para as áreas florestais a serem recuperadas nas propriedades rurais, no âmbito dos Programas de Regularização Ambiental (PRA) e das ações do PLANAVEG. Esta ação poderá significar incentivo ao uso econômico, porém não agropecuário à estas áreas, podendo contribuir inclusive para evitar o desmatamento legal.

6.4. Promover a integração do Plano Nacional de Turismo com o Plano de Ação para Prevenção e Combate ao Desmatamento na Amazônia (PCDAM) e Plano de Ação para Prevenção e Combate ao Desmatamento no Cerrado (PPCerrado) para a implementação da linha de fomento às atividades sustentáveis, por meio da articulação dos órgãos dos Sistemas Nacionais de Turismo e de Meio Ambiente, no sentido de compartilhar esforços para alinhar a potencialidade e o aproveitamento turístico nas áreas florestais remanescentes e a serem recuperadas.

6.5. Incentivar a promoção de compensações aos proprietários rurais pela conservação dos bens e serviços ambientais, de acordo com Princípio Provedor Receptor (PPR), por exemplo, pagamento por serviços ambientais, por meio de programas de transferência condicionada de renda ou programas que assumam parte dos custos da adoção de práticas de conservação do solo, água, florestas e paisagem.

\* Ressalta-se que o turismo pode ser considerado um mecanismo de mão dupla, ou seja, as ações para estruturação do turismo sustentável podem ser financiadas por estes recursos de compensações, como forma de proteção e uso sustentável dos serviços ambientais, assim como a renda proveniente do turismo, pode ser considerada como recursos arrecadados diretamente para o financiamento das práticas de conservação.

\* Realizar essa diretriz de forma coletiva, envolvendo um grupo de propriedades rurais em um mesmo território, a exemplo dos consórcios regionais em regiões de micro bacias; fundamentado na necessidade de dar maior efetividade da conservação ambiental e na otimização de esforços e recursos para a gestão e o monitoramento.

## **7. Diretrizes para aprimoramento do arcabouço legal**

7.1. Revisar a legislação que define as Áreas Especiais e Locais de Interesse Turístico (Lei Federal No.6.513/77 e Decreto No.86.176/81), para salvaguardar os atrativos naturais e culturais e possibilitar o ordenamento territorial para o turismo e a estruturação da oferta nas ações de planejamento.

7.2. Reorientar normativas e procedimentos para destinação das Áreas Especiais de Interesse Turístico (AEIT) no âmbito do acordo com a Secretaria do Patrimônio da União (SPU), destinadas a regular o mercado da terra e água, visando controlar a especulação financeira e garantir os direitos territoriais e de acesso à terra, bem como os recursos naturais por parte dos povos indígenas e comunidades tradicionais.

[Digite aqui]

7.3. Revisar a Lei do Turismo, afim de favorecer a formalização de empreendimentos coletivos para prestação de serviços turísticos.

7.4. Aprimorar a regulamentação específica para normatização de atividades do Turismo Rural, no que tange a área trabalhista, previdenciária, sanitária e tributária.

## **8. Diretrizes para estruturação da oferta turística**

8.1. Estimular e incentivar proprietários rurais/agricultores familiares e organizações de comunidades extrativistas a desenvolver produtos e serviços para visitação turística, no sentido de dar aproveitamento e uso sustentável dos recursos naturais e paisagísticos para estruturação de produtos para o turismo de forma a agregar valor para a atividade produtiva rural e extrativista, de forma consorciada e integrada regionalmente.

8.2. Estimular e incentivar proprietários rurais/agricultores familiares a desenvolver produtos e serviços para visitação turística no sentido de conhecer as práticas ambientais e sustentáveis adotadas pela propriedade na produção rural.

8.3. Promover a avaliação da oferta turística em escala nacional, a partir dos inventários em escala municipal/regional e realizar a hierarquização da atratividade em abordagem regional/estadual e nacional. E integrar este critério da oferta ao Programa de Regionalização e promover o alinhamento estratégico com os demais programas do MTur - PRODETUR, Qualificação e Marketing.

8.4. No âmbito do ACT para promoção do Ecoturismo nas Unidades de Conservação Federais, ampliar o escopo para promoção de outros segmentos, conforme potencialidade das áreas e destinos do entorno. E considerar na estratégia de implementação, a priorização de UCs e destinos localizados no meio rural.

8.5. No âmbito do ACT para promoção do Ecoturismo nas Unidades de Conservação Federais, considerando a promoção de outros segmentos, priorizar além dos Parques Nacionais reconhecidos como referência de destinos turísticos, as Áreas de Preservação Ambiental (APAs), os Mosaicos de UCs, e os Corredores Ecológicos localizados no meio rural, dadas as suas características de planejamento e manejo, que favorecem o uso sustentável dos recursos e sua excepcional potencialidade para o turismo, devido a atratividade da paisagem e de outros atributos naturais e culturais, objetos de conservação nestas unidades.

8.6. Promover o Turismo nas UCs estaduais e áreas e do entorno, a exemplo dos objetivos do ACT para promoção do Ecoturismo nas Unidades de Conservação Federais, ampliando e fortalecendo a articulação com estados, no sentido de estabelecer parceria entre os órgãos de estado de Meio Ambiente e de Turismo.

8.7. Promover o incentivo ao Turismo nas Reservas Particulares de Proteção Natural (RPPN), inseridas em destinos turísticos do meio rural.

8.8. Promover a participação do MTur nos fóruns sobre Territórios Quilombolas. Elaborar estratégia diferenciada para desenvolvimento do turismo nestes territórios localizados no meio rural, que detém potencialidade turística. E incluir a agenda do turismo nos Planos de Gestão Ambiental e Territorial.

[Digite aqui]

8.9. Realizar estudo sobre rede modal de transporte com vistas a qualificar o acesso aos destinos em território rural, possibilitando realizar investimentos na melhoria das condições e integração das malhas rodoviárias, ferroviária e aérea.

8.10. Promover pesquisas, difusão e adoção de tecnologias limpas para empreendimentos turísticos.

## **9. Diretrizes para financiamento e crédito**

9.1. Promover ação de articulação e mobilização dos agentes financeiros do FUNGETUR para favorecimento do crédito aos empreendimentos nos destinos no meio rural de forma alinhada aos planos regionais/municipais, aos investimentos do PRODETUR e conforme estratégia de ordenamento territorial agroambiental e turística para o meio rural.

9.2. Aprimorar as linhas de crédito do FUNGETUR para atendimento aos empreendimentos coletivos e a realização de investimentos que envolvam qualificação dos serviços turístico, em especial desenvolvimento de produtos/roteirização, gestão da visitação e pequenas obras e instalação de equipamentos.

9.3. Promover a articulação com Secretaria Especial de Agricultura Familiar e Desenvolvimento Agrário (SEAD)/Casa Civil para integração das políticas de crédito por meio do PRONAF – Agroturismo/microcrédito rural.

9.4. Promover articulação com Fundo Clima /MMA para estudo de viabilidade e elaboração de projetos para financiamento de iniciativas para implementação de estratégia de turismo sustentável no meio rural.

## **10. Diretrizes para a Qualificação**

10.1. Realizar programas de sensibilização, formação de lideranças e de capital social para o turismo de base local e fortalecer as organizações sociais.

10.2. Promover campanhas de incentivo, mobilização e capacitação para formalização de empreendimentos turísticos em propriedades rurais e demais empreendimentos dos destinos localizados no meio rural e seu registro no CADASTUR.

10.3. Elaborar estratégia de qualificação e capacitação continuada com base na análise de demandas apontadas nos planos regionais/municipais, que possa ser implementada em destinos do meio rural, considerando o perfil diferenciado dos segmentos, de maturidade dos destinos e com ações direcionadas a diferentes públicos beneficiários- gestores públicos, empreendedores e prestadores de serviço.

10.4. Promover parceria com instituições como universidades de turismo estaduais, núcleos de agroecologia, SENAR, entre outros, para formação de multiplicadores em temas relacionados ao turismo aplicados ao contexto do rural.

10.5. Promover a integração de ações de qualificação para o turismo, voltadas às organizações extrativistas no âmbito do PLANAFE, que possam ser aplicadas aos territórios dos APLs extrativistas localizados no meio rural.

10.6. Promover a integração de ações de qualificação para o turismo, voltadas às organizações de agricultores agroecológicos no âmbito do PLANAPO, que possam ser aplicadas aos territórios, onde haja produção agroecológica e destinos potenciais ou consolidados localizados no meio rural.

[Digite aqui]

10.7. Promover parceria com os estados e entidades de Assistência Técnica Rural (ATER) para planejamento de programa de ATER Turismo; que vise a integração do tema turismo como negócio agregado às atividades produtivas rurais e extrativistas.

### **11.Diretrizes para o marketing e apoio à comercialização**

11.1. Realizar estudo para seleção de destinos rurais por segmentos a serem priorizados nas ações e campanhas para promoção turística em escala estadual, nacional e internacional.

11.2. Priorizar no âmbito das pesquisas, aquelas que permitam a avaliação dos mercados alvo por segmentos turísticos aplicados em escala regional.

11.3. Promover iniciativas para inclusão de produtos/destinos de referência do meio rural em feiras e eventos nacionais e internacionais.

11.4. Elaborar estratégia de promoção que induzam o turismo regional doméstico.

11.5. Realizar estudo para integração de temas relativos à sustentabilidade, cultura e sociobiodiversidade como relevantes para posicionamento da Marca Brasil.

11.6. Mapear, incentivar e fortalecer redes de rotas turísticas regionais, no território rural.

11.7. Apoiar a exposição e vendas de produtos advindos da produção agroecológica e extrativista nas feiras de turismo e a promoção de destinos e produtos turísticos rurais, nas feiras de comercialização de produtos agroextrativistas, agroecológicos e orgânicos.

11.8. Apoiar centros de comercialização de produtos associados do turismo rural.

## **PARTE III (Momento Estratégico)**

### **10.Fatores relevantes do contexto para inserção da Estratégia de Turismo para o Desenvolvimento Rural Sustentável na agenda governamental**

Para finalizar a construção destes subsídios e diretrizes para uma Estratégia de Turismo que contribua para o desenvolvimento rural sustentável, é preciso refletir sobre as possíveis influências do contexto sobre a viabilidade de torná-la efetiva.

O momento estratégico, segundo Matus, é saber se as viabilidades a considerar propiciam a realização do programado e, se não, como ajustar o plano às circunstâncias. Aqui verifica-se a disponibilidade acerca dos recursos necessários para realizar aquelas ações naquele momento e se é oportuno atuar. Os recursos podem ser de várias ordens: políticos, econômicos, legais, organizacionais, comunicacionais, assim como pelo poder determinado na manifestação dos atores relevantes em jogo.

Conforme exposto na metodologia, neste tópico serão apresentados elementos de viabilidade, oportunidades e restrições para implementação da Estratégia. Devem ser identificados os fatores relevantes de contexto que podem favorecer e os que podem comprometer o

[Digite aqui]

desenvolvimento das ações. Este é um dado importante da realidade da Estratégia e do Plano de Ação, o qual irá permitir conhecer a sustentabilidade das hipóteses assumidas na sua estruturação lógica para o alcance de resultados. É importante ter em mente que a apreciação sobre os fatores de contexto deve ser continuamente atualizada.

### **10.1. Contexto favorável**

Foram identificados como fatores para um contexto favorável, elementos que refletem tendências de mercado para o consumo sustentável e para o incremento de viagens. E elementos que compõe as agendas políticas específicas da área ambiental e da área de turismo.

A constatada tendência de expansão de mercado é fundamental para gerar a confiança de crescimento do setor do turismo no país. Um dos fatores aliados ao consumo sustentável traz a perspectiva, mesmo que a médio e longo prazo, de abertura e ampliação de demanda que deseja consumir e vivenciar o que o turismo sustentável pode proporcionar, ainda mais quando tratamos dos segmentos aqui propostos, de forma agregada a produção agroextrativista e agroecológica. Em essência há um encontro entre os anseios de um nicho de mercado que cresce com os conceitos preconizados pelas viagens relacionadas ao turismo responsável.

No contexto ambiental evidencia-se a importância da interligação com as políticas globais de desenvolvimento sustentável e de conservação ambiental, as quais o Brasil tem papel preponderante, em destaque para aquelas que respondem aos compromissos assumidos no contexto das convenções e acordos internacionais, afetos ao atendimento dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS), às Mudanças do Clima e à Conservação da Biodiversidade, uma vez que os instrumentos relativos à implementação destas políticas em âmbito nacional podem ser oportunizados para a conformação de um cenário promissor de incentivo ao turismo sustentável, principalmente quando se trata de construir parcerias para implementação de projetos, mesmo que em pequena escala para experimentações de caráter piloto e de criar possibilidades para captação de recursos por meio dos mecanismos de financiamento, que visam cumprir os objetivos e metas; que por meio do turismo sustentável podem ser atendidas.

No contexto do turismo, ressalta-se o pacote de medidas Brasil + Turismo, a revisão da Lei do Turismo e a proposta de transformação da EMBRATUR em Agência; fatores estes que podem impulsionar o setor e de certa forma contribuir para a melhoria da estrutura política, institucional-legal e no fortalecimento do ambiente de negócios, mesmo que estes fatores; não sejam diretamente direcionados ao perfil de segmentos turísticos, de beneficiários, e do território que compõe a estratégia.

#### Tendências de crescimento do consumo sustentável

Até muito recentemente as empresas queriam uma marca forte com preços baixos, sem importar com as condições do processo de produção. Seguindo as transformações globais, os padrões de consumo vêm se alterando, trazendo uma nova visão mais consciente; o consumo sustentável. Também chamado de consumo responsável ganha novos contornos e vai muito além da preocupação ambiental envolvendo valores humanos. O consumidor passa a ter uma compreensão mais abrangente da cadeia produtiva, preocupando-se com questões

como sustentabilidade, autenticidade e transparência ao longo de todo o processo. Assim, os negócios reinventam conceitos e agregam valor social e ambiental aos produtos, para ganhar mais competitividade.

Segundo pesquisa feita por Dom Strategy Partners<sup>62</sup> em 2016, o policiamento social é a tendência de consumo consciente mais lembrada pelos executivos, sendo citada por 88% dos 137 entrevistados, entre 300 companhias. Além disso, 85% assumiram ter uma perspectiva de real adoção dessa tendência nos próximos três anos. Destacando o controle de origem dos insumos, a logística reversa, a produção compartilhada e a precificação de externalidades e serviços ecossistêmicos. O autor da pesquisa e CEO da DOM Strategy Partners, acredita que as empresas precisam entender que as vantagens são inúmeras, desde satisfação e admiração de clientes e consumidores, até ganhos de eficiência e performance operacional, melhor integração com a cadeia de suprimentos, novas oportunidades de negócio e novos mercados de atuação, novos perfis de consumidores, lançamentos de novos produtos, categorias e inovações, alinhamento com a expectativa dos stakeholders, satisfação dos funcionários, melhoria da imagem institucional, contribuição para os desafios da sustentabilidade e fortalecimento da licença social para operar, dentre outros.

O Consumo sustentável é uma das dez grandes tendências globais de consumo que se irão verificar na próxima década – o consumo no futuro estará alinhado com o progresso e com o desenvolvimento sustentável das empresas e será um reflexo da mudança do comportamento de compra dos consumidores.<sup>63</sup> Segundo estudo<sup>64</sup>, 66% dos clientes estão dispostos a pagar valores mais elevados por produtos e serviços de empresas que retribuem à sociedade.

A Organização Não Governamental Nature Conservancy, consultou ambientalistas para listar 12 tendências globais, entre as quais vale destacar o investimento financeiro de impacto, termo criado há dez anos para denominar ações que trazem benefícios à sociedade e ao meio ambiente ao mesmo tempo em que geram lucro. No início, iniciativas menores apostaram nesse tipo de negócio, mas agora começou a atrair grandes fundos de investimentos. Caso a tendência persista, os investimentos privados podem diminuir o déficit estimado de US\$ 300 a US\$ 400 bilhões existente nas necessidades globais de conservação.<sup>65</sup>

O processo de engajamento dos consumidores segue em ascensão em todo o mundo. Estudo<sup>66</sup> revela que quase seis em cada 10 consumidores da América do Norte (56%) e da Oceania (54%) admitem ter preferido produtos de empresas socialmente responsáveis. Na Europa, 29% alegaram o mesmo comportamento, contra 24% na Ásia e África, e 11% na América do Sul. Na outra direção, o chamado consumo de retaliação, caracterizado por um espírito de boicote, também segue em alta, confirmando a maior valorização do tema e colocando o assunto na agenda mundial.

---

<sup>62</sup> Empresa de consultoria estratégica. <http://dom-ecc.com.br/dom-strategy-partners-mostra-as-tendencias-de-consumo-consciente-na-visao-dos-ceos/>

<sup>63</sup> Pesquisa realizada pelo Instituto de Estudios Superiores de la Empresa (IESE); a escola de negócios da Universidade de Navarra, na Espanha. <http://www.nielsen.com/br/pt/insights/news/2015/Escolhas-sustentaveis-Como-empresas-socialmente-responsaveis-lucram-com-isso.html>

<sup>64</sup> Pesquisa Global on line da Nielsen, 2015. <http://www.nielsen.com/br/pt/insights/news/2015/Escolhas-sustentaveis-Como-empresas-socialmente-responsaveis-lucram-com-isso.html>

<sup>65</sup> <https://catracalivre.com.br/geral/cidadania/indicacao/as-tendencias-para-2018-que-podem-tornar-o-mundo-mais-sustentavel/>

<sup>66</sup> Monitor de Responsabilidade Social 2009, estudo realizado desde 1999 pela Market Analysis, em parceria com o Instituto Globescan (Canadá). <http://www.ideiasustentavel.com.br/tendencia-para-o-consumo-consciente/>

[Digite aqui]

No Brasil, o movimento ainda se encontra em estágio inicial. No entanto, estima-se que um em cada três brasileiros já tenha praticado, em algum momento, consumo responsável.

De acordo com pesquisa<sup>67</sup>, verificou-se uma evolução significativa na consciência ambiental dos brasileiros, pelo indicador da percepção sobre os problemas ambientais no Brasil, na sua cidade ou no seu bairro. E porque conceitos como “desenvolvimento sustentável”, “consumo sustentável” ou “biodiversidade” já fazem parte do repertório de muitos brasileiros. Porém, em relação ao consumo, de um modo geral, os brasileiros ainda possuem hábitos bastante prejudiciais ao meio ambiente, sobretudo no descarte incorreto.

Conferências, convenções e acordos das Nações Unidas vêm atuando ao longo das últimas décadas para que os países busquem uma transformação em direção a um modelo de desenvolvimento que considere o meio ambiente, possibilitando o crescimento econômico aliado à conservação dos recursos naturais. A Rio-92, trouxe a ideia de justiça econômica para a relação entre as empresas e os que estão ao seu redor. Hoje, é uma realidade como influência no sucesso de um negócio. Em meados da década de 1990, a adoção voluntária de práticas sustentáveis como a Produção Mais Limpa (P+L) ou de normas certificadoras como a ISO 14.001 sinalizavam ao mercado o estágio de maturidade de gestão ambiental de uma empresa e, portanto, seu diferencial de competitividade.

O Processo de Marrakesh, iniciativa do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA) visando dar aplicabilidade ao conceito de Produção e Consumo Sustentáveis (PCS), levou países a desenvolverem seus planos de ação. Na Rio+20, os países fortaleceram o comprometimento em acelerar a transição para novos padrões de produção e consumo com a adoção do Programa de 10 anos de Produção e Consumo Sustentáveis (10YFP, 10-Year Framework of Programmes on Sustainable Consumption and Production Patterns). O Brasil lançou seu Plano de Ação para Produção e Consumo Sustentáveis (PPCS) em 2011, que pretende ser um catalisador dos esforços já empreendidos pelas empresas e um promotor de inovações com o foco na sustentabilidade. A maior observância aos quesitos socioambientais se deve, em parte, às novas exigências legais e normativas, mas também às exigências do mercado e às ações voluntárias, cientes de sua responsabilidade socioambiental, levando em consideração, em última instância, seu impacto no planeta.

### Tendências de crescimento da demanda turística

Em 2017, o turismo mundial superou as expectativas de crescimento, com 1.322 bilhão de viajantes internacionais, o que significa um aumento de 7% com relação a 2016, representando o melhor resultado em sete anos (OMT, 2018). As Américas receberam 207 milhões de turistas internacionais, crescimento equivalente a 3%, sendo a América do Sul (+ 7%) com o melhor resultado. Para 2018, a expectativa é que o número de turistas continue em expansão, embora em

---

<sup>67</sup> Ministério do Meio Ambiente. O que o brasileiro pensa do meio ambiente e do consumo sustentável: Pesquisa nacional de opinião: principais resultados. SAIC/MMA. Rio de Janeiro: Overview, 2012.

[Digite aqui]

um ritmo menor, a uma taxa de 4% a 5%, acima do projetado pela OMT para o período 2010-2020 (aumento médio de 3,8%). A Europa e as Américas devem crescer cerca de 3,5% a 4,5%, respectivamente. E, até 2030, a OMT prevê que o número de turistas internacionais atingirá a marca de 1,8 bilhão (PNT,2018).

No Brasil, a participação direta do turismo na economia foi de US\$ 56,8 bilhões em 2016, o equivalente a 3,2% do PIB. Já a contribuição total do setor foi de US\$ 152,2 bilhões, 8,5% do PIB Nacional. A WTTC estima um crescimento de 3,3% até 2027, chegando à contribuição total do setor na economia em 9,1% do PIB, o equivalente a US\$ 212,1 bilhões (PNT,2018).

De acordo com pesquisa encomendada pelo Ministério do Turismo a FIPE, com mais de 35 mil visitantes internacionais; viajar para o Brasil superou ou atendeu plenamente as expectativas de 88,3% dos turistas internacionais que desembarcaram no país em 2017. Trata-se do maior índice desde 2013. A experiência positiva fez com que 95,6% dos entrevistados tenham a intenção de retornar ao país. Segundo o levantamento, o Brasil recebeu 6.588.770 de turistas internacionais, recorde histórico superior, inclusive, aos números obtidos na Copa do Mundo e Jogos Olímpicos. No entanto, o litoral brasileiro segue sendo o grande atrativo para os visitantes internacionais, confirmando a motivação principal pelo turismo sol e praia dos viajantes que vieram a lazer. Mas vale destacar que outros segmentos como o ecoturismo e aventura que já respondem (16,3%) e cultura (9%) da motivação (Agência de Notícias MTur, Maio/2018).

No âmbito do mercado doméstico, de acordo com as análises da OMT, calcula-se que o turismo interno é dez vezes maior que o volume do turismo internacional. Nos últimos anos, a utilização do transporte aéreo no Brasil apresentou um crescimento excepcional. Em 2015, por exemplo, o número de desembarques domésticos mais que dobrou (97,8 milhões), em comparação com os resultados de 2006 (46,3 milhões). Em 2016, após sete anos de crescimento, o indicador apresentou redução (7,8%), em virtude da crise econômica. Já em 2017, o número de desembarques de passageiros nos aeroportos brasileiros voltou a crescer e registrou um aumento de 2,1% em relação ao ano anterior. O mercado doméstico é a mola propulsora do turismo brasileiro. Em 2016, foram realizadas em torno de 200 milhões de viagens domésticas, segundo estimativa do MTur. Os gastos realizados nessas viagens representam 93,5% do PIB do setor de viagens e turismo no Brasil, enquanto que as internacionais contribuem com 6,5% (WTTC). Para se ter uma ideia da dimensão e do potencial do mercado doméstico, atualmente, somente 60 milhões de brasileiros, menos de um terço da população, viajam pelo país. Outros 40 milhões têm potencial para viajar, se alguns ajustes forem feitos para tornar o mercado mais competitivo, como por exemplo; o aumento da oferta de voos e rotas, uma das medidas previstas no pacote de medidas Brasil + Turismo.

Cabe ressaltar um fator favorável de competitividade do Brasil. O último relatório do Fórum Econômico Mundial (WEF), intitulado The Travel & Tourism Competitiveness Report (TTCR), realizado em 2017, colocou o Brasil na 27ª colocação num ranking de 136 países analisados, avançando 32 posições em 10 anos e destaca o Brasil como o número um do planeta no quesito diversidade de recursos naturais, além de se destacar como 8º classificado no item recursos culturais.

[Digite aqui]

## Agenda ODS

A Agenda 2030 para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, deve ser considerada neste TCC, para o debate desta Estratégia, uma vez que significa o compromisso brasileiro frente a esta agenda internacional de maior importância para o planejamento e a gestão das políticas públicas, na qual vale destacar o papel preponderante do Ministério do Meio Ambiente para a sua implementação no país. Historicamente, o compromisso com esta agenda está ligado com os resultados da conferência RIO+20 em 2013, mas as negociações se iniciaram em 2015, contemplando as etapas de negociação, internalização e interiorização.

A agenda ODS no Brasil está adequando as metas globais para a realidade nacional e pretende definir indicadores nacionais. Este processo tem como intuito identificar lacunas, verificar a suficiência e/ou aprimoramento de políticas públicas para atender as metas dos objetivos. E assim subsidiar o arranjo de governança recentemente criado em 2016, envolvendo a Comissão Nacional e as Câmaras Temáticas que visam promover a integração e cooperação dos ministérios para implementação de ações que aprimorem o processo de gestão para alcance dos ODS. Espera-se aperfeiçoar o Plano Plurianual (PPA) com base nos ODS, racionalizar a aplicação de recursos para o alcance das metas ODS e desenvolver sistema de informações para acompanhamento das políticas públicas e metas ODS.

No âmbito do MMA, de acordo com representante da SECEX/DGE, em fala durante a Visita Técnica dos alunos da EPED/ENAP, em novembro de 2017, já foram concluídas como referência piloto, pelo Ministério do Planejamento, as seguintes etapas: 1º) mapeamento ODS no planejamento estratégico e no PPA; 2º) validação com os ministérios e 3º) identificação da vinculação das metas ODS nos Programas e Ações ministeriais. O MMA integra 390 iniciativas no PPA, envolvendo todas as dimensões do ODS, e seus 17 objetivos, com exceção do objetivo 16; destacando sua atuação mais evidente para ODS 01 – Erradicação da Pobreza, 02 – Fome Zero e Agricultura Sustentável, 12- Consumo e Produção Sustentável, 14 – vida na água, e 15 – vida Terrestre.

Os ODS no âmbito do Turismo, como dito, está inserido como proposta no PNT de forma a desenvolver políticas de turismo responsável nos níveis estadual, regional e municipal, tomando como base os princípios de sustentabilidade dispostos na Lei do Turismo e de forma alinhada a Agenda 2030, para os ODS, especialmente dos ODS 8 – emprego digno e crescimento econômico, 12- consumo e produção responsáveis e 14 - vida na água, onde o turismo, foi incluído como meta. Para tanto, pretende-se estimular a adoção da boa governança, a criação de marcos legais e a adoção de estratégias e planos de ação.

## Agenda Clima

A agenda de Mudanças do Clima, por se tratar de um tema altamente relevante não somente para o MMA, mas do estado brasileiro, deve ser inserida neste TCC, como abordagem central da Estratégia de Turismo Sustentável para o meio rural.

O Acordo de Paris trouxe concretamente os problemas advindos do aumento da temperatura do planeta, a necessidade da adaptação da economia mundial e da sociedade como um todo frente à mudança do clima. E destacou os compromissos de todos os países, porém com

[Digite aqui]

contribuições diferenciadas. A proposta de mitigação pela Contribuição Nacional Determinada (NDC) do Brasil, não tem mais a definição específica de metas por setor e contempla a diminuição de 37% das emissões de GEE, para 2025 e indicativo de 43% até 2030, para todo o conjunto da economia, com base em cenário real e inventário. Neste sentido, o governo deve enfrentar este desafio focando principalmente seus esforços para o combate ao desmatamento, especialmente na região da Amazônia e no Cerrado.

Além das ações para mitigação, tem-se o Plano de Adaptação (PNA), que visa diminuir a vulnerabilidade diante dos riscos das alterações climáticas. O PNA recentemente elaborado de forma participativa pelo MMA, abrange 11 setores, e se torna importante ferramenta para atuação e inovação tecnológica das empresas e para diminuição dos riscos pelos investimentos públicos. No entanto, o setor do Turismo não está contemplado.

De acordo com representante do MMA, em fala durante a Visita Técnica dos alunos da EPED/ENAP em Novembro de 2017; a estratégia de financiamento das ações previstas para Adaptação não prevê financiamento com recursos públicos e não está condicionada ao apoio externo, mas sim em ampla parceria com o setor privado que deve enxergar essa necessidade de mudança e transformação dos atuais modelos de desenvolvimento como oportunidades para novos “negócios sustentáveis”, com exceção do setor florestal, que conta com a Estratégia Nacional por Redução das Emissões por Desmatamento e Degradação (ENREED +), na qual o governo federal tem estruturado esforços e pretende aprimorá-los, com enfoque em ações coordenadas de prevenção e controle do desmatamento e da degradação florestal, a promoção da recuperação florestal e o fomento ao desenvolvimento sustentável. Como forma de viabilizar todo o conjunto de iniciativas para atendimento aos compromissos internacionais assumidos pelo Brasil, deve-se estimular importantes instrumentos econômicos, entre os quais, destaca-se: acesso ao crédito para manejo florestal sustentável, títulos verdes, compra públicas sustentáveis, conformidade ambiental para financiamentos, a exemplo do Cadastro Ambiental Rural (CAR) e os Pactos Setoriais, a exemplo da soja e carne, entre outros.

Ressalta-se a orientação apresentada no Plano Nacional de Turismo, para que hajam esforços no sentido de promover o alinhamento com a Agenda climática; dada a necessidade de o Turismo buscar o enfrentamento às mudanças do clima, seja pela necessidade de criar condições para que o setor não contribua para o agravamento da situação, seja por prevenir e adaptar os destinos turísticos aos efeitos destas mudanças.

Neste contexto, cumpre destacar ainda, conforme apresentado no PLANAFE, que em virtude dos estilos de vida dos Povos e Comunidades Tradicionais baseados, sobretudo, no uso e no manejo sustentado dos recursos naturais e da diversidade biológica das áreas em que vivem, receia-se que os impactos da mudança do clima sejam precoces e severos sobre as culturas e seus territórios. Essa maior exposição e sensibilidade à mudança do clima está parcialmente associada ao fato de que muitas comunidades podem estar localizadas em ecossistemas frágeis, sujeitos a extremos climáticos e a transformações espaciais aceleradas, principalmente por atividades antrópicas e modelos de desenvolvimento insustentáveis. Contudo, os povos e comunidades tradicionais que vivem no meio rural, também são observadores das dinâmicas e transformações ambientais, impactos e tendências relacionados a estas, como parte integral de seus modos de vida.

Assim, a arquitetura definida internacionalmente busca recompensar as sociedades engajadas na redução do desmatamento e da degradação, bem como na conservação de áreas

[Digite aqui]

florestais, através de pagamentos por resultados já obtidos pelo país, o que o possibilita decidir, soberanamente e em diálogo com a sociedade, onde e de que forma esses novos recursos devem ser aplicados. No Brasil, a apropriação desse instrumento dá-se pela ENREDD+, que busca (i) coordenar e otimizar a implementação de políticas públicas que auxiliem no alcance de resultados de redução de emissões de GEE, promovendo a convergência e complementaridade entre políticas de florestas, mudança do clima e biodiversidade; (ii) responder aos requisitos internacionais de comprovação da redução das emissões; e (iii) mobilizar recursos de pagamentos por resultados de REDD+ e possibilitar o investimento em políticas e iniciativas de conservação da floresta, gerando um círculo virtuoso de proteção das florestas. Como parte dos esforços integrados de políticas de mudança do clima no Brasil, tanto a ENREDD+, quanto o PNA, possuem ações específicas junto aos povos e comunidades tradicionais do país.

### Agenda de Biodiversidade

O Brasil é signatário da Convenção sobre Diversidade Biológica (CDB), criou uma Política Nacional de Biodiversidade (PNB), e a Estratégia e Plano de Ação Nacionais para a Biodiversidade (EPANB), que busca definir o curso de ação para o alcance da conservação e uso sustentável dos recursos fundamentais que sustentam e garantem resiliência à sociedade e à economia nacional: a biodiversidade, o equilíbrio entre seus componentes, e os serviços ecossistêmicos resultantes, por meio de cinco objetivos estratégicos e as 20 Metas Nacionais de Biodiversidade 2016-2020. (MMA, 2018)

O turismo dialoga com a EPANB e está incorporado em 5 metas, visto como veículo: (i) para disseminar o conhecimento dos valores da biodiversidade; (ii) como incentivo à conservação e uso sustentável de biodiversidade; como medidas de produção e consumo sustentáveis para mitigar ou evitar os impactos negativos da utilização de recursos naturais; (iii) para práticas de manejo sustentáveis de forma associada a agricultura, pecuária, aquicultura, silvicultura, extrativismo, manejo florestal e da fauna, assegurando a conservação da biodiversidade; (iv) para a conservação de Unidades de Conservação e das Áreas Protegidas, como APPs, Reservas Legais e Terras Indígenas com vegetação nativa, principalmente áreas de especial importância para biodiversidade e serviços ecossistêmicos e (v) para promover a resiliência de ecossistemas e a contribuição da biodiversidade para aumentar os estoques de carbono.

Sendo incentivadas ações como: reconhecer e disseminar boas práticas de Turismo Responsável no setor; unir o segmento do turismo com os produtores rurais, para a conservação da natureza, através de mecanismo de Pagamento por Serviços Ambientais (PSA); garantir a manutenção das belezas naturais e beneficiar a economia local; promover a capacitação de comunidades locais e no entorno de Unidades de Conservação para o desenvolvimento de atividades sustentáveis, à partir, de ações de monitoria, educação ambiental e apoio à pesquisa científica; identificar, qualificar e promover produtos e serviços com vistas a valorização dos ambientes naturais e a gestão sustentável dos empreendimentos; disseminar conhecimentos sobre experiências de iniciativas sustentáveis de etnoturismo e de ecoturismo; mobilizar a comunidade local para realização do ecoturismo de base comunitária; e valorizar a paisagem estimulando o turismo rural.

### Agenda de Florestas

Acrescente-se a essas oportunidades frente às políticas ambientais nacionais para atendimento as convenções e compromissos internacionais, outra iniciativa relacionada também a agenda climática e de florestas, que permitirá de certa maneira incentivar o turismo no meio rural, uma vez que abre a perspectiva de ampliar a área de florestas na medida que está previsto a recuperação de mais de 12 milhões de hectares, no âmbito dos Programas de Regularização Ambiental das propriedades rurais. Acredita-se que em determinadas regiões, este ativo florestal poderá ser integrado a paisagem natural e salvaguardar serviços ambientais. Assim será necessário estimular atividades econômicas que conciliem a conservação e o manejo sustentável, sendo o turismo uma excelente alternativa.

Sem dúvida merece destaque especial, ainda no âmbito dos instrumentos de implementação das políticas ambientais; o Decreto 9.179/2017, que alterou o Decreto 6.514/2008 (que dispõe sobre as sanções administrativas ambientais e o seu respectivo processo) que regulamenta a possibilidade de conversão de multas em prestação de serviços ambientais nos termos do § 4º do artigo 72 da Lei 9.605/98 (Lei dos Crimes e das Infrações Administrativas Ambientais). Os descontos são de 35% e 60% e os valores deverão ser aplicados em projetos de recuperação de área degradada, educação ambiental ou regularização fundiária de UCs, por exemplo. Estima-se que o total de multas atingidas pelo Decreto totalizam quantia superior a quatro bilhões de reais. A medida não deixa de ser positiva pelas seguintes razões: i) tende a abreviar a duração dos processos administrativos ambientais, ii) tende a aumentar a arrecadação e iii) gerará benefícios diretos ao meio ambiente. E neste sentido se estes recursos forem aplicados em regiões/propriedades rurais, a qualidade ambiental e paisagística será renovada incluindo atributos potenciais para o aproveitamento turístico. Podendo inclusive avaliar possibilidades de aplicação em projetos de desenvolvimento turístico local.

### Agenda de Turismo

Por último, ressalta-se a importância dos recentes esforços do governo que busca avanços e acredita na possibilidade do turismo crescer com a série de reformas propostas pelo Plano Brasil + Turismo. Este plano é um pacote de medidas construído através de uma parceria entre o Ministério do Turismo, Embratur e empresários do setor e visa ações como a implantação do visto eletrônico, por enquanto para 4 países: Japão, Estados Unidos, Canadá e Austrália que já alcança índices de até 96,7% na emissão de E-visa em alguns casos; a regulamentação dos voos charters, que possibilitarão a entrada de 10 milhões de brasileiros no mercado de viagens; a aprovação no Senado do Céus Abertos, que vai tirar o limite de voos entre EUA e Brasil, atraindo ainda mais turistas para nosso país; e a isenção temporária de impostos para a importação de equipamentos de parques temáticos. Estas são algumas das iniciativas recentemente implantadas.

Soma-se a estas iniciativas a proposta de transformação da Embratur em agência que com a mudança do modelo de gestão do instituto, irá reforçar a promoção do Brasil no exterior; e a modernização da Lei Geral do Turismo, que vai contribuir para aumentar a presença do turista internacional do Brasil, estimular o turismo doméstico e, conseqüentemente, gerar empregos. Para alcançar as metas previstas no PNT aposta-se na melhoria do ambiente de negócios e na redução da insegurança jurídica para ampliação dos investimentos e atração de turistas para o país.

## **10.2. Contexto desfavorável**

### Fragilidades da Política Nacional de Turismo / Plano Nacional de Turismo

Não obstante todos esses aspectos mencionados contribuírem para a implementação da Estratégia de Turismo, a fragilidade da Política de Turismo exposta pela generalidade do Plano Nacional de Turismo é um fator desfavorável. Os problemas concretos não estão identificados e as propostas estratégicas, com seus respectivos planos de ação precisam ser objetivados com maior clareza. São apresentadas grandes metas, mas somente de forma quantitativa. É importante explicitar as estratégias operacionais a serem adotadas, requalificar as metas e definir os produtos, resultados e impactos esperados. Quanto a gestão, não estão postas variáveis relevantes para avaliação e monitoramento da implementação da política de forma abrangente, dos programas, e nem do desenvolvimento dos destinos no território. Os programas parecem não estar integrados e o plano não tem uma visão regional estratégica. As iniciativas são bastante setorializadas e fragmentadas. Ressalta-se a pouca integração da Política de Turismo com outras políticas sejam econômicas, sociais e ambientais. E sobretudo cumpre destacar as dificuldades orçamentárias e de capacidade organizacional centrada na deficiência de recursos para gestão das competências de responsabilidades do Ministério do Turismo frente aos desafios impostos.

A orientação posta para atingimento de metas quantitativas focadas ao aumento do número de turistas e a falta de direcionamento para uma estratégia de interiorização do turismo, que possa minimizar os impactos do turismo de massa sobrecarregado pelo turismo de sol e praia e incrementar a oferta para estruturação outros destinos e segmentos são deficiências flagrantes; e se revelam como obstáculos para o alcance dos objetivos de uma estratégia de turismo que corrobore com a desenvolvimento sustentável.

### Fragilidades das políticas integradas

Em que pese existir um clima de confiança na expectativa de crescimento do setor, a falta de uma gestão coordenada e integrada de várias agendas políticas nos vários níveis, federal, estadual e municipal, que faça com que o turismo seja reconhecido e ganhe centralidade no governo, como vetor importante da economia, não dá condições de operacionalizar uma estratégia ampla em escala nacional, o que precisa ser efetivamente encarado.

Acresça-se a isso, o fato de que são muitas lacunas políticas, institucionais, legais e financeiras que não se traduzem em instrumentos e mecanismos capazes de na prática implementar uma estratégia de turismo desta envergadura e complexidade, voltada a promover a melhoria das condições socioambientais do território rural. Os objetivos para tal, impõem uma mudança de paradigma para a tomada de decisões políticas e governamentais, exigindo amadurecimento e formação social, técnica e burocrática organizacional no âmbito das esferas da política de turismo, de meio ambiente e da agricultura, o que conseqüentemente vislumbra um processo que requer medidas imediatas para sua execução.

No que concerne à Política de Meio Ambiente é necessário mudanças na forma de atuação centrada em mecanismos de comando e controle, para construir mecanismos que avancem no sentido de promover incentivos para a construção de modelos produtivos sustentáveis.

[Digite aqui]

### Precariedade das condições das populações rurais

Um outro grande fator complicador que deve ser ressaltado, é a precariedade em que vivem as populações rurais, sobretudo dos povos e comunidades tradicionais, em muitos casos dependentes de condições básicas para sobrevivência, o que resulta em um descompasso frente as necessidades para implementação de negócios voltados a prestação de serviços turísticos.

### Crise política, econômica e social no país

Não obstante esses fatores desfavoráveis do contexto específico da agenda de turismo e meio ambiente, a possibilidade de adoção desta estratégia neste momento, em virtude da crise que o país, é baixa, sobretudo devido à baixa legitimidade dos principais dirigentes e à carência de recursos orçamentários.

O contexto político e econômico nacional não é nada promissor ao incentivo de estratégias de governos que visem o desenvolvimento sustentável, economias criativas e muito menos a atenção às populações menos favorecidas do campo. Estamos diante de uma grande crise em várias esferas. A aprovação do atual presidente Temer é uma das mais baixas da história brasileira. E no atual momento econômico do país, vive-se uma das mais severas recessões/estagnação de todos os tempos.

Esta baixa popularidade do presidente, baseia-se sobretudo na deterioração da situação social. Os dados sobre a evolução da miséria no país são gritantes. Após mais de uma década de redução, a pobreza aumentou de 7,4% da população, cerca de 15 milhões de indivíduos, para 10% em 2017, cerca de 20 milhões de indivíduos, e 4,4% de extremamente pobres, um contingente de, aproximadamente, 9 milhões de almas. O salário mínimo está desvalorizado, com queda de 5% em termos reais, se comparado a 2015. O desemprego aumenta, saindo de 6,4 milhões no fim de 2014 para quase quatro vezes mais: “No primeiro trimestre de 2018, a taxa de subutilização da força de trabalho (que agrega os desocupados, os subocupados por insuficiência de horas e a força de trabalho potencial) subiu para 24,7%, o que representa 27,7 milhões de pessoas. Essa é a maior taxa de subutilização na série histórica da PNAD Contínua, iniciada em 2012. O contingente de subutilizados também é o maior da série histórica.<sup>68</sup>

Além do mais, emerge uma situação de insegurança também relacionada aos regimes de trabalho mais precários, sem carteira assinada, por conta das impopulares reformas trabalhista e previdenciária. A recuperação da economia, é a mais lenta de todas as crises pelas quais o Brasil já passou, com elevado endividamento de famílias e empresas. Com esse quadro de deterioração social e de endividamento fica difícil pensar numa aceleração do crescimento. A expectativa é que a economia cresça 2,5% em 2018, mesmo que seja baseada em imprecisas projeções do mercado, não é tão difícil, do ponto de vista estatístico, mas representa, porém, pouco do ponto de vista absoluto. Este governo vem beneficiando alguns grupos sociais mais ricos e, ademais, incentiva as privatizações e os benefícios tributários, e não dinamiza a economia, ao menos no curto prazo.<sup>69</sup>

---

<sup>68</sup> <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/>

<sup>69</sup> Carneiro, R. A crise econômica, o legado de Temer e a eleição. Carta Capital - publicado 26/01/2018 - <https://www.cartacapital.com.br/revista/987/a-crise-o-legado-de-temer-e-a-eleicao>.

### Poder da bancada ruralista e o retrocesso das políticas para Agricultura Familiar

O contexto para o desenvolvimento rural sustentável, no âmbito das políticas para agropecuária no país também não são nada favoráveis. O aumento do preço dos commodities indica que a dependência da agricultura vai continuar. O poder político e econômico da bancada ruralista cresce, na mesma medida que há o retrocesso das políticas para a agricultura familiar, povos e comunidades tradicionais e indígenas. São vários os Projetos de Lei tramitando no Congresso que configuram ameaças aos direitos dos povos indígenas e quilombolas. E a Agricultura Familiar nunca sofreu cortes tão drásticos, não apenas no orçamento como também na extinção de estruturas, programas e políticas públicas, a exemplo da assistência técnica e extensão rural, habitação, obtenção de terras e muitas outras. Já aos ruralistas foram concedidos benefícios como o prazo de 15 anos para quitar dívidas com o Funrural, mesmo pagando poucos impostos, recebe muitos incentivos, e os agricultores familiares sofrem com investimentos decrescentes. Salienta-se ainda o recrudescimento da violência no campo, com o aumento de assassinatos por conflitos agrários em todo o país, principalmente na Amazônia Legal.<sup>70</sup>

### Desmonte da Política Ambiental

Corroborando a este cenário desfavorável para a perspectiva do desenvolvimento sustentável, há uma tentativa de desmonte da política ambiental e de redução dos parques orçamentos para implementação da agenda socioambiental no país. Exemplos podem ser dados, quanto à (i) reforma da lei florestal liderada pela bancada ruralista, que promoveu grandes retrocessos da legislação florestal brasileira, sobretudo legitimando recentemente a anistia aos desmatamentos ilegais ocorridos até 2008; (ii) a tentativa de flexibilização do licenciamento ambiental, por meio do Projeto de Lei 3.729/04, onde os estudos de impacto ambiental não incluem as populações que são impactadas direta e indiretamente, as audiências públicas deixariam de ser obrigatórias, aumentar-se-ia o prazo de validade das licenças, o EIA/RIMA dispensado, seria dada maior autonomia aos estados e municípios para simplificar procedimentos, reduzidos os prazos de análise e supressão de algumas etapas de licenciamento; (iii) os ataques as áreas naturais protegidas, com as tentativas de redução de UCs, a exemplo do Parque Nacional do Rio Novo e da Floresta Nacional de Jamaxim; (iv) a autorização de mineração em espaço territorial protegido para fins ambientais, com a tentativa de extinção da RENCA; (v) o aumento do desmatamento e (vi) a pressão para a revogação da legislação atual sobre uso de agrotóxicos e a aprovação de uma nova, intitulada de “pacote do veneno”, desenhada para facilitar o registro de novos produtos, inclusive perigosos e proibidos em outros países. Somente, para citar algumas situações da crise política que reflete sobre as conquistas da área ambiental no Brasil.

---

<sup>70</sup> Rede Brasil Atual. <http://www.redebrasilatual.com.br/politica/2017/12/em-ano-de-retrocessos-agricultura-familiar-esta-entre-as-areas-mais-prejudicadas>

### **10.3. Resultante**

Ao que tudo indica, conforme exposto, os fatores desfavoráveis são em número e em dimensão bastante fortes para o presente momento e sinalizam dificuldades para viabilizar esta estratégia a curto prazo. Além do mais, grande parte das questões está fora do ambiente controlável pelas políticas setoriais em questão, demandando um forte esforço de integração e acurada coordenação, pouco provável nas atuais circunstâncias. Ademais, exigem um redirecionamento das políticas sociais e agroambientais dependentes de um processo amplo de luta democrática para retomada do poder e da conquista do espaço nas agendas políticas.

De toda forma, as perspectivas futuras sinalizam uma crescente consciência social sobre a importância crucial de uma vida e de um desenvolvimento sustentáveis. E são potencializadas pelas inovações na gestão pública possibilitadoras de fortalecimento e estímulo das agendas de caráter socioambiental trazidas pelas novas políticas aqui destacadas. É de se esperar, então, que ganhem estrutura e capacidade de implementação e permitam melhor posicionamento do setor do turismo como vetor gerador de uma economia irradiadora de benefícios. Assim, tudo vai se somando à força das tendências irreversíveis de mercados emergentes de uma sociedade que almeja ser mais sustentável e fazem vislumbrar um cenário mais promissor a médio prazo, quando as crises política e econômica do país estiverem senão superadas, pelo menos bastante atenuadas e a normalidade democrática e a vontade participativa tornarem a dominar.

### **11. Conclusão**

Por tudo anteriormente exposto, são imensos os desafios para que meio rural possa ser encarado de maneira progressista, superando os problemas e o estigma negativo que vem carregando. De acordo com Abramovay (1999), o rural deve ser visto, não como o local onde se espera o momento de integrar-se na vida urbana, mas como a base de projetos capazes de motivar o surgimento local e regional de novas oportunidades e a afirmação de um outro estilo de viver, conviver e produzir.

É fato que o território rural brasileiro representa um importante patrimônio para o país. Seu valor está reconhecido por seu papel produtivo, mas deve ser reconhecido também por sua riqueza natural e cultural alicerçada pela vida no campo, pelo patrimônio da sociobiodiversidade e na capacidade que o rural possui de influenciar a dinâmica de desenvolvimento sustentável do país, além de constituir uma importante fonte para minimizar os problemas ambientais frente as mudanças climáticas.

O desenvolvimento sustentável do território rural aliado a uma agenda promotora da conservação ambiental e da melhoria das condições sociais das comunidades é uma das mais importantes tarefas políticas no atual cenário do país. Preocupações com o uso da biodiversidade, gestão adequada das florestas, dos recursos hídricos e o do seu rico subsolo, frente as adaptações às mudanças do clima, devem ser o foco das atenções das políticas públicas para salvaguardar os serviços ecossistêmicos e as matérias primas capazes de continuar impulsionando a economia. Ao mesmo tempo que é necessário promover o desenvolvimento social equitativo, gerando ocupações produtivas e renda digna para milhões de brasileiros.

Uma nova perspectiva de políticas públicas deve buscar conciliar preservação e desenvolvimento e passa essencialmente por reconhecer outros potenciais econômicos deste território. Sabe-se que desses potenciais fazem parte a floresta em pé, o uso sustentável dos ativos ambientais e a valorização sociocultural. Ao olhar o futuro do rural, vislumbra-se a transição do modelo produtivo e a expansão de outras atividades econômicas, para além das atividades agropecuárias, mas que ainda não são devidamente exploradas, o turismo e o extrativismo são exemplos delas. Em seu conjunto, o rural diverso e extenso, abriga paisagens naturais e antropizadas que comprovam, inequivocamente, a importância do seu imenso patrimônio para o desenvolvimento do turismo e para as atividades inerentes a sobrevivência e convivência das populações tradicionais com a natureza.

Mesmo sem uma avaliação técnica específica, baseada em um diagnóstico da oferta turística dos destinos localizados no território rural neste TCC, pode-se dizer que a potencialidade existente se diferencia tanto por sua diversidade quanto por sua singularidade. A quantidade de atrativos existentes é proporcional a sua imensidão territorial, são muitos os recursos turísticos distribuídos que o compõem, onde com certeza, se destacam atrativos únicos que de forma combinada podem oferecer um mix de roteiros diferenciados. Por estas características de valores múltiplos, a oferta turística da região, especialmente das áreas de relevado interesse socioambiental, pode ser considerada excepcional, capaz de impulsionar maiores e mais especializadas correntes de fluxo turístico. No entanto, parte desta oferta ainda está subutilizada e requer aprimoramentos nos produtos já oferecidos, que podem e devem ser reformatados. Pode-se dizer que esta oferta, ainda precisa ser redescoberta e estruturada para o melhor uso turístico. Ainda são muitas intervenções necessárias para criar condições de uma governança integrada capaz de conduzir a gestão de processos de desenvolvimento local associados ao turismo e de adequação da infraestrutura geral e específica para o devido aproveitamento da atratividade regional para o atendimento dos desejos dos turistas, sobretudo quanto à necessidade de qualificação dos serviços e equipamentos. Mesmo com as fragilidades existentes, a potencialidade da oferta turística, aliada as tendências de mercado, garantem condições para incremento do setor e a busca por melhor posicionamento de vários destinos no mercado nacional e até mesmo internacional.

Acredita-se que na atual tendência dos mercados turísticos mundiais, mesmo considerando as imprevisibilidades do comportamento da demanda, a potencialidade de atração de mercados, principalmente nacionais para os destinos rurais é alta, desde que consigam dar um salto qualitativo. O perfil das viagens de lazer, principalmente das viagens domésticas, pode se elevar para além de nichos de mercado, podendo este mercado ser estimulado a partir da reconstrução de uma identidade turística regional e à medida que a população em geral valorize o consumo de viagens de curta distância.

O rural diante desta estratégia assume neste momento uma alternativa para a interiorização do turismo, por meio da estruturação do potencial de competitividade centrado nos atributos naturais e culturais, favorecendo o crescimento do setor, e trazendo vantagens adicionais pela oportunidade de diversificação da oferta, como de promoção de experiências turísticas diferenciadas autênticas e de qualidade, a partir da interação e da agregação de valor para a atividade produtiva agropecuária e extrativista e da incorporação de conceitos e práticas de responsabilidade socioambiental nos produtos e destinos turísticos.

A análise de sinergias entre as políticas de turismo e socioambientais para o desenvolvimento rural sustentável e a proposição de subsídios e diretrizes para elaboração de uma estratégia de turismo sustentável para o meio rural, teve o propósito de se inserir no contexto de execução dos Planos e Programas em elaboração e em implantação, ampliando os esforços de planejamento e apoiando a tomada de decisão para os investimentos, em especial governamentais. Logo, esta Estratégia, pelo seu caráter pioneiro na integração do planejamento socioambiental com estes recortes temáticos e territorial, se reveste de importância fundamental para subsidiar a elaboração de políticas nacionais, regionais e locais agroambientais e de turismo sob as premissas do desenvolvimento sustentável.

Cumpra ressaltar que diante da abrangência do escopo, a pesquisa e as propostas de intervenção não devem se resumir às questões analisadas por este TCC. É evidente que as análises sejam aprofundadas e outros temas sejam incorporados para que de fato se tenha a consistência necessária para a fundamentação adequada a elaboração e implementação da referida estratégia.

Como visto, as políticas e planos tem grande potencial sinérgico, tanto pelos objetivos, princípios e diretrizes postos, alicerçados no conceito de sustentabilidade para os setores produtivos; turísticos, agropecuários e extrativistas. No entanto, as estratégias, iniciativas e ações são direcionadas de forma setorial, onde o Turismo não está explicitamente inserido no contexto programático como oportunidade de negócios sustentáveis, não agrícolas; que podem agregar valor ao produtor rural. E o PNT não traz uma estratégia voltada ao desenvolvimento territorial integrado seja pelo lado da oferta, seja pelo lado da segmentação de mercado, em que pese os critérios adotados pelo Programa de Regionalização e a iniciativa de apoio aos destinos ligados às UCs federais.

Neste sentido o conjunto das diretrizes propostas visam compartilhar e dar viabilidade prática a este potencial sinérgico e de forma resumida orientam para:

- (i) Promover o ordenamento territorial, a partir da definição de áreas de relevância socioambiental e agroturística no território rural;
- (ii) Identificar, regulamentar e considerar a atratividade da oferta turística diferencial, como critério de priorização de investimentos;
- (iii) Definir escalas territoriais para implementação da estratégia e seleção dos destinos a serem priorizados, a partir do reconhecimento de sua potencialidade e capacidade de operação, cruzando critérios de oferta e demanda turística, infraestrutura básica, específica e logística, e estágios da capacidade organizacional e do capital social existente;
- (iv) Constituir e fortalecer arranjos de governança integrando as pastas de turismo, agricultura e meio ambiente nos vários níveis de governo, com mecanismos dinâmicos de participação e inclusão social;
- (v) Promover o alinhamento dos planos locais/regionais com as estratégias nacionais de planejamento e financiamento /oferta de crédito (PRODETUR/FUNGETUR/PRONAF);
- (vi) Priorizar investimentos de longo prazo em ações de capacitação e qualificação para formação de capital social para desenvolvimento rural sustentável, como foco ao planejamento e gestão de base local para o turismo integrado as atividades produtivas agroextrativistas;

[Digite aqui]

- (vii) Promover a internalização dos valores ecossistêmicos, criando incentivos e mecanismos para incorporar os custos dos ativos ambientais na produção econômica, a exemplo do Pagamento por Serviços Ambientais e priorização de investimentos em ações de avaliação e manejo da visitação turística e na adoção de tecnologias limpas;
- (viii) Priorizar investimentos para diversificação e qualificação da oferta por meio da estruturação de *mix* de produtos turísticos integrando atividades dos vários segmentos em um mesmo roteiro/destino/região e propiciando a organização de APL de turismo integrados aos arranjos de produção agroecológica e extrativista;
- (ix) Aprimorar a legislação fiscal, tributária, trabalhista e sanitária para incentivar a operação dos empreendimentos e serviços turísticos rurais;
- (x) Promover a internalização dos ODS nos processos de planejamento turístico e agroextrativista em todos os níveis e criar instrumentos de avaliação e monitoramento de indicadores de desenvolvimento local;
- (xi) Promover a articulação com os instrumentos da política de mudanças do clima e de conservação da biodiversidade para incorporação de iniciativas de turismo sustentável no meio rural nos programas e projetos existentes ou a serem concebidos, a fim de dar consistência a adaptação climática do setor.

Assim, acredita-se que uma Estratégia de Turismo possa contribuir significativamente com os vários desafios impostos para o desenvolvimento rural sustentável, assim destacados para concluir esta proposta de intervenção.

- Ampliar a capacidade das propriedades/unidades rurais para participar de mercados dinâmicos, competitivos e exigentes em inovações;
- Permitir maior inclusão de populações menos favorecidas por meio da remodelação de políticas territoriais, favorecendo o processo de luta pelo direito ao território e a ruptura com a estrutura de privilégios e de poder local;
- Promover maior institucionalidade na política e gestão do território, com maior legitimidade na representação entre a sociedade, estado e mercado;
- promover o protagonismo de atores sociais capazes de atuar de forma estratégica e cooperada por meio de coalizões e alianças em prol do desenvolvimento rural sustentável;
- Expandir o potencial indutor de transformação do padrão sócio técnico de produção rural, por meio da articulação de mecanismos de financiamento, incentivo e de crédito com um conjunto mais amplo de políticas públicas;
- Fortalecer a defesa de territorialidades, a preservação ambiental e a qualidade dos alimentos, por meio do empoderamento das comunidades locais.

Por fim, segundo Abramovay (1999), o desenvolvimento rural não acontecerá espontaneamente como resultado da dinâmica das forças de mercado; é necessário, antes de tudo, que se transforme as expectativas que as elites brasileiras têm a respeito de seu meio rural e da organização dos produtores, apoiada de maneira decisiva pelos movimentos sociais e pelo poder público.

## Referências Bibliográficas

ABRAMOVAY, R. Agricultura familiar e desenvolvimento territorial. Reforma Agrária – Revista da Associação Brasileira de Reforma Agrária – vols.28 n.º 1,2 3 e 29, nº1 – Jan/dez 1999.

ABRAMOVAY.R e MORELLO, T. F. A democracia na raiz das novas dinâmicas rurais brasileiras. In: International Conference Dynamics of Rural Transformations in Emerging Economies, April 14-16, New Delhi, India, 2010.

BACELAR.T. Projeto Repensando o Conceito de Ruralidade no Brasil. Instituto Interamericano de Cooperação Americana (IICA)/Ministério do Planejamento. Brasília, 2014. Relatório sem publicar.

BARTHOLO.R; SANZOLO.D; BURSZTYN.I, org. Turismo de Base Comunitária - Diversidade de olhares e experiências brasileiras. Laboratório de Tecnologia e Desenvolvimento Social. COPPE/UFRJ. Coordenação Geral de Projetos de Estruturação do Turismo em áreas prioritizadas do Ministério do Turismo. Rio de Janeiro, 2009.

BOURDIEU, P. Meditações pascalianas. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001.

BRAMANTE, L; MAGLIO, F.; ROQUE, A. Um mistério a ser desvendado: panorama do turismo rural brasileiro, políticas públicas e dinâmica rural. IDESTUR. São Paulo. 2011.

BRANDÃO, C. Território e Desenvolvimento: as múltiplas escalas entre o local e o global. 2ª Ed. Campinas: Editora da UNICAMP, 2012.

\_\_\_\_\_. Desenvolvimento, Territórios e Escalas Espaciais: levar na devida conta as contribuições da economia política e da geografia crítica para construir a abordagem interdisciplinar. In: RIBEIRO, Maria Teresa Franco e MILANI, Carlos R. S. (orgs.) “Compreendendo a complexidade socioespacial contemporânea: o território como categoria de diálogo interdisciplinar”. Salvador, Editora da UFBA,2008.

CASSIOLATO, M. Referencial Básico para Avaliação do Progestão. Relatório Preliminar. IPEA. Brasília.2016.

CAVALCANTI, C. Meio ambiente, desenvolvimento sustentável e políticas públicas. 4ª edição. São Paulo: Cortez, 2002.

\_\_\_\_\_. Sustentabilidade: mantra ou escolha moral? Uma abordagem ecológico-econômica. Revista Estudos Avançados, 2012.

Centro de Gestão e Estudos Estratégicos. Economia verde para o desenvolvimento sustentável. – CGEE. Brasília.2012.

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DE MUNICÍPIOS. Guia para Localização dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável nos Municípios Brasileiros: O que os gestores municipais precisam saber – Brasília: CNM, 2016.

[Digite aqui]

DELGADO, N. e LEITE, S. Gestão social e novas institucionalidades no âmbito da política de desenvolvimento territorial. In: DELGADO, N. G. e LEITE, S. P. (Orgs.). *Políticas públicas, atores sociais e desenvolvimento territorial no Brasil*. Brasília, IICA. (Série Desenvolvimento Rural Sustentável, vol. 14), 2011, p. 89-130.

\_\_\_\_\_. Políticas de Desenvolvimento Territorial no Meio Rural Brasileiro: Novas Institucionalidades e Protagonismo dos Atores. DADOS – Revista de Ciências Sociais, Rio de Janeiro.

EMBRATUR. Diretrizes para uma Política Nacional de Ecoturismo. GTI – MICT/MMA. Brasília, 1994.

ESCOLA NACIONAL DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA. Guia de políticas públicas: gerenciando processos / Xun Wu, M. Ramesh, Michael Howlett, Scott Fritzen; traduzido por Ricardo Avelar de Souza. – Brasília: Enap, 2014.

\_\_\_\_\_. Reflexões para Ibero-América: Avaliação de Programas Sociais. Caderno EIAPP-ENAP. Brasília. 2009.

FAVARETO, A. A abordagem territorial do desenvolvimento rural – mudança institucional ou inovação por adição. Revista Estudos Avançados, 2010.

\_\_\_\_\_. *et al.* A dimensão territorial do desenvolvimento brasileiro recente (2000-2010). Serie Documentos de Trabajo. Rimisp, 2014.

FORTIS, M. Rumo à pós-modernidade em políticas públicas: a epistemologia situacional de Carlos Matus. FGV-EAESP/RAE-eletrônica v. 9, n. 2, Art. 13, 2010.

FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS, INSTITUTO SOCIO AMBIENTAL. RADAR Rio + 20 – Por dentro da Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável. FGV, ISA, Vitae Civilis, 2011.

FURTADO, C. Prefácio do Livro Desenvolvimento sustentável: desafio do século XXI. In: Revista Ambiente & Sociedade. Vol. VII. N. 2. jul./dez de 2004

GARCIA, A. B. Desarrollo rural – concepto, institucionalidad y políticas en el 2001. Santiago de Chile: IICA, 2002.

GARCIA, R. Governo e Planejamento em Democracias Progressivas: desafios para a América Latina. Revista Brasileira de Planejamento e Orçamento. Vol. 5. No. 2 Brasília, 2015.

GERMAN-CASTELLI, P. Diversidade Biocultural: Direitos de Propriedade Intelectual versus Direitos dos Recursos Tradicionais. Tese de Doutorado. Seropédica, Rio de Janeiro. Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Instituto de Ciências Humanas e Sociais /Curso de Pós-Graduação em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade. 2004.

\_\_\_\_\_. Relatório de Recomendações Setoriais – Setor Povos Indígenas e Comunidades Tradicionais - Produto 3. Projeto de Cooperação BRA/11/022: “Suporte Técnico ao Processo Preparatório da Conferência Rio+20”. Brasília, 29 de maio de 2012. Relatório de Consultoria/ sem publicar.

[Digite aqui]

GRAZIANO DA SILVA, José et al. Turismo em áreas rurais: suas possibilidades e limitações no Brasil. In: Turismo Rural e Desenvolvimento Sustentável. (Org.) ALMEIDA, J.A. et al. Santa Maria: Centro Gráfico,1998.

GRISA, C. e SCHNEIDER, S. Políticas públicas de desenvolvimento rural no Brasil / Organizadores Cátia Grisa [e] Sergio Schneider. – Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2015.

GUIMARÃES, I. Brasil atual: um novo olhar sobre o rural e seus desafios. Texto elaborado para subsidiar os debates dos Encontros de Formação de Gestores e Formadores do Pro jovem Campo – Saberes da Terra – Edição 2014. Diretoria de Políticas de Educação para a Juventude – DPJUVE/SECADI/MEC. Brasília, 2014

HARVEY, D. Limits to capital. Oxford: Basil Blackwell, 1982.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA E MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE. A Economia de Ecossistemas e da Biodiversidade no Brasil (TEEB Brasil): Análise de Lacunas. Texto para Discussão. IPEA. Rio de Janeiro,2013.

\_\_\_\_\_. Políticas Agroambientais e Sustentabilidade: desafios, oportunidades e lições aprendidas / organizadores: Regina Helena Rosa Sambuichi ... [et al.]. IPEA. Brasília, 2014.

\_\_\_\_\_. Sustentabilidade ambiental no Brasil: biodiversidade, economia e bem-estar humano. IPEA. Brasília. 2010.

KRAPP, W. Prefácio do Livro Desenvolvimento sustentável: desafio do século XXI. In: Revista Ambiente & Sociedade. Vol. VII. N. 2. jul./dez de 2004.

LEFEBVRE, H. La production de l'espace. Paris: Maspero, 1974.

MATUS, C. “O Plano com Aposta”. São Paulo em perspectiva,1991.

\_\_\_\_\_. Planificación, Libertad y Conflicto: Fundamentos de la reforma del sistema de planificación em Venezuela.

MEDEIROS, R.; YOUNG; C.; PAVESE, H. & ARAUJO, F. Contribuição das unidades de conservação brasileiras para a economia nacional: Sumário Executivo. Brasília: UNEP-WCMC, 2011.

MENDES, P. Plano ABC - Agricultura de Baixo Carbono: sua elaboração no âmbito do governo federal e sua implementação no município de Formosa-GO - Dissertação de Mestrado Programa de Pós Graduação em Meio Ambiente e Desenvolvimento Rural da Universidade de Brasília. Brasília.2015.

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO. Plano Setorial de Mitigação e de Adaptação às Mudanças Climáticas para a Consolidação de uma Economia de Baixa Emissão de Carbono na Agricultura: Plano ABC (Agricultura de Baixa Emissão de Carbono). Brasília: MAPA/ACS, 2012.

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES DO BRASIL. “Transformando Nosso Mundo: A Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável”. ONU - CGDES/MRE. Brasília.2016.

[Digite aqui]

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO. Brasil agroecológico: Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica – Planapo:2016-2019 / Câmara Interministerial de Agroecologia e Produção Orgânica. – Brasília, DF, 2016.

\_\_\_\_\_. Programa de Turismo Rural na Agricultura Familiar 2004/2007. MDA/SAF. Brasília. 2004.

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE. Arranjos produtivos locais: APLs de produtos da sociobiodiversidade. Brasília, DF, 2017.

\_\_\_\_\_. Boletim Informativo do Cadastro Ambiental Rural – Dados até 28 de fevereiro de 2018. Serviço Florestal Brasileiro-SFB/MMA. Brasília. 2018. Disponível em: <http://www.florestal.gov.br/documentos/car/boletim-do-car/3510-boletim-informativo-car-fevereiro-2018/file>

\_\_\_\_\_. Estratégia e Plano de Ação Nacionais para a Biodiversidade. EPANB: 2016-2020. MMA. Brasília. 2017.

\_\_\_\_\_. Guia para Formulação de Políticas Públicas Estaduais e Municipais de Pagamento por Serviços Ambientais. FGB/TNC/MMA/GIZ. Brasília. 2017.

\_\_\_\_\_. Integração de Serviços Ecosistêmicos ao Planejamento do Desenvolvimento – um passo a passo para profissionais com base na iniciativa TEEB. MMA/GIZ. Bonn, 2010.

\_\_\_\_\_. O que o brasileiro pensa do meio ambiente e do consumo sustentável: Pesquisa nacional de opinião: principais resultados. SAIC/MMA. Rio de Janeiro: Overview, 2012.

\_\_\_\_\_. Plano Nacional de Adaptação à Mudança do Clima: volume 2: estratégias setoriais e temáticas. Brasília, DF, 2016.

\_\_\_\_\_. Plano Nacional de Fortalecimento das Comunidades Extrativistas e Ribeirinhas–PLANAFE: 2017-2019. Brasília, DF, 2017.

\_\_\_\_\_. Plano Nacional de Recuperação da Vegetação Nativa (PLANAVEG). MMA/ MAPA/ MEC. Brasília. 2017.

\_\_\_\_\_. Plano Nacional para a Promoção das Cadeias de Produtos da Sociobiodiversidade – PNPSB. MDA, MDS, MMA, Conab. Brasília, DF, 2009.

\_\_\_\_\_. Planos de Ação para a Prevenção e o Controle do Desmatamento para a Amazônia e para o Cerrado – PPCDAM e PPCerrado. Versão Preliminar aprovada em dezembro de 2016. Brasília, 2018. Disponível em: [http://combateaodesmatamento.mma.gov.br/images/conteudo/Planos\\_ultima\\_fase.pdf](http://combateaodesmatamento.mma.gov.br/images/conteudo/Planos_ultima_fase.pdf).

\_\_\_\_\_. Plano Nacional sobre Mudanças do Clima- PNMC. Resumo Executivo. Brasília-DF, 2008.

[Digite aqui]

\_\_\_\_\_. The Nature Conservancy (TNC). CAR - Um subsídio às políticas públicas para o controle do desmatamento. Proposta submetida pela The Nature Conservancy no Brasil ao Ministério do Meio Ambiente (MMA). Brasília, 2009.

MINISTÉRIO DO TURISMO. Caderno de Subsídios: Portugal - Turismo Cultural e Rural. Projeto Excelência em Turismo: Aprendendo com as Melhores Experiências Internacionais. Brasília. 2008.

\_\_\_\_\_. Diretrizes para o Desenvolvimento do Turismo Rural. Brasília. 2007.

\_\_\_\_\_. Documento Técnico: Elaboração do Plano Estratégico de Desenvolvimento do Turismo Regional. Programa de Regionalização do Turismo. Brasília. 2005.

\_\_\_\_\_. Documento Técnico: Sustentabilidade Ambiental para o Turismo - Programa de Regionalização do Turismo. Brasília. 2005.

\_\_\_\_\_. Documento Técnico: Sustentabilidade Econômica para o Turismo - Programa de Regionalização do Turismo. Brasília. 2005.

\_\_\_\_\_. Documento Técnico: Sustentabilidade Sociocultural para o Turismo - Programa de Regionalização do Turismo. Brasília. 2005.

\_\_\_\_\_. Ecoturismo: orientações básicas. Brasília, 2010.

\_\_\_\_\_. Plano Nacional de Turismo: 2018-2022 - Mais emprego e renda para o Brasil. Brasília, DF, 2018.

\_\_\_\_\_. Turismo Cultural: orientações básicas. Brasília. 2010.

\_\_\_\_\_. Turismo de Aventura: orientações básicas. Brasília. 2010.

\_\_\_\_\_. Turismo e Sustentabilidade – Orientações aos prestadores de serviço. Brasília. 2006.

NASCIMENTO, D. Diagnóstico e Proposições para o Desenvolvimento do Turismo Sustentável no município de São Bento do Sapucaí-SP. Brasília, 2010.

NASCIMENTO, D. Introdução ao Turismo de Base Comunitária – Cartilha para Capacitação. Projeto de Turismo Eco cultural de Base Comunitária no Mosaico Grande Sertão Veredas-Peruaçu (SVP). Plano de Desenvolvimento Territorial de Base Conservacionista do Mosaico. Instituto Rosa e Sertão e FUNATURA. Fundo Socioambiental CAIXA da Caixa Econômica Federal. FNMA/MMA. Brasília. 2011.

NASCIMENTO, D. Manual Prático de Planejamento Turístico – Estudo de Caso: Brotas/SP. Ecoassociação para Estudos e Meio Ambiente e EMBRATUR, São Paulo. 2002.

NASCIMENTO, E. Trajetória da sustentabilidade: do ambiental ao social, do social ao econômico. Revista Estudos Avançados, 2012.

[Digite aqui]

NAVARRO, Z. Desenvolvimento rural no Brasil – os limites do passado e os caminhos do futuro. Revista Estudos Avançados – Dossiê Desenvolvimento Rural, v.15, n.43, set./dez.2001.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA ALIMENTAÇÃO E AGRICULTURA – FAO. Diretrizes Voluntárias para as Políticas Agroambientais na América Latina e Caribe. Santiago, 2016.

Organização Mundial do Turismo. Código de Ética Mundial para o Turismo: Princípios. OMT,1999.

PORTO, J. Conexões, apropriações e exclusões no discurso do desenvolvimento territorial no Brasil. Novos Cadernos NAEA. 2015.

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA DO BRASIL. Relatório Nacional Voluntário sobre os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. Brasília, 2017.

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O MEIO AMBIENTE (PNUMA). TEEB – A Economia dos Ecossistemas e da Biodiversidade para Formuladores de Políticas Locais e Regionais. CNI. Brasília. 2010.

\_\_\_\_\_. Rumo a uma Economia Verde: Caminhos para o Desenvolvimento Sustentável e a Erradicação da Pobreza – Síntese para Tomadores de Decisão. 2011. [www.unep.org/greeneconomy](http://www.unep.org/greeneconomy).

\_\_\_\_\_. Guia PCS – Produção e Consumo Sustentáveis – tendências e oportunidades para o setor de negócios - FIESP/PNUMA.

RIBEIRO, M; FREITAS, M; COSTA, V. O desafio da gestão ambiental de zonas de amortecimento de unidades de conservação. Artigo escrito para Seminário Latino-Americano de Geografia Física e II Seminário Ibero-Americano de Geografia Física. Universidade de Coimbra, 2010.

SACHS, I. Caminhos para o Desenvolvimento Sustentável. Rio de Janeiro: Garamond, 2002.

\_\_\_\_\_. Estratégias de transição para o século XXI. In: BURSZTYN, M (Org.). Para Pensar o Desenvolvimento Sustentável. São Paulo: Brasiliense, 1993. p. 29-56.

\_\_\_\_\_. Prefácio do Livro Desenvolvimento sustentável: desafio do século XXI. In: Revista Ambiente & Sociedade. Vol. VII. N. 2. jul./dez de 2004.

SALVATI, Sergio. Org. Turismo Responsável: Manual para Políticas Locais. WWF Brasil. Brasília. 2004.

SANTOS, M. A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção. São Paulo: Hucitec, 1996.

SECRETARIA ESPECIAL DE AGRICULTURA FAMILIAR E DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO. Plano SAFRA 2017/2020. Brasília, DF, 2017.

SCHNEIDER, S. y Cassol, A. A agricultura familiar no Brasil. Serie Documentos de Trabajo N° 145. Grupo de Trabajo: Desarrollo con Cohesión Territorial. Programa Cohesión Territorial para el Desarrollo. Rimisp, Santiago, Chile.

[Digite aqui]

TURISOL – Rede Brasileira de Turismo Solidário e Comunitário. Cartilha do Turismo Solidário e Comunitário: esclarecimentos e dicas aos viajantes responsáveis.

VEIGA, J. A Desgovernança Mundial da Sustentabilidade. São Paulo: Editora 34, 2013.

\_\_\_\_\_. Desenvolvimento sustentável: o desafio do século XXI. Rio de Janeiro: Garamond, 2008 3ª ed.

### **Sites e links consultados:**

<http://www.ibge.gov.br>

<http://www.sfb.gov.br>.

<http://www.mma.gov.br>

<http://www.turismo.gov.br>

<https://www.sosma.org.br/projeto/atlas-da-mata-atlantica/dados-mais-recentes/>

[http://www.inpe.br/noticias/noticia.php?Cod\\_Noticia=3895](http://www.inpe.br/noticias/noticia.php?Cod_Noticia=3895)

<http://www.oeco.org.br/blogs/salada-verde/desmatamento-do-pantanal-ja-consumiu-18-do-bioma/>

<http://www.portaldoagronegocio.com.br/artigo/o-negocio-do-agronegocio-familiar>

<http://www.brasildefato.com.br/2016/12/20/latifundio-representa-091-das-propriedades-mas-concentra-45-da-area-rural/>

<http://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2018-03/pais-tem-917-municipios-em-crise-hidrica-maioria-esta-no-nordeste>

<https://brasilecola.uol.com.br/geografia/escassez-agua-no-brasil.htm>

<http://www.migalhas.com.br/dePeso/16,MI216277,101048-A+crise+hidrica+brasileira+e+a+falta+de+planejamento>

<http://dom-ecc.com.br/dom-strategy-partners-mostra-as-tendencias-de-consumo-consciente-na-visao-dos-ceos/>

<http://www.forumconsumo.com/Tendencias-de-consumo>

<http://www.nielsen.com/br/pt/insights/news/2015/Escolhas-sustentaveis-Como-empresas-socialmente-responsaveis-lucram-com-isso.html>

<https://catracalivre.com.br/geral/cidadania/indicacao/as-tendencias-para-2018-que-podem-tornar-o-mundo-mais-sustentavel/>

[Digite aqui]

<http://www.ideiasustentavel.com.br/tendencia-para-o-consumo-consciente/>

[https://www.em.com.br/app/noticia/internacional/2017/09/01/interna\\_internacional,897185/cientistas-declaram-profunda-preocupacao-com-politica-ambiental-do-b.shtml](https://www.em.com.br/app/noticia/internacional/2017/09/01/interna_internacional,897185/cientistas-declaram-profunda-preocupacao-com-politica-ambiental-do-b.shtml)

<http://www.conjur.com.br/2018-jan-15/ano-teve-retrocessos-avancos-direito-ambiental>

<http://envolverde.cartacapital.com.br/retrocesso-na-legislacao-ambiental-brasileira/>

<https://www.cartamaior.com.br/?/Editoria/Mae-Terra/Retrocesso-ambiental-consolidado/3/39505>

<http://contrafrasil.org.br/noticias/2017-foi-um-cenario-desastroso-para-agricultura-familiar-com-o-governo-de-temer-0438>

<http://www.redebrasilatual.com.br/politica/2017/12/em-ano-de-retrocessos-agricultura-familiar-esta-entre-as-areas-mais-prejudicadas>

<http://www.institutobrasilrural.org.br>

<http://viagemeturismo.abril.com.br/materiais/os-50-melhores-destinos-de-ecoturismo-do-brasil/desviantes.com.br/destinos/>

<https://www.guiaviajarmelhor.com.br/30-roteiros-para-quem-gosta-de-aventura>

<https://vivejar.com.br>

[viajarverde.com.br](http://viajarverde.com.br)

[www.institutobrasilrural.org.br](http://www.institutobrasilrural.org.br)

<http://www.aldeiadoslago.com>

<http://www.fundacaocasagrande.org>

<http://www.mamiraua.org.br/ecoturismo>

<http://www.acolhida.com.br>

<http://www.projetobagagem.org>

<http://www.saudeealegria.org.br>

<http://www.turisol.org.br>

<http://www.tucum.org>

<http://www.icmbio.gov.br>

<http://www.socioambiental.org>